



ATA N.º 22/2024

Data da reunião ordinária: 28/11/2024

Início da reunião: 14:15 horas

Fim da reunião: 19:06 horas

A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.

Membros que comparecem à reunião:

Presidente:

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

Vereadores

Ana Isabel Alves Dias

José de Moura Rodrigues

José Fernando Pereira Capela

Jorge Carneiro Morais Fidalgo

Sandra Manuela Justo Alves de Sousa

Manuel António Fernandes

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Maria Fernanda Dinis Moreira

Cargo: Chefe da Divisão Administrativa

Fls



ATA N.º 22

Reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, realizada no dia 28 de novembro de 2024.

No dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, sob a presidência da Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, e com a participação dos Senhores Vereadores Dra. Ana Isabel Alves Dias, Dr. José de Moura Rodrigues, Dr. José Fernando Pereira Capela, Dr. Jorge Carneiro Morais Fidalgo, Dra. Sandra Manuela Justo Alves de Sousa, Manuel António Fernandes e comigo, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária. _____

Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, quando eram catorze horas e quinze minutos, foi declarada aberta a reunião, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia, disponibilizada aos membros do executivo, no dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, na plataforma de gestão documental sharepoint, cujo teor se transcreve infra, documento que vai ficar arquivado, bem como o despacho de alteração da data da realização da presente reunião e o edital, no maço de documentos relativos a desta ata sob a forma *de docs. n.ºs 1, 2, 3* _____

- 1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 21/2024, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DE 08 DE NOVEMBRO.
- 2 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
- 3- PERÍODO DA ORDEM DO DIA.
 - 3.1. PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO – PROPOSTA _____
 - 3.2. PROGRAMA “OLHARES PELA MATERNIDADE” – PROPOSTA _____
 - 3.3. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – APOIO À RENDA – PROPOSTA _____
 - 3.4. CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA – COMPONENTE SOLIDÁRIA – 2.º FILHO E SEQUENTES – PROPOSTA _____
 - 3.5. ALTERAÇÃO, RENOVAÇÃO E INDEFERIMENTO DOS PROCESSOS REFERENTES À CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA – COMPONENTE SOLIDÁRIA – 2.º FILHO E SEQUENTES – PROPOSTA _____
 - 3.6. PRÉDIO ALBINO FIDALGO I E II – RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE COMODATO – PROPOSTA _____
 - 3.7. CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS – PRÉDIO ALBINO FIDALGO I E II – PROPOSTA _____



- 3.8. CONCURSO DE DECORAÇÕES DE NATAL “NATAL ALEGRE” NORMAS – PROPOSTA _____
- 3.9. DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAR A DESPESA / APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE MONTALEGRE. DOM N.º 58/2024 – PROPOSTA _____
- 3.10. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 06/11/2024 A 25/11/2024 – CONHECIMENTO _____
- 3.11. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 227/2024 – CONHECIMENTO _____
- 3.12. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO 2024, DÉCIMA QUARTA ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DESPESA, DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS E DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ELABORADA NO USO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, EM CATORZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS – CONHECIMENTO _____
- 3.13. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2025 – PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA DESPESA E DA RECEITA - GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE ATIVIDADES – MAPA DE PESSOAL PARA 2025 – PROPOSTA _____
- 3.14. RETIFICAÇÃO DA TITULARIDADE DO PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ NO ARTIGO 8536 – PARA A PERMUTA DE PRÉDIOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E PALMIRA DA COSTA DIAS E CARMINDA DA COSTA DIAS RICARDO, NA ALDEIA DE PENEDONES, DONFORME DELIBERAÇÃO APROVADA CONSTANTE NO PONTO 2.9. DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 03 DE OUTUBRO DE 2024 - PROPOSTA _____
- 3.15. AQUISIÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO POR VIA DO DIREITO PRIVADO, NECESSÁRIAS À IMPLEMENTAÇÃO DE UMA FOSSA SÉPTICA NA ALDEIA DE SÃO LOURENÇO DA FREGUESIA DE CABRIL – PROPOSTA _____
- 3.16. CEDÊNCIA GRATUITA DE PRÉDIO URBANO INSCRITO MATRIZ NO ARTIGO 381 SITO EM SIDRÓS À ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA MISARELA PARA FINS CULTURAIS – APROVAÇÃO DE MINUTA – PROPOSTA _____
- 3.17. CEDÊNCIA GRATUITA DE PRÉDIO URBANO (ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE REBOREDA) À COMUNIDADE LOCAL DOS BALDIOS DE REBOREDA COM A FINALIDADE DE REALIZAÇÃO DE INICIATIVAS CULTURAIS, CONVÍVIO E DINAMIZAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL – APROVAÇÃO DE MINUTA – PROPOSTA _____
- 3.18. PROJETO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTALEGRE – 1.º ALTERAÇÃO – PROPOSTA _____
- 3.19. REGULAMENTO DE APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – PROPOSTA APRESENTADA PELO VEREADORES DO PSD _____
- 3.20. CAMINHOS DE SANTIAGO EM VILAR DE PERDIZES E CENTRO DE RECURSOS/INCUBADORA NA ANTIGA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES DE MONTALEGRE – PROPOSTA APRESENTADA PELO VEREADORES DO PSD _____

I

ATAS

1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 21/2024, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DE 08 DE NOVEMBRO. O senhor vereador eleito pelo Partido social Democrata Dr. José Rodrigues, solicitou uma correção ao ponto 3.6 da ordem de trabalhos desta ata, a fim de que possam constar as suas apreciações ao assunto constante deste ponto. _____

7/2/24

Neste sentido, foram introduzidas as correções solicitadas. _____

DELIBERAÇÃO: A câmara municipal, depois de ter dispensado a sua leitura com fundamento em ter sido distribuída conjuntamente com a ordem do dia da presente reunião, passou à discussão e votação da aludida ata e deliberou, por unanimidade, a sua aprovação. _____

II
- ANTES DA ORDEM DO DIA -

Intervenções: _____

Abriu este período antes da ordem do dia o senhor vereador eleito pelo Partido Social Democrata Dr. José Rodrigues que apresentou o seguinte assunto: _____

“Até há cerca de 15 dias, a Conservatória do Registo de Montalegre tinha quatro funcionários ao serviço. Nessa altura, as certidões negativas do Registo Predial estavam a demorar cerca de dois meses para serem emitidas. Entretanto, fruto das movimentações normais do pessoal ao serviço, prevê-se que, em breve, a Conservatória de Montalegre fique com apenas um trabalhador, o que é manifestamente insuficiente para o volume de trabalho que existe, nomeadamente neste período, no qual o registo de prédios no BUPi aumenta consideravelmente o volume de trabalho. Sabendo antecipadamente, que não será uma questão fácil de resolver, e sabendo que não será da responsabilidade direta da câmara, gostava de saber, se já foi feita alguma diligência para resolver o problema e o que é que está a câmara a pensar fazer em relação a isto. _____

A Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves referiu que a câmara já deu nota à entidade competente e mostrou a sua preocupação quanto a esta situação, bem como já indicou a sua disponibilidade para fazer parte de uma solução, designadamente com a transferência de algum assistente técnico que possa prestar serviço na conservatória. Porém, isso carece de um pedido da entidade competente e, portanto, depois de se articular e saber qual é exatamente a situação profissional e de carreira dessa pessoa, é que se poderá perspetivar alguma solução nesse sentido. Terá de ser o serviço dos Registos e Notariado a solicitar essa ajuda e depois perspetivar-se se a pessoa que a câmara possa ceder, entra para o quadro ou se não entra e qual o tipo de responsabilidade que terá, atendendo à matéria sensível que se trata nesse espaço. _____

Seguidamente, interveio o senhor vereador da oposição Dr. José Capela que referiu que, na última edição da feira quinzenal de Montalegre, não se realizou a feira do gado por falta da marca de exploração. Ora, depois de uma longa espera e de andar esta câmara a soprar aos quatro ventos de que “está para breve”, “está para breve”, anda-se com este assunto há mais de um ano e meio e não se vê nada. No último mês de agosto, pensava-se que a questão da falta de



marca de exploração para a realização da feira do gado estava resolvida, mas afinal estávamos enganados porque não se realizou, mais uma vez, nesta última feira, novamente por falta de marca de exploração. Afirmou que, ao que se consta, em vez da câmara pedir uma marca de exploração definitiva, pediu uma marca de exploração para eventos especiais e para a última feira não foi ativada e por isso a feira do gado não foi realizada. Pergunta se a Senhora Presidente confirma esta versão. Interpelou a Senhora Presidente se era assim tão difícil obter uma marca de exploração e depois colocar-se um funcionário do município a receber o gado e a emitir guias de transporte, para que esta feira seja uma realidade em todas as feiras quinzenais. A Senhora Presidente da Câmara respondeu ao senhor vereador e disse que estava enganado quanto ao que referiu na sua intervenção. Afirmou que Montalegre foi atribuída marca de exploração, portanto, a câmara não pediu uma marca de exploração para um evento ocasional. Pelo contrário, foi pedido uma marca de exploração permanente para a venda de animais. Porém, o senhor vereador tem razão numa coisa, é muito difícil pedir uma marca de exploração, ficou-se agora a saber, mas a Senhora vice-Presidente Dra. Ana Isabel Dias vai explicar melhor esta situação. _____

A senhora vice-Presidente Dra. Ana Isabel Dias, no uso da palavra, referiu que em tudo o que disse o senhor vereador havia algumas inconformidades e alguns erros. Deste modo, esclareceu que a marca de exploração foi solicitada à DRAPN, que agora não é DRAPN, mas CCDRN, que foi para à DGAV – Direção Geral da Alimentação e Veterinária, mas voltou para trás com indicação de uma série de procedimentos. O que se pediu foi uma marca de exploração para comercialização de gado e, entretanto, esta foi atribuída e fez-se a primeira feira. Porém, a DGAV entendeu que devíamos transformar este pedido para agrupamento e a DRAPN autorizou que funcionasse, mas entretanto a DGAV pediu algumas alterações na edificação, ou seja, a existência de um rego para desinfetar as rodas dos carros e terá de se pôr umas grades no local. Assim, por forma a não criar nenhum tipo de desconforto entre entidades, entendeu-se porque esta não é a altura em que mais gado se vende, suspender por quinze dias, três semanas ou um mês, para se fazer essas adequações que são pedidas pela DGAV para que possa estar tudo em conformidade com a DRAPN e se avançar então com a feira. Referiu que esta lhe pareceu uma decisão ajustada e sensata, no sentido de não se estar a alimentar algum tipo de mau estar entre entidades. Se fosse noutra altura do ano, eventualmente a decisão seria outra, se houvesse mais venda, mais procura, porém nesta altura do ano pareceu mais sensato cumprir com o que a nova legislação nesta matéria estipula e que são as regras da DGA e depois avançar-se então com tudo pronto para a figura de agrupamento. _____



O senhor vereador Dr. Capela perguntou se o agrupamento não tinha a ver com serem três entidades a pronunciarem-se sobre esta matéria. _____

A senhora vice-Presidente respondeu que não, que o agrupamento tem a ver com o facto de se ter mais do que um tipo de animais a serem comercializados. Pediu-se para comercializar vitelas, cavalos, bovinos e caprinos, até por uma questão de rentabilizar o espaço que ali se tem, quer em termos de exposição, quer em venda. Esclareceu que a marca de exploração pressupõe, normalmente, a exploração de uma raça e de um tipo de animal. Porém, se se quer rentabilizar aquele espaço que é grande, que tem condições, que já lá tem até um centro sanitário, o qual existe para a feira do prémio que se faz em agosto, ter-se-á que cumprir então os procedimentos enunciados. Na altura em que se tratou da marca de exploração, fomos aconselhados a agir como se fez, porém, depois de se ter a marca, disseram-nos que seria melhor fazer um agrupamento e por isso se avançou já para não se estar mais cinco ou seis meses à espera. ____

O senhor vereador Dr. Capela perguntou se para ter agrupamento era necessário fazer algumas obras no recinto. _____

A senhora vice-Presidente referiu que essas obras passavam por criar uma brecha na entrada dos carros e levantar uma parede pequena para, quando limparem a rodas, não haver salpicos, fazer mais dois fossos para encaminhamento de dejetos desviar duas ou três grades mais para trás por causa da exposição dos animais mais pequenos. Referiu que tudo isto são coisas pequenas que se consegue fazer rapidamente e já estiveram cá os técnicos da DGAV, já se fizeram as medições e até se pode avançar. Assim, mesmo com as obras a decorrer, poder-se-á fazer a feira porque dar cumprimento a todas as conformidades que referiu, pode demorar uma semana ou quinze dias. _____

O senhor vereador da oposição Dr. José Rodrigues interveio para afirmar que percebe todas as questões que foram aqui abordadas, às quais a câmara terá de responder e fazer o seu melhor. Porém, quer deixar aqui bem claro e focar uma outra perspetiva que é a dos produtores e das pessoas que estão a precisar que a feira se realize. Ora, a primeira vez que trouxeram este assunto à reunião de câmara foi em vinte de julho de dois mil e vinte e três, ou seja, quase há um ano e meio. Deste modo, referiu que a câmara, para resolver um problema de uma licença de exploração da feira de gado, está a demorar mais de um ano e meio e isto é demasiado tempo. _____

A senhora vice-Presidente concordou que era demasiado tempo, mas terão que pedir responsabilidades às entidades que têm de fazer a análise e a atribuição destas marcas e não à câmara porque quem passa as marcas, quem as atribui e determina as regras é a DRAPN – que agora nem sequer é DRAPN, pois o processo está na CCDR e esta foi também uma das

 _____

causas que levou a que o processo se atrasasse. A câmara entregou o processo em dois mil e vinte e três na DRAPN, entretanto a DRAPN foi integrada na CCDRN e quando isso aconteceu os processos atrasaram todos. Depois houve estas articulações entre a DRAPN, que já não é DRAPN, com a DGAV e estas entidades tiveram alguma dificuldade em se adaptarem porque, no que diz respeito à câmara, fomos sempre respondendo a tudo aquilo que nos era solicitado. Disse ainda que também as marcas de exploração solicitadas pelos agricultores estão a demorar, infelizmente, numa média de dois, três e cinco anos para serem atribuídas. Dir-se-á “é demasiado tempo,” de facto assim é, não se tem a menor dúvida. A câmara teve a marca de exploração atribuída mais ou menos em um ano e meio, sendo certo que agora se fez a opção de constituir um agrupamento, que atrasa um pouco, mas não é nada de preocupante. Nesta matéria, é sim preocupante que os agricultores queiram avançar com alguns investimentos e depois as entidades não dão resposta. Afirmou que tudo isso são coisas alheias à responsabilidade da câmara, contudo todos os dias se debate com estas entidades a necessidade de poderem ser mais céleres e mais atentos nestes assuntos. _____

A Senhora Presidente da Câmara interveio para dizer que, efetivamente, tudo o que aqui foi esclarecido aconteceu por motivos que são alheios à atuação da câmara. De facto, as entidades deviam ser mais céleres e, ao pedir-se a marca de exploração e um agrupamento para poderem ser comercializadas outras espécies, dever-se-ia ter tido logo a indicação das alterações necessárias para o efeito, por mais pequenas que fossem, tanto mais que a questão da desinfecção, seja dos pés dos animais, seja dos rodados dos carros, já lá está acautelada. Assim, existe no local da feira uma espécie de pequena piscina, exatamente para aí colocar o desinfetante para passarem as carrinhas por ali e os animais. Agora, referiu, se há o preciosismo que à volta tem que estar um murete para não salpicar, salpicar também salpica o desinfetante. Está-se, então, a aguardar que as duas entidades, a CCDRN e a DGAV, articulem entre si as conformidades devidas e dar-se resposta porque aqui a questão colocou-se com alguma falta de comunicação entre as duas entidades a que, todavia, a câmara é alheia. Por isso, aquilo que nos dizem, a câmara vai resolver, ou seja, vai fazer as obras que foram indicadas, porém se as entidades responsáveis descobrirem outras questões que não tenham pensado antes, ficamos a aguardar serenamente e será dada resposta. _____

A senhora vereadora do Partido Social Democrata Dra. Sandra Sousa interveio para apresentar a seguinte interpelação: _____

“Exma. Sr.ª Presidente da Câmara - Prof.ª Fátima Fernandes _____

INTERPELAÇÃO _____



O Município colocou recentemente painéis solares no telhado do Centro de Saúde. No entanto, o telhado tem cerca de 40 anos e está muito degradado, pelo que vai ser intervencionado em breve, no âmbito da “Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Montalegre”, cujo lançamento vai ser aprovado na reunião de hoje. _____

Assim, como era de esperar, durante a colocação dos painéis partiram-se muitas telhas. Ou seja, as infiltrações/inundações de água, que antes eram esporádicas, passaram a ser maiores e mais frequentes, aumentando as perturbações no funcionamento normal do Centro de Saúde. _____

As perguntas que se colocam são as seguintes: faz sentido colocar agora os painéis solares, se a cobertura existente vai ser melhorada? Há algum motivo que justifique que os painéis tenham sido colocados nesta altura? Porque, se não há, trata-se de mais uma grave deficiência de planeamento na execução de tarefas, tão habitual nesta Câmara. _____

Por outro lado, também nos foi reportado que o n.º de veículos afeto às equipas de enfermagem que prestam serviços externos é insuficiente, facto que tem provocado problemas de várias ordens: tem conhecimento desta situação? Está disponível para avaliar a situação e, eventualmente, disponibilizar mais um veículo? _____

Montalegre, 28.11.2024.” Os vereadores – José de Moura Rodrigues – José Fernando Pereira Capela-Sandra Manuela Justo Alves de Sousa.” _____

A Senhora Presidente da Câmara, em resposta à senhora vereadora, referiu que, logo assim à cabeça, é certo que não faz sentido nenhum colocar painéis fotovoltaicos num telhado que vai ser intervencionado brevemente, por isso tem toda a razão. Mas antes que a senhora vereadora fizesse esta interpelação, esta câmara já tinha feito também a quem de direito, que é à ARS, que foi a entidade que despoletou a candidatura, o concurso e que adjudicou a obra, tendo indicado, e passo a citar: “os painéis, independentemente de o telhado estar requalificado ou não, são para se colocar.” Assim, referiu, perante esta situação que ocorreu, vai agora haver uma intervenção que deverá ser despoletada também pela ARS, uma vez que a câmara de Montalegre não tem qualquer intervenção neste procedimento. Portanto, quando na interpelação que a senhora vereadora apresentou se diz que “mais uma vez é uma grave deficiência de planeamento na execução de tarefas, tão habitual”, gostaria que aí questionasse se “houve alguma razão para que se fizesse o procedimento em cima de um telhado que vai ser requalificado.” _____

A senhora vereadora Dra. Sandra afirmou que tinha colocado a questão. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que se o tivesse feito haveria elevação no discurso, mas está aqui a fazer acusações quando ainda não teve a resposta e ainda não sabe os verdadeiros motivos para essa situação acontecer. Assim, espera que tenha ficado esclarecida



e volta a repetir, foi a ARS Norte que fez a candidatura ao PRR para a colocação de painéis fotovoltaicos em todos os centros de saúde do norte, portanto fez o procedimento contratual, a adjudicação e que, decorrente desse concurso, anda a colocar painéis fotovoltaicos em todos os centros de saúde e das unidades de saúde do Norte, independentemente das obras que depois venham a seguir ou que sejam em simultâneo. Referiu que, inclusivamente, pode dizer que a câmara sugeriu que guardava os painéis fotovoltaicos e depois, quando fosse a intervenção, os colocaria, contudo o que nos foi informado por parte da ARS foi o seguinte: “não senhor, a obra tem de ser executada e os painéis tem de ser colocados” e assim o fizeram. Por isso, agora vão ter de fazer a reparação, que não será no âmbito do PRR, nem no âmbito da câmara, apesar de estarmos disponíveis para colaborar, como estamos em tudo para resolução dos problemas. Porém, não se vai é onerar o orçamento da câmara com uma questão que é da inteira responsabilidade da equipa que tratou desta matéria. Quanto à questão que a senhora vereadora aportou de que o número de veículos no Centro de Saúde não é insuficiente, facto, como diz, tem provocado problemas de várias ordens, perguntando-lhe se “tem conhecimento desta situação”, quer referir que, por acaso, não foi reportado à câmara que os carros são insuficientes. Afirmou que o número de carros é aquele que já existia antes, ou melhor até tem lá um carro a mais, o qual não veio pelo auto de transferência, mas que a câmara municipal, desde o tempo da pandemia, lá colocou ao dispor do Centro de Saúde, com motorista da câmara, para prestar serviço que a câmara não deveria sequer prestar. Portanto, afirmou que, mesmo quando não era da competência da câmara, esta é parceira, atende ao interesse das pessoas e à prestação de um serviço que é essencial para a nossa gente e atua em conformidade. Mais referiu que, quando são necessárias saídas para além daquelas que já estão programadas, também as senhoras enfermeiras ou o coordenador do centro de saúde pede essa colaboração e de imediato são disponibilizados os carros que pretendem e com o respetivo motorista, seja para serviço de visitas domiciliárias, seja para transporte de grávidas a Vila Real para terem as consultas da natalidade, que é normal, ou de preparação do parto. Reiterou aquilo que disse, na saúde, como em outras áreas, a câmara é colaborante a cem por cento e aquilo que gostava é que, sendo isto válido para a unidade de saúde, para a de educação, ou para as demais unidades, quando há necessidades, essas fossem reportadas diretamente a quem tem capacidade de as resolver de imediato. Informa ainda que o Centro de Saúde não vai lá ter carros para além daqueles que são necessários, sendo certo que, no âmbito do auto de transferência, como já referiu, até está lá um carro a mais, o qual ficou desde o tempo da pandemia e com direito a motorista.

Folha

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou à Senhora Presidente se quando disse que a ARS mandou colocar os painéis, se os tinha mandado colocar agora na época do inverno. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que os painéis foram mandados colocar há cerca de um mês e foi dada informação à câmara que iam ser colocados. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou se os painéis não estavam disponíveis durante o período de verão. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que não estavam e apenas foi comunicado à câmara quando iam ser colocados. _____

O senhor vereador voltou a insistir, perguntando se os painéis estavam disponíveis ou não estavam, ou se só chegaram agora. _____

A Senhora Presidente da Câmara repetiu que os painéis foram colocados no exato momento em que a ARS comunicou à câmara que, na semana a seguinte, viria ao Centro de Saúde determinada empresa colocar os painéis fotovoltaicos, ou seja, foi-nos comunicado esse facto com uma semana de antecedência. Referiu que ainda se disse que esta não era a altura indicada, não era o momento, nem se justificava, porque o telhado tinha várias deficiências e, portanto, era necessário que fosse reabilitado, o que aconteceria apenas quando se efetuasse a grande intervenção. Porém, aquilo que responderam é que para a execução do contrato tinham de ser colocados os painéis. Por isso, efetivamente, os painéis foram colocados e deu no resultado que está à vista. Como já tinha dito, a câmara disponibilizou-se para guardar os painéis fotovoltaicos para depois poderem ser colocados quando se fizesse a intervenção, mas esta pretensão não foi atendida porque o contrato tinha de ter execução. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que já tinha ouvido a resposta que agradece, mas a sua pergunta foi no sentido de saber desde quando os painéis estavam disponíveis, ou seja, se foi só agora há um mês, questionou. _____

A Senhora Presidente respondeu que estavam disponíveis quando foram colocados. _____

O senhor vereador referiu que então só foram fornecidos à câmara naquele período. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que os painéis não foram fornecidos à câmara porque não é competência desta, ou seja, este foi um procedimento da competência da ARS que foi a responsável por fazer a candidatura, por fazer o concurso e por adjudicar a colocação dos painéis fotovoltaicos em todas as unidades de saúde do norte, onde se insere Montalegre. Deste modo, afirmou que este procedimento decorre exatamente do que já explicou, por isso, a câmara é completamente alheia a este processo e as sugestões que foram dadas, não foram acolhidas por aquela entidade, que justificou que o contrato tinha de ser executado e, portanto, a empresa teria de colocar no local os painéis, estivesse o telhado como estivesse. _____

 _____

A senhora vereadora Dra. Sandra Sousa perguntou se a ARS vai responsabilizar-se pela água que vai cair no Centro de Saúde. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou se vão também responsabilizar-se pelos danos que estão a ser causados. _____

A senhora vereadora Dra. Sandra reforçou que já chovia no Centro de Saúde antes dos painéis solares estarem colocados, mas agora a situação vai ficar muito pior daquela que se verificou no inverno passado. _____

A Senhora Presidente respondeu que a câmara já deu a devida nota dessa situação. _____

A senhora vereadora da oposição referiu que isso é uma questão de bom senso. _____

A Senhora Presidente afirmou que é uma questão de bom senso, mas esse “bom senso” que refere a senhora vereadora vai ter que o ir pedir a quem de direito e não à câmara de Montalegre. _____

A senhora vereadora Dra. Sandra disse que a câmara de Montalegre é que tem de responsabilizar a ARS. _____

A Senhora Presidente afirmou que foi exatamente aquilo que acabou de dizer na sua intervenção, mas que a senhora vereadora não ouviu. _____

A senhora vereadora referiu que daí a sua pergunta, se a ARS se responsabiliza pela água que vai cair no Centro de Saúde. _____

A Senhora Presidente respondeu que a câmara comunicou e a ARS vai ter de fazer a intervenção que está planeada e segundo dizem, que está planeada para muito breve. Por isso, a câmara fica na expectativa de quando é que vai acontecer essa intervenção, sendo certo que já se sabe que vai ter de ir a câmara atrás e depois resolver mais um problema, mas cá estaremos para isso. _____

A senhora vereadora Dra. Sandra afirmou que era essa a resposta que queria ouvir. _____

A Senhora Presidente da Câmara, uma vez mais, repetiu que a colocação de painéis no Centro de Saúde não foi efetuada no âmbito das competências da câmara, nem no âmbito da transferência de competências que se operou. Esta situação, de que se está aqui a falar e que está consumada, é da inteira responsabilidade da extinta ARS, que tem a responsabilidade de resolver a questão. _____

A senhora vice-Presidente Dra. Ana Isabel Dias solicitou uma intervenção para dar nota do seguinte: _____

“A realização do fórum que ocorreu a semana passada no Multiusos de Montalegre e que trouxe pessoas de todo o país, organizado pela Agrobio, em colaboração com a Câmara Municipal de Montalegre e com o tema “Baldios: que futuro?” trouxe gente da academia, antigos governantes,



gente com perspectivas diferentes em relação a esta questão ou a este entendimento que é o baldio, para além do entendimento que a lei lhe atribui. Foi um dia interessante, de debate, onde se levantaram algumas questões de grande preocupação e particularmente, o mais importante, é terem-se criado atas para enviar ao Senhor Ministro da Agricultura para chamar a atenção sobre este assunto. É um assunto que muito nos diz, aliás, já nos levou a várias reuniões, a bater o pé e a fazer várias exigências, para fazer aquilo que temos feito, ou seja, reivindicar, valorizar o mundo rural e dizer que Montalegre, de facto, está preocupada com estas questões. É importante reunir as pessoas, ouvir, refletir, criar documentos para depois levar a quem tem a capacidade de decidir, porque o mundo rural é verdadeiramente importante para nós. Exemplo disso é o incremento que temos vindo a fazer no apoio aos agricultores, que transmite esta preocupação, mas, mais do que isso, se nós não conseguirmos expor na discussão do dia-a-dia estes problemas que nos afetam a nós diretamente, mas que são assuntos do país, não conseguimos que se discuta e que se reflita sobre este assunto. Foi um dia muito interessante, enfim, uns painéis mais do que outros, alguma gente a falar que se calhar nunca pôs o pé num baldio, mas na generalidade um dia de grande resultado até académico.”

A Senhora Presidente da Câmara interveio para felicitar a senhora vice-Presidente Dra. Ana Isabel pela excelência da organização deste fórum, no qual não conseguiu estar presente, mas teve muita pena porque os ecos que lhe chegaram de toda a organização é que foi uma organização de excelência e, por isso, quer apresentar-lhe as felicitações que foram apresentadas a si. Pela organização do almoço com produtos bio, o que fez todo o sentido, considerando que não eram só os baldios e todas estas temáticas que estão ligadas ao baldio que estavam em discussão, mas também a promoção da agricultura biológica e, sobretudo, a importância e pertinência da produção biológica em baldio como incremento da rentabilidade e do incremento do rendimento para os agricultores concelhios. Afirmou que esta é uma matéria em que todos devemos estar alinhados, oposição e executivo, e de facto temos estado. É um problema transversal e temos de fazer chegar as nossas vozes, seja por que meios forem, a quem tem o poder de decidir e fazer. Temos de reivindicar aquilo que é nosso por direito e que não se entenda que o baldio é uma terra de ninguém. O baldio tem dono, não é uma terra de ninguém que não serve para nada, pois serve para muitas coisas. É nossa função pedagogicamente dizer aos nossos agricultores, e chamar-lhes a atenção, que têm que cumprir as normas que estão estabelecidas para o uso do baldio, para que depois não haja qualquer tipo de argumento para haver cortes. Essa função pedagógica tem de estar sempre presente, não pode ser só uma função reivindicativa e de queixume, temos todos os motivos para nos queixarmos, temos de fazer aqui também um trabalho que é resiliente porque muitos dos nossos



agricultores também, muitas vezes, não compreendem as normas e não compreendem, principalmente, quando essas normas vêm de uma Europa que não conhece o território. Somos nós que temos de lhes dizer que essas normas existem e que podem causar prejuízo a quem não as cumpra, concluiu. Prosseguindo, deu os parabéns a todas as Associações e Juntas de Freguesia que, mais uma vez, foram inexecutáveis na celebração do S. Martinho com a realização de magustos que se realizaram um pouco por todo o lado. Afirmou que é uma festa generosa, de partilha e simples. Houve alguns magustos mais elaborados, mas todos eles com aquilo que é importante, que é a partilha de um copo de vinho, umas castanhas assadas e, principalmente, a partilha de boa disposição, de alegria e de conversa que faz falta entre os membros da comunidade e que permite trazer as pessoas e tirá-las de casa. Deixa, assim, um bem-haja a todas as comunidades que organizaram estes eventos e foi um gosto ter estado em muitos deles. Constatou, com muita satisfação, a presença de pessoas de mais idade que, não se sentiram tão sozinhas, sentiram-se integradas, e ver associados aos mais velhos tantos jovens que já começam, paulatinamente, a perceber o interesse de preservar esta identidade. É um aspeto que registou com muito agrado porque percebeu que cada vez mais a nossa juventude percebe que participar em eventos desta natureza e outros, como as chegadas de bois, como um bailarico, como um toque de uma concertina, já não é uma coisa parva, é uma coisa diferente, que os diferencia e que os valoriza. É importante que a nossa juventude perceba aquilo que somos, a identidade, a história que temos, não têm nada de que se envergonhar daquilo que é de verdade importante e é o que nos diferencia. Referiu ainda que na cidade são todos iguais, tanto faz estar em Braga, como no Porto, como em Nova York, é tudo uma questão de escala, o “*modus operandi*” é o mesmo. Porém, nós aqui distinguimo-nos de todas as outras e é essa a diferença que nós temos que assumir. Prosseguindo, a Senhora Presidente da Câmara deu nota de que já saiu o anuário financeiro dos municípios 2023 e referiu que o município de Montalegre está muito bem colocado porque aparece em terceiro lugar dos municípios com melhor pontuação global, no distrito o que é um facto que nos honra. Informou ainda que o município está em quadragésimo segundo lugar nos municípios com maiores resultados económicos líquidos num universo de trezentos e oito municípios, o que na sua opinião é uma posição muito boa. Por outro lado, disse que com melhor resultado operacional, o município alcançou uma pontuação de cento e oitenta e três pontos em duzentos e está qualificado em trigésimo quarto lugar na lista de municípios de pequena dimensão e também em décimo oitavo lugar com melhores resultados operacionais. Por isso, referiu que é bom que alguém reconheça a saúde financeira do município e que reconheça mais ainda a boa execução financeira e a boa gestão financeira que se dá às verbas públicas, que é aquilo que compete a esta câmara. _____

Folha

O senhor vereador da oposição Dr. José Rodrigues interveio para referir que nesta questão do desempenho financeiro do município é tudo muito discutível, sendo que nem tudo é motivo de satisfação. Pois, por exemplo, se tivermos oito, dez ou doze milhões de euros na conta bancária, isso tem uma influência, pode ser positiva nalguns indicadores, se calhar, e, na opinião dos vereadores da oposição, tal não é uma coisa positiva. Viu apontados vários indicadores e, assim, numa reação imediata, sem analisar as coisas aprofundadamente e sem consultar os dados porque no momento os desconhece, não consultou a publicação, há aí várias coisas que lhe parecem resultar sobretudo de uma questão que é o desempenho financeiro dos municípios e os resultados líquidos financeiros do município, dependem muito do que se chama amortizações. Se não se tiver os ativos todos contabilizados e não se tiver amortizações, naturalmente há mais resultados líquidos e um melhor desempenho financeiro. Ao que sabe, há problemas de contabilização dos ativos do município, aliás tem sido objeto de uma ressalva, sempre por parte do ROC. Portanto, assim de imediato e sem fazer uma consulta aos indicadores e ao relatório, tem esta observação a fazer, sendo condicionada por uma análise mais aprofundada do assunto. Por isso, basicamente é isto, que se lhe oferece dizer sobre os dados trazidos aqui pela Senhora Presidente da Câmara, sendo que se deve ter mais cautela na forma como se publicita esta questão porque pode haver questões intermédias que condicionem a validade da informação ou que isto seja assim tão bom como ficou aqui expresso. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu, referindo que aquilo que seria responsável aqui dizer pelo senhor vereador desta câmara, perante estes resultados e uma vez que eles lhe suscitam dúvidas, seria o seguinte: “considerando que eu ainda não tive oportunidade de analisar o anuário e os resultados que aí estão expressos, enfim, congratulo-me com os resultados que a Senhora Presidente acabou de referir, mas, com toda a certeza, emitirei uma opinião quando estiver por dentro dos resultados”. Porém, esta não foi aqui a atitude do senhor vereador Dr. José Rodrigues, aliás como é já habitual, ou seja, quer antes transformar uma coisa boa numa coisa má e dar nota negativa. _____

O senhor vereador da oposição referiu que o que afirmou é matemática, isto é objetivo, e se os ativos não estiverem todos contabilizados, naturalmente não há amortizações, e por seu turno, naturalmente os resultados são melhores. _____

A Senhora Presidente da Câmara referiu que o que pretende o senhor vereador é, mais uma vez, dar nota negativa de uma coisa que é positiva. Na sua modesta opinião, devia congratular-se com a análise e os resultados que o município obteve, sendo certo que não é economista, nem pretende, nem sabe ao que o senhor vereador se está a referir. _____



O senhor vereador Dr. José Rodrigues interrompeu a Senhora Presidente e disse que então se não sabia ao que se referia não devia dizer nada. _____

A Senhora Presidente da Câmara pediu ao senhor vereador que não a interrompesse porque ainda não tinha acabado a sua intervenção. Referiu que sabe muito bem daquilo que o senhor vereador estava a falar, ou seja, estava a ser redutor, como sempre, e, mais importante, é que em vez de dar nota positiva daquele que é o seu município, escolheu pôr a questão pela negativa. Informou que, por exemplo, o município Boticas, ficou até melhor posicionado do que o nosso município e isso, é motivo para dar os parabéns a este município vizinho.

O senhor vereador da oposição referiu que não conhece a situação. _____

A Senhora Presidente referiu que este facto, relativo ao município vizinho, deverá ter a ver com as razões que o senhor vereador afirmou e não por algum mérito na gestão financeira. Afirmou que o senhor vereador deve acreditar naquilo que aqui lhe diz porque não é só essa a matéria que vem nos relatórios, mas com toda a certeza o senhor vereador irá analisar o anuário e verá o que lá está. Desse modo, irá ver também quem são os responsáveis pela elaboração deste relatório, deste anuário, e perceberá que deverão ser pessoas que percebem disto. A si, enquanto Presidente desta câmara, cabe-lhe dizer o seguinte: congratula-se com estes resultados, que são muito bons relativos ao exercício do município de Montalegre e aquilo que este executivo se compromete é, ao longo dos tempos, continuar nesta responsabilidade e neste compromisso de fazer aquilo que é sua obrigação e que está no âmbito das suas competências, ou seja, não perder de vista a boa saúde financeira do município. Afirmou que isso é que é importante, cada vez mais importante, até decorrente de todas as situações que, infelizmente, se vêm perspetivando para um futuro a nível europeu e a nível mundial, por isso, é importante ter-se saúde financeira. _____

O senhor vereador da oposição Dr. José Capela interveio para afirmar que, medir as coisas pela gestão financeira porque há dinheiro no banco, leva-o a dizer que lhe interessa ter um milhão de euros na conta bancária do município se, no final do dia, "só come sopa ou não come nada, que lhe interessa ter esse milhão de euros e ter de andar a pé. Que lhe interessa ter dinheiro na conta e o seu bem-estar ser deplorável. Que lhe interessa ter esse milhão de euros na conta e o seu nível de vida ser miserável. Referiu que com tudo isto, o que quer dizer é que não interessa ter muito dinheiro se, no fim, vivemos mal. Assim, se esse prémio fosse pelo nível de vida e bem-estar das pessoas no concelho, daria os parabéns à Senhora Presidente, mas não, porque provavelmente se houver um estudo sobre o nível das pessoas, sobre ao que têm direito e não existe sequer, se calhar está-se muito aquém e, se calhar, somos dos piores concelhos do país.

Falou

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que nunca leu o relatório, nem o parecer do revisor do oficial de contas sobre as contas do município de Boticas, portanto não se vai pronunciar sobre aquele município. _____

A Senhora Presidente da Câmara corrigiu o senhor vereador e disse que os factos de que falou não têm nada a ver com o relatório do revisor oficial de contas. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues disse que sabia disso, mas já tinha lido o relatório do ROC de Montalegre e desde o ano de dois mil e sete que os revisores andam a pôr ênfase, limitações e umas reservas sobre as contas, ou seja, as contas do município andam desde essa altura com essas reservas sobre a avaliação dos ativos. Ora, referiu, isto é um dado objetivo e se não se tem os ativos valorizados como deve ser, temos menos amortizações e isso prejudica os resultados financeiros, sendo que os resultados financeiros não são o objetivo, nem devem ser o critério principal para se avaliar o bom desempenho de um município, como é natural. O município não é uma entidade com fins lucrativos, não é esse o objetivo, porque o objetivo principal deverá ser prestar bons serviços à população. Porém, disse que em condições normais os bons resultados financeiros não são algo a menosprezar, por exemplo, no caso de se pagar a fornecedores antecipadamente, isso é algo positivo, mas não será o principal. Na sua perspectiva, o que é principal é ter infraestruturas, muitas delas estão atrasadas há imenso tempo, lembra-se por exemplo, do multifunções de Salto que anda desde o ano de dois mil e doze em projeto e vai na sexta versão, gastaram-se entretanto trezentos e tal mil euros em projetos de arquitetura e os miúdos continuam a treinar à geada no inverno, ora, isto é importante. Afirmou, agora, ter um bom desempenho financeiro, primeiro depende de como se calcula, sendo que os bons técnicos, agora não sabe quem é, mas quando este anuário começou a ser feito, era um professor do IPCA que era muito bom, era a pessoa mais competente e mais conhecedora da contabilidade dos municípios, o Professor Carlos Carvalho que era uma pessoa muito competente, se calhar a pessoa mais conhecedora de contabilidade municipal, ainda que a questão não esteja nos bons técnicos que fazem o estudo. A questão está nos números a que os técnicos têm acesso, que podem não refletir toda a realidade, essa é que é a questão, observou. Sendo que, referiu, um bom desempenho financeiro, ainda que fosse verdadeiro e autêntico e refletisse a realidade da situação financeira do município, não é o que é o mais importante. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu e disse que mais uma vez se vê aqui que a oposição desta câmara confunde a “estrada da beira com a beira da estrada” e continua-se a andar neste discurso circular. Quanto ao que afirmou o senhor vereador Dr. Capela, quer aqui dizer-lhe o seguinte, quando se refere na sua intervenção: “ medir as coisas pela questão



financeira porque há dinheiro no banco, mas as pessoas vivem miseravelmente, não interessa nada ter muito dinheiro quando vivemos muito mal e se o prémio for por nível de vida no concelho, do que têm direito e não têm vamos muito mal, porque o nível de vida no nosso concelho é uma desgraça muito grande," quando tiver tempo, e não será para a próxima reunião de câmara, vai apresentar-lhe uns relatórios, que o senhor vereador parece desconhecer, relativamente aos dados objetivos no que diz respeito ao nosso concelho. Nessa altura, o senhor vereador, se calhar, ficará surpreendido com aquilo que são os dados oficiais e não a interpretação que cada um faz desses dados. No que lhe diz respeito, limita-se a observar os dados, não faz interpretações e nem põe em causa os dados que estão no anuário, os quais foram recolhidos com toda a certeza em nalgum lado. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que foram recolhidos na câmara. _____

A Senhora Presidente da Câmara observou o seguinte: "pronto, senhor vereador pode haver bons técnicos mas que não têm acesso aos dados. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu que na sua intervenção de há pouco, se esqueceu de mencionar a falta do canil municipal. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que ainda bem que o senhor vereador Dr. Jose Rodrigues falou do canil municipal porque lhe dá a oportunidade até de lhe fazer um pedido, que pode ser que se torne útil, mas sabe que o seu colega, Presidente Queiroga, já estará a tratar disso, contudo irá já responder-lhe. Mas, como estava ainda a responder ao vereador Dr. Capela, há-de trazer-lhe uns dados oficiais para que possa perceber qual é o nível de vida e o estilo de vida do nosso concelho, porque há dados que nos permitem aferir tudo isso. Portanto, ficará surpreendido sobre os dados que supõe, sejam pedidos às trezentos e oito autarquias que existem no país. Depois, referiu também que, quando se diz que há dinheiro no banco e que as pessoas vivem muito mal, volta a dizer que querem transformar a Presidente da Câmara de Montalegre ao estilo de ditador que, enfim, tinha os cofres cheios de ouro, mas que as pessoas viviam miseravelmente, realmente é utilizar uma imagem de um exagero absurdo e que induz em erro quem ouve os vereadores da oposição. Volta a repetir, efetivamente, esta câmara tem boa saúde financeira, tem dinheiro (e muito!) nas contas bancárias. _____

O senhor vereador Dr. Capela observou: "Afinal temos." _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou: "Temos, temos, senhor vereador." _____

O senhor vereador respondeu: "Há situações que não, agora já sim." _____

A Senhora Presidente da Câmara informou o seguinte: "Temos, só que, olhe, esse dinheiro é como se estivesse gasto. Está comprometido." _____

Falor

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu: "Outra vez? É melhor não irmos por aí, Senhora Presidente, senão vai ser mais meia hora." _____

A Senhora Presidente respondeu: "É o que eu digo, vão ter de rever os compêndios por onde estudaram, porque alguns agora já estão mais atualizados." Prossequindo, e para finalizar este diálogo, a Senhora Presidente referiu que poderia dizer ao senhor vereador da oposição o seguinte: "Ainda bem que o multifunções de Salto finalmente vai ser feito. Vai ser feito por nós."

O senhor vereador Dr. José Rodrigues respondeu: "Vamos ver." _____

A Senhora Presidente insistiu: "Vai ser feito e vai ser feito por nós." _____

O senhor vereador repetiu: "Vamos ver." _____

A Senhora Presidente observou: "Não, não tenha dúvida disso. Não, não tenha dúvida nenhuma disso." _____

O senhor vereador Dr. Capela afirmou: "A primeira pedra." _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu: "Isso talvez, provavelmente sim." _____

O senhor vereador Dr. Capela disse: "Em setembro de 2025 lança a pedra." _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues exclamou: "Provavelmente sim." _____

A Senhora Presidente da Câmara dirigiu-se aos senhores vereadores da oposição e referiu que quando acabassem de "confraternizar" dava por encerrado este ponto. Perguntou se os senhores vereadores queriam confraternizar mais um pouco ou queriam acrescentar algo positivo e enriquecedor à presente reunião porque, de outro modo, concluía da seguinte forma: "O multifunções ainda bem que finalmente vai ser feito, vai ser feito por este executivo, não tenham dúvida nenhuma os senhores vereadores." _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que tal não era objetivo porque a senhora Presidente tem uma data de previsão da obra para o ano de 2026, mas não pode ter a certeza que a conclusão da obra será com este executivo, por isso, não pode dizer isso com tanta certeza. _____

A Senhora Presidente da Câmara referiu: "Pois, mas digo." _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que a Senhora Presidente prevê concluir essa obra no ano de 2026, isto é, se não houver atrasos. Por isso, não pode ter a certeza se irá ser ela a fazê-lo, isto é ser objetivo, ou não é. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que o que garante ao senhor vereador é que ele, na intervenção que fez tinha dito o seguinte: "andou não sei quantos anos e coitadinhos dos meninos a treinar a geadá," ora, o que lhe respondeu foi, "ainda bem que agora o multifunções vai ser feito, e vamos fazê-lo." Afirmou ainda bem que apesar de não poder estar no quadro comunitário de apoio, a câmara tem saúde financeira para alocar a verba necessária, que é



significativa, do orçamento municipal para fazer aquela obra. Ainda bem que a câmara tem dinheiro no banco para os imponderáveis e lembra-se de aqui há um ano ou dois falar que se tinha de ter sempre uma margem de manobra no banco para acautelar qualquer situação que surgisse. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou: "E tem razão." _____

O senhor vereador Dr. Capela observou: " Mas não oito milhões." _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que é uma pessoa de compromissos e que os honra todos, seja como for, custe o que custar, todos sem exceção, e isto significa ser uma pessoa de palavra. Quanto ao canil, e retomando o assunto que ficou de expor, deu nota ao senhor vereador de que, como já tinha explicado até à exaustão, o procedimento estava todo feito, inclusivamente o ICNF já deu resposta, todas as entidades já deram resposta e, neste momento, está na gaveta do senhor Secretário de Estado para pôr uma assinatura para que a obra se possa fazer. Referiu que inclusivamente, a Câmara já teve um o adiantamento de uma parte da verba do ICNF, ou seja, a parte que competia ao ICNF, que se cifra na ordem dos noventa mil euros. _____

Informou que o canil vai custar mais, portanto essa verba consta do orçamento, que se foi mantendo, exatamente para que, mal viesse o despacho, de alguém que tem que dar esse despacho se poder iniciar o procedimento de empreitada. _____

O senhor vereador Dr. Capela perguntou se "esse alguém não era do governo anterior." _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que o atual governo já está em funções há vários meses, por isso, continuam à espera. _____

O senhor vereador Dr. Capela afirmou que o senhor Secretário de Estado tinha lá uma "pilha muito grande." _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que não sabia que pilha de documentos é que tinha só concretizou onde estava o assunto do canil e o Senhor Presidente da Câmara de Boticas, inclusivamente, iria falar com o senhor Secretário de Estado para ver o que conseguia fazer para que o concurso publico para a obra pudesse ser lançado e a obra arranque. _____

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -

III

INTERVENÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA

3.1. PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO – PROPOSTA _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela Dra. Ana Isabel Alves Dias, vereadora com competências na área da Ação Social, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: _____

Assessor

“À Reunião de Câmara de 28.11. 2024. _____

Proposta: PROGRAMA Abem: Rede Solidária do Medicamento _____

No âmbito do PROGRAMA Abem: Rede Solidária do Medicamento, e das Normas de atribuição do respetivo benefício/cartão, proponho à Ex.ma Câmara a aprovação da lista anexa dos agregados familiares candidatos que integram o Programa Abem, com a renovação dos processos constantes no n.º 1, alínea a) . _____

A Vereadora da Ação Social, (Ana Isabel Alves Dias)”. _____

Em anexo a esta proposta encontra-se o enquadramento legal que fundamenta a proposta de renovação dos processos com os n.º de Dignitude 0030737 (1 cartão), 0381673 (2 cartões) e 042304 (2 cartões), o qual se dá aqui com integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais.

Este documento, fica arquivado sob a forma de cópia como doc. n.º 4. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação (DSCE) para efeitos de notificação e acompanhamento da execução material da presente deliberação. _____

3.2. PROGRAMA “OLHARES PELA MATERNIDADE” – PROPOSTA _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela Dra. Ana Isabel Alves Dias, vereadora com competências na área da Ação Social, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: _____

“À Reunião de Câmara de 28.11.2024 _____

PROPOSTA - Programa “Olhares pela Maternidade” _____

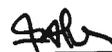
No âmbito do Regulamento do Programa “Olhares pela Maternidade”, foram apresentadas 3 candidaturas, correspondentes a outras tantas crianças nascidas no concelho de Montalegre. ____

Analisada as mesmas, proponho: _____

1. Admissão das candidaturas constantes da lista anexa (listagem n.º 50), porque cumprem com as condições gerais de atribuição do apoio, definidas no artigo 4º. _____

2. Que seja atribuído o apoio financeiro mensal no valor de 50,00€, com o pagamento a partir do mês de novembro, concretizado mediante a apresentação dos documentos referidos na alínea b) e e), do artigo 5º e, até a criança perfazer os três anos de idade. _____

3. Considerando que, em cumprimento do disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, que o executivo municipal autorize que a presente proposta possa produzir efeitos financeiros anuais, concretizados da seguinte forma: _____



Objeto	Ano de 2024	Ano de 2025
Apoio Financeiro a todas as crianças residentes no concelho, até perfazerem os 3 anos de idade (3)	€ 300,00	€ 1800,00

Montalegre, 21 de novembro de 2024. _____

A Vereadora da Ação Social - Ana Isabel Alves Dias." _____

Este documento, bem como o anexo que se encontra junto, ficam arquivados sob a forma de docs. n.º 5 e 6. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação (DSCE) para efeitos de notificação e acompanhamento da execução material da presente deliberação. _____

3.3. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – APOIO À RENDA – PROPOSTA _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela Dra. Ana Isabel Alves Dias, vereadora com competências na área da Ação Social, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: _____

“À Reunião de Câmara de 28.11.2024 _____

PROPOSTA – Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos – Artigo 10º - Apoio à Renda. _____

Processo nº 159/07/ACS-A/2024. _____

Proposta _____

Com fundamento no Relatório Social apresentado pela chefe de Unidade de Inclusão e Ação Social, e de acordo com o Regulamento de Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, no seu artigo 10º (Apoio económico para pagamento da renda de casa para habitação permanente, até ao montante de 200€ mensais, pelo período de 6 ou 12 meses, eventualmente renovável por igual período de 6 ou 12 meses até ao limite de 36 meses, podendo ser ajustado sempre que se verificarem alterações no montante dos rendimentos do agregado familiar), proponho à Ex.ma Câmara a atribuição de um apoio económico para o pagamento da renda no valor de 200€ mensais durante o período de 12 meses. A despesa com este apoio, foi cabimentada com o nº /2024. _____

Montalegre e Paços do Município, 22 de novembro de 2024 _____

Folha

A Vereadora da Ação Social - Ana Isabel Alves Dias.” _____
Este assunto foi objeto de proposta de cabimento pela Divisão de Finanças em 22.11.2024 ao qual coube o n.º1251. _____

Este documento, bem como o anexo que se encontra junto, ficam arquivados sob a forma de cópias como docs. n.ºs 7 e 8 _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a proposta nos termos em que se encontra formulada. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação (DSCE) para efeitos de notificação e acompanhamento da execução material da presente deliberação. _____

3.4. CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA – COMPONENTE SOLIDÁRIA – 2.º FILHO E SEQUENTES – PROPOSTA _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela Comissão Especializada para a seleção das candidaturas, no âmbito do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais, dando-se por integrada e reproduzida a lista dos processos anexa a esta proposta. _____

“À Reunião de Câmara de 28.11.2024 _____

Proposta _____

A Comissão Especializada para a seleção das candidaturas, no âmbito do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família, reuniu no passado dia 18 de novembro de 2024, pelas 14 horas, para aplicação das normas constantes do referido Regulamento. Instruído e analisado o processo de candidatura apresentado, verifica-se que o requerente reúne as condições, propondo-se à Ex.ª Câmara o seu deferimento. _____

Montalegre, 18 de novembro de 2024. _____

A vereadora – Ana Isabel Alves Dias – A Chefe da Divisão – Maria Gorete Barroso Afonso – A Chefe da Unidade – Ana Rita Velho Pedreira.” _____

Este documento, fica arquivado nesta ata sob a forma de cópia como doc. n.º 9. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a proposta nos termos em que se encontra formulada. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação (DSCE) para efeitos de notificação e acompanhamento da execução material da presente deliberação. _____

3.5. ALTERAÇÃO, RENOVAÇÃO E INDEFERIMENTO DOS PROCESSOS REFERENTES À CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FAMÍLIA – COMPONENTE SOLIDÁRIA – 2.º FILHO E SEQUENTES – PROPOSTA _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela Comissão Especializada para a seleção das candidaturas, no



âmbito do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais, dando-se por integrada e reproduzida a lista dos processos anexa a esta proposta. _____

“À Reunião de Câmara de 21.11.2024 _____

Proposta _____

A Comissão Especializada para a seleção das candidaturas, no âmbito do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família, reuniu no passado dia 13 de novembro de 2024, pelas 14 horas, para a reapreciação de todos os processos de Apoio Financeiro à Família – 2.º filho e seguintes, conforme o determinado no artigo n.º 9.º do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro à Família. _____

Assim, propõe-se à Ex.ª Câmara a alteração, renovação e indeferimento dos seguintes processos _____

Montalegre, 14 de novembro de 2024. _____

A vereadora – Ana Isabel Alves Dias – A Chefe da Divisão – Maria Gorete Barroso Afonso – A Chefe da Unidade – Ana Rita Velho Pedreira.” _____

Estes documentos, ficam arquivados nesta ata sob a forma de cópia como docs. n.ºs 10 e 11 e 12. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a proposta nos termos em que se encontra formulada. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação (DSCE) para efeitos de notificação e acompanhamento da execução material da presente deliberação. _____

3.6. PRÉDIO ALBINO FIDALGO I E II – RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE COMODATO – PROPOSTA _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela Dra. Ana Isabel Alves Dias, vereadora com competências na área da Ação Social, cujo teor se dá por reproduzido, para os devidos efeitos legais: _____

Este documento, fica arquivado nesta ata sob a forma de cópia como doc. n.º 13. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação (DSCE) para efeitos de acompanhamento da execução material da presente deliberação _____

3.7. CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS – PRÉDIO ALBINO FIDALGO I E II – PROPOSTA _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pela Dra. Ana Isabel Alves Dias, vereadora com competências na área da Ação Social, cujo teor se transcreve, para os devidos efeitos legais: _____

“À Reunião de Câmara de 21.11.2024 _____

Concurso para Atribuição de Habitações Sociais – Prédio Albino Fidalgo I e II – Proposta _____



No âmbito do concurso para atribuição de habitações sociais nos Prédios Albino Fidalgo, aberto pelo Edital n.º 51/2023 e retificado em reunião de câmara no dia 19/10/2023, após o ato do sorteio realizado no dia 7 de maio do corrente ano, foi elaborada a lista de suplentes do concurso, conforme ata n.º 2 anexa.

Considerando que este concurso é válido por um ano, e que existem habitações vagas,

Considerando que os candidatos suplentes abaixo referenciados apresentaram novos documentos que comprovam a manutenção dos requisitos que lhes permitiram a admissão ao presente concurso, nomeadamente não possuir habitação própria e ter um rendimento per capita inferior ao Salário Mínimo Nacional, proponho à Ex.ma Câmara a atribuição das seguintes habitações:

1 – Teresa Gonçalves Afonso, candidata prioritária admitida (1.ª candidata da lista de suplentes para uma habitação de tipologia T3) passe a ocupar uma habitação de tipologia T3, sita no Prédio Albino Fidalgo I, que atualmente está vaga (Bloco A, n.º 1, 2.º esquerdo frente);

2 – Tânia Sofia Urbano Larouco, candidata constante na listagem de outros candidatos admitidos, (1.º candidata da lista de outros candidatos admitidos suplentes para uma habitação de tipologia T3), passe a ocupar uma habitação de tipologia T3, sita no Prédio Albino Fidalgo I, que atualmente está vaga (Bloco A, n.º 1, 2.º esquerdo traseiras);

3 – Adelina Pereira Leite, candidata constante na listagem de outros candidatos admitidos, (2.º candidata da lista de outros candidatos admitidos suplentes para uma habitação de tipologia T3), passe a ocupar uma habitação de tipologia T3, sita no Prédio Albino Fidalgo I, que atualmente está vaga (Bloco B, n.º 3, 1.º direito frente);

4 - Esperança Cristina Teixeira Monteiro, candidata constante na listagem de outros candidatos admitidos, (1.º candidata da lista de outros candidatos admitidos suplentes para uma habitação de tipologia T2), passe a ocupar uma habitação de tipologia T2, sita no Prédio Albino Fidalgo I, que atualmente está vaga (Bloco B, n.º 3, 1.º esquerdo frente).

Montalegre, 18 de novembro de 2024. A Vereadora da Ação Social - Ana Isabel Alves Dia.”

Estes documentos ficam arquivados sob a forma de docs. n.ºs 14, 15 e 16.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta.

À Divisão Sócio Cultural e Educação (DSCE) para efeitos de acompanhamento da execução material da presente deliberação

3.8. CONCURSO DE DECORAÇÕES DE NATAL “NATAL ALEGRE” – PROPOSTA

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma proposta, cujo teor aqui se transcreve, de forma integral:



V - Calendário /Cronograma

- 1 de Dezembro a 9 de dezembro - Inscrições.
- 14 Dezembro a 6 janeiro - Período de exposição.
- 14 Dezembro a 6 janeiro - Período de votação do júri.
- 13 Janeiro - Anúncio dos vencedores.

VI – Inscrições

- a)As inscrições são de carácter obrigatório e gratuito até 8 de dezembro.
- b)A inscrição é formalizada e efetivada após preenchimento e submissão do formulário de inscrição, disponibilizada no website oficial da Câmara Municipal de Montalegre, para o seguinte correio eletrónico: natal.alegre@cm-montalegre ou mediante preenchimento presencial no Ecomuseu de Barroso - Espaço Padre Fontes.
- c)Os custos dos materiais utilizados e outras despesas associadas à decoração são total responsabilidade dos participantes.

VII - Júri

1. O Júri será constituído pela chefe da divisão sociocultural e educação, chefe de divisão turismo, ecomuseu e desporto e presidente do ecomuseu associação de barroso.
2. Os elementos do júri não podem participar no concurso.

VIII - Votação e critérios de avaliação

1. Após o período de inscrição, será feita a divulgação de todos os concorrentes nos diferentes canais de comunicação do município e do Ecomuseu de Barroso.
2. Os critérios de avaliação do Júri serão os seguintes:
 - a) Originalidade e criatividade;
 - b) Harmonia estética global;
 - c) Integração com identidade cultural local.
 - d) Utilização de matérias recicláveis
3. A pontuação será de 0 a 10 para cada um dos quatro itens em avaliação.
4. Em caso de empate será tida em consideração a maior pontuação no item “Originalidade e Criatividade”.
5. O júri reserva-se o direito de fazer registos fotográficos da estrutura decorativa e fazer a divulgação dos mesmos nos diferentes canais de comunicação do município e do Ecomuseu de Barroso.

IX – Prémios

Habitações/Associações

1º Prémio – 500 euros

André

2º Prémio – 350 euros _____

3º Prémio – 250 euros _____

4º Prémio – 150 euros _____

5º Prémio – 100 euros _____

6º Prémio – 100 euros _____

7º Prémio – 100 euros _____

8º Prémio – 100 euros _____

9º Prémio – 100 euros _____

10º Prémio – 100 euros _____

Comércios /Empresas _____

1º Prémio – 500 euros _____

2º Prémio – 350 euros _____

3º Prémio – 250 euros _____

4º Prémio – 150 euros _____

5º Prémio – 100 euros _____

6º Prémio – 100 euros _____

7º Prémio – 100 euros _____

8º Prémio – 100 euros _____

9º Prémio – 100 euros _____

10º Prémio – 100 euros _____

Associações _____

1º Prémio – 500 euros _____

2º Prémio – 350 euros _____

3º Prémio – 250 euros _____

4º Prémio – 150 euros _____

5º Prémio – 100 euros _____

6º Prémio – 100 euros _____

7º Prémio – 100 euros _____

8º Prémio – 100 euros _____

9º Prémio – 100 euros _____

10º Prémio – 100 euros _____

Montalegre, 25 de novembro de 2024 _____

O Chefe de divisão de Turismo, Ecomuseu e Desporto, Otelio Nuno Moura Rodrigues" _____

Este documento fica anexo à presente ata sob a forma de doc. n.º 17. _____

Atalaia

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, as normas relativas ao Concurso de Decorações de Natal. _____

À Divisão de Turismo, Ecomuseu e Desporto (DTED) para efeitos de notificação e acompanhamento da execução material da presente deliberação. _____

IV

- CONCESSÃO DE APOIOS / SUBSÍDIOS -

V

PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA

1 – PLANEAMENTO / ORDENAMENTO

2 – OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO / OBRAS DE URBANIZAÇÃO

3 – OBRAS DE EDIFICAÇÃO

4 – SERVIÇOS URBANOS

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS

3.9. DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAR A DESPESA / APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE MONTALEGRE. DOM N.º 58/2024 – PROPOSTA

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma proposta, subscrita pelo Chefe da Divisão das Obras Municipais, Eng.º Mário Alberto Gonçalves da Costa, cujo teor aqui se transcreve, de forma integral: _____

“PROPOSTA DE DECISÃO DE CONTRATAR E RESPETIVA AUTORIZAÇÃO DE DESPESA”_

Data: 22 de novembro de 2024. _____

Assunto: Abertura de procedimento – Concurso Público - Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Montalegre - DOM N.º 58/2024. _____

Descrição e fundamentação da necessidade Artigo 36º do CCP	O Município de Montalegre é uma pessoa coletiva pública de base territorial, dotada de atribuições e órgãos representativos próprios, consubstanciando uma Autarquia Local, por imperativo do n.º 2 artigo 235.º da Constituição da República Portuguesa.
---	---

Felg

De entre as suas atribuições, constantes do n.º 1 e 2 do artigo 23.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, encontram-se as seguintes:

- (i) Equipamento rural e urbano,
- (ii) Saúde;
- (iii) Promoção do desenvolvimento, e;
- (iv) Ordenamento do território e urbanismo.

Nesse sentido, pretende-se a requalificação energética e acessível do Centro de Saúde existente, sito na Rua Lama do Moinho, nº 400, 5470-225, Montalegre, com apoio financeiro para a realização da submedida *i1.08 – Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais*, enquadrada no Investimento RE-C01-i01 -“*Cuidados de Saúde Primários com mais respostas*”, previsto no PRR, publicado nos termos do Aviso Convite n.º 16/C01-i01/2023, a 24 de novembro de 2023 e com última republicação a 29 de maio de 2024.

A 27/12/2023, foi apresentada candidatura, pelo Município de Montalegre, denominada *Requalificação do Centro de Saúde de Montalegre*, referente à meta supramencionada, à qual foi atribuída o projeto com o número 7673.

Dado o estado atual do edifício, dada a intervenção pretendida e dado o orçamento estipulado e candidatura aprovada, a empreitada visa garantir que o edifício, seja dotado das características necessárias para cumprir o estipulado. Contudo não sendo possível uma intervenção de raiz, a intervenção será cirúrgica, mas garantindo o melhoramento do existente. De uma forma genérica, a requalificação em apreço visa melhorar a fachada, a cobertura existente, e reorganização dos espaços interiores segundo as orientações para as Unidades de Saúde Familiar e tornar o edifício acessível, tanto para utentes como para funcionários.

Feitor

	<p>Assim foram reorganizados espaços de receção, salas de esperas, circuitos dos utentes e funcionários, instalações sanitárias e vestiários de funcionários, espaços de apoio e áreas de apoio à comunidade.</p> <p>Face ao exposto, propõe-se a abertura de um procedimento pré-contractual para a celebração de um contrato de <i>“Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Montalegre”</i>, sendo de notar, neste âmbito, que a entidade adjudicante não dispõe de recursos materiais e humanos para a satisfação da presente necessidade pública.</p> <p>Nestes termos, remetem-se em anexo as peças do procedimento, peças essas elaboradas em conformidade com o disposto no CCP.</p> <p>A decisão de contratar cabe ao órgão Competente para autorizar a despesa, no caso, o executivo municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º e 38.º do CCP, conjugado coma alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea b) n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.</p>
Tipo de Procedimento	Para efeitos de escolha do procedimento, e tendo em consideração o disposto nos artigos 17.º a 33.º do CCP, propõe-se a adoção de um Concurso Público, sem publicidade internacional, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do CCP.
Preço base Artigo 47º do CCP	<p>Ao procedimento de formação do contrato de <i>“Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Montalegre”</i> corresponde um preço base de € 1.294.378,82 (um milhão, duzentos e noventa e quatro mil, trezentos e setenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido.</p> <p>Para efeitos do cumprimento do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, informa-se que a fixação do preço base teve por base a estimativa orçamental elaborada pelo projetista.</p>
Rubrica orçamental/ Plano	02/ 07010307; Plano 39/I/2023
Repartição plurianual	<p>2025: € 647.189,41 + IVA</p> <p>2026: € 647.189,41 + IVA</p>



Júri Artigo 67º do CCP	Presidente: Mário Alberto Gonçalves da Costa; Vogal Efetivo: João Paulo Dias Rodrigues; Vogal Efetivo: Isabel Maria Silva Pereira; Vogal Suplente: Maria José Afonso Baía; Vogal Suplente: António Joaquim Quintanilha Afonso Borges. Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 69.º, ambos do CCP, propõe-se a delegação, no Júri do Procedimento, da competência para prestar esclarecimentos relativos às peças do procedimento, nos termos do artigo 50.º do CCP.
Peças Procedimento Artigo 40º do CCP	Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 40.º do CCP, as peças do procedimento são o Anúncio, o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos.
Documentos da proposta Artigo 57º do CCP	1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, de acordo com o Anexo I do convite – Anexo I ao Programa de Concurso; 2. Formulário da proposta, conforme Anexo A. 3. Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalhos previstas no projeto de execução, devendo os preços unitários ser arredondados a duas casas decimais, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 57.º do CCP; 4. Um plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361.º do CCP, que deverá incluir: a. Uma Memória Descritiva e Justificativa; b. Um Plano de Atividades, composto por um diagrama de barras mostrando o desenvolvimento dos trabalhos de execução da empreitada a partir da consignação, com escala temporal de uma semana, no qual se assinalem o caminho crítico da obra e as diferentes tarefas a executar para cada conjunto de trabalhos, definidos no Caderno de Encargos; c. Um plano de meios humanos a afetar à obra expresso em “efetivos x dia” de cada categoria profissional, ao



	<p>longo do prazo de execução da empreitada, sob pena de exclusão da proposta;</p> <p>d. Um plano de meios técnicos / equipamentos a afetar à obra;</p> <p>5. Um cronograma financeiro contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços;</p> <p>6. Declaração do concorrente, nos termos do n.º 4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, indicando nomeadamente os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas no alvará de empreiteiro de obras públicas ou no certificado de empreiteiro de obras públicas ou nas declarações emitidas pelo IMPIC, IP., nos termos da portaria referida no n.º 2 do artigo 81.º do CCP - Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro -, para efeitos da verificação da conformidade desses preços com a classe daquelas habilitações, bem como o nome e endereço dos subempreiteiros, o valor e natureza dos trabalhos a realizar por estes últimos.</p> <p>7. Certidão de registo comercial ou certidão permanente, com todas as inscrições em vigor, ou o respetivo Código de Acesso à Certidão Permanente para a sua consulta online, para comprovação da identidade dos titulares dos órgãos sociais de Administração, Direção ou Gerência que se encontrem em efetividade de funções.</p>
<p>Critério de adjudicação</p>	<p>A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade de monofator, em que o preço é o único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.</p> <p>Para efeitos da avaliação referida no número anterior, as propostas serão ordenadas por ordem crescente de preço, sendo graduada em primeiro lugar aquela que apresentar o preço mais baixo.</p>



Critério de Desempate	<p>1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será realizado por meio de sorteio na presença dos elementos do Júri, assim como dos representantes das respectivas entidades.</p> <p>2. O sorteio rege-se pelas seguintes regras:</p> <p>a) Será depositado em caixa opaca o nome das entidades concorrentes;</p> <p>b) Daí é extraído manualmente, pelo Presidente do Júri, um dos nomes, a que corresponde o concorrente classificado em primeiro lugar e assim sucessivamente para efeito de ordenação de todos os concorrentes empatados;</p> <p>c) Mesmo que algum dos representantes dos concorrentes não esteja presente realizar-se-á o sorteio. No caso de ausência de todos os representantes dos concorrentes proceder-se-á à sua realização apenas com a presença dos membros do júri, não constituindo tal motivo de invalidade;</p> <p>d) Será elaborada ata do sorteio, assinada por todos os presentes.</p>
Não adjudicação por lotes	<p>Será de considerar que se encontra preenchida a exceção de não adjudicação por lotes, ínsita no n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP, atendendo aos seguintes fundamentos:</p> <p>Ainda que o elenco no n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP não seja de cariz taxativo – e, por maioria da razão, possam as Entidades Adjudicantes apresentar outros fundamentos que não os elencados no preceito –, o circunstancialismo fático que envolve a presente empreitada sempre se enquadra nos segmentos legislativos apontados pelo legislador.</p> <p>Com efeito, considerando o objeto contratual, isto é, Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Montalegre, ainda que se equacionasse que as prestações não são técnica ou funcionalmente incidíveis, sempre se consideraria (como se considera) que a separação das obras a realizar por meio da empreitada objeto do presente procedimento causaria inconvenientes logísticos e financeiros para a Entidade Adjudicante, porquanto, atendendo à</p>

20/07

	<p>especificidade dos trabalhos a executar no caso em concreto, a celebração dos contratos com mais que um operador certamente faria com que inexistisse economia de escala, com o conseqüente aumento dos preços dos trabalhos efetuados.</p> <p>Além disso, os constrangimentos não assumem apenas natureza económica na medida em que a divisão das obras em lotes implicaria custos adicionais.</p> <p>Outrossim, certo é que a celebração de contratos com mais que um empreiteiro implicaria uma organização acrescida entre os mesmos, individualmente considerados, e a entidade adjudicante, bem como entre os mesmos, conjuntamente, para efeitos de articulação das obras a executar, o que afetaria a boa execução da empreitada pretendida.</p> <p>Acresce ainda que, também o desiderato da alínea b) do n.º 2 do mesmo artigo se deve dar por preenchido, e isto porque, tendo presente a especificidade técnica e funcional da empreitada a contratar, a gestão de um único contrato revela-se mais eficiente para a entidade adjudicante.</p> <p>Por tudo quanto foi exposto, resulta preenchido o segundo segmento das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP.</p>
CPV	45453100 - Obras de recuperação
Gestor do Contrato Artigo 290º-A do CCP	Mário Alberto Gonçalves da Costa
Órgão competente para a decisão de contratar	Executivo municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP e da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho.
Prazo de Execução/Vigência	O contrato entra em vigor no dia seguinte à sua outorga, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 45.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, sucessivamente alterada.

7/2/24

	O prazo de execução da presente empreitada é de 300 (trezentos) dias, nos termos melhor definidos no Caderno de Encargos, a contar da data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou, ainda, da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, nos termos previstos na lei, caso esta última data seja posterior.
Anexos	Declaração Inexistência de Conflitos de Interesses – Modelo previsto no Anexo XIII do CCP

Propõe-se, assim: _____

1. Autorização para abertura do procedimento, nos termos informados, e respetiva dispensa de cabimento, nos termos do n.º 4 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º197/99, de 08 de junho (cfr. artigo 36.º do CCP); _____
2. Seja aprovada a escolha do procedimento de Concurso Público, sem publicidade internacional; _____
3. Aprovação do Júri do Procedimento (cfr. artigo 67.º do CCP); _____
4. Aprovação da delegação no Júri do Procedimento da competência para prestar esclarecimentos (cfr. Artigo 50.º e n.º 2 do artigo 69.º do CCP); _____
5. Não adjudicação por lotes de acordo com o n.º 2 do art 46.º A do CCP; _____
6. Aprovação das peças do procedimento (cfr. artigo 40.º do CCP). _____

O Chefe da Divisão de Obras Municipais, (Mário Alberto Gonçalves da Costa).” _____
Estes documentos ficam anexos à presente ata sob a forma de docs. n.ºs 18, 19 e 20. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que a intervenção do Centro de Saúde de Montalegre vai começar agora com a abertura do concurso de empreitada aqui presente. Foi um assunto difícil de gerir porque, no mínimo dos mínimos, realizaram-se mais de cinco reuniões entre todos os técnicos e os engenheiros do município, juntamente com os da ARS e com os arquitetos. Mesmo quando parecia estar tudo conforme, surgiam alterações e o processo foi cheio de avanços e recuos. Porém, disse, finalmente, ficou estabilizado. Referiu que, de qualquer modo, há a dizer o seguinte sobre o presente assunto: é uma empreitada, é uma verba que decorre do PRR, e como se vê, há aqui um atraso que se regista. Andou-se praticamente um ano em reuniões só para aferir um projeto, o qual carecia sempre de validação da ARS e isto, vem no seguimento dos painéis fotovoltaicos de que há pouco se falou. Deste modo, afirmou que, juntamente com essa equipa, a câmara limitava-se a introduzir as alterações que eram sugeridas

Adel

e foi um ano para chegarmos até aqui. Mencionou que agora vai ser lançado o concurso e, portanto, vai demorar o seu tempo, logicamente, até que haja candidatos e aquilo que se deseja é que, verdadeiramente, haja candidatos e que o concurso não fique deserto ou que possa haver alguma questão no decorrer do concurso, o que também pode acontecer, e depois se tenha de voltar ao início. Ora, como se pode concluir, entretanto, passaram já mais uns meses, sendo certo que o PRR tem de estar executado até 2026, mais concretamente até ao mês de maio. Esclareceu que esta é uma situação que acontece em todos os municípios e por isso, aquilo que agora se está a pugnar no âmbito inclusivamente, da Associação Nacional de Municípios, é que possa haver alguma maneira de prorrogar os prazos do PRR, porque tudo isto transfere uma responsabilidade que não é dos municípios. Por fim, perguntou se algum dos presentes em reunião queria mais esclarecimentos sobre o presente assunto. _____

O senhor vereador da oposição Dr. Capela interveio no sentido de reforçar o que foi dito no início desta reunião, ou seja, há infiltrações, o inverno está aí e este processo vai demorar, aquela obra de colocar os painéis solares criou mais infiltrações e, assim, perspectiva-se um inverno complicado para o centro de saúde. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que aquilo que se puder acautelar, a câmara vai fazê-lo, como é já hábito, mesmo ainda quando o centro de saúde não era competência desta câmara e se realizaram inúmeras obras naquele edifício, colaborando-se com aquela equipa médica e com a equipa técnica, tudo sempre para bem dos utentes, naquilo que se considerava que era a nossa obrigação moral, ainda que não fosse uma obrigação institucional. Assim, disse, e por maioria de razão se fará agora, exatamente o mesmo. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta transcrita em epígrafe e nestes termos, aprovar a autorização para abertura do referido procedimento atinente à realização da Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Montalegre, na modalidade de concurso público sem publicidade internacional, o respetivo júri do procedimento com delegação de competências para prestar esclarecimentos e a não adjudicação em lotes, bem como a aprovação de todas as peças do procedimento. _____

À Unidade de Contratação Pública para a execução material da presente deliberação. _____

À Divisão de Obras Municipais para os devidos efeitos. _____

**VII
FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS**

**VIII
GESTÃO AUTÁRQUICA**



1 – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2 – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

3.10. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 06/11/2024 A 25/11/2024 - CONHECIMENTO.

Foram presentes pelo Núcleo de Gestão Financeira (NGF), para efeitos de conhecimento do executivo municipal, listagem de ordens de pagamentos efetuados pela autarquia, relativa ao período compreendido entre os dias seis de novembro de dois mil e vinte e quatro e vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e quatro na importância global líquida de € 1.567.534,93 (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, quinhentos e trinta e quatro euros e noventa e três cêntimos) – *ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento sob a forma de doc. n.º21.*

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3.11. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 227/2024 - CONHECIMENTO.

Foi presente pela secção de tesouraria para conhecimento do executivo municipal, o resumo diário da tesouraria n.º 227, respeitante ao dia 25 de novembro de dois mil e vinte e quatro, o qual apontava para o total de disponibilidades na ordem de € 9.033.407,88, sendo € 8.240.577,76 a título de dotações orçamentais, e € 792.830,12 a título de dotações não orçamentais. *Documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquivava no maço de documentos relativo à presente ata sob a forma de doc. n.º22.*

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3.12. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO 2024, DÉCIMA QUARTA ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DESPESA, DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS E DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ELABORADA NO USO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, EM CATORZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS – CONHECIMENTO

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe um despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, no dia dezanove do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no uso da competência delegada pelo executivo municipal em catorze de novembro de dois mil e vinte e dois, consubstanciado na décima quarta alteração permutativa ao orçamento despesa, décima segunda alteração permutativa ao plano de atividades municipais e décima primeira alteração permutativa ao plano plurianual de investimentos.

Estes documentos cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos, ficam anexos ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 23, 24 e 25 e 26.

DELIBERAÇÃO: A câmara municipal tomou conhecimento.

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos.

Adler

3.13. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2025 – PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA DESPESA E DA RECEITA - GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE ATIVIDADES – MAPA DE PESSOAL PARA 2025 – PROPOSTA

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, o assunto mencionado em epígrafe, constante de um dossier, designado por documentos previsionais para o ano financeiro de 2025, contendo os seguintes documentos: Nota de abertura, Proposta de Aprovação dos Documentos Previsionais, Relatório, Mapas do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Atividades Municipais, Plano Plurianual de Investimento), Mapas de Previsão de Empréstimos, Normas de Execução Orçamental e Mapa de Pessoal - *documentos cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos e ficam anexos ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 27,28,29,30,31,32,33,34 e 35.*

A Senhora Presidente da Câmara interveio para apresentar a proposta do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2025, que aqui se transcreve na íntegra:

“Plano de Atividades e Orçamento/2025

Exmos Senhores Vereadores

As propostas consubstanciadas neste Plano e Orçamento procuram responder às necessidades da comunidade, às ambições dos diferentes públicos e à estratégia de desenvolvimento pensada para o concelho, assente no desenvolvimento e apoio de ações promotoras de sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos, aumento da competitividade, valorização do capital humano e aposta na inclusão social e no emprego como prioridades de intervenção.

RECEITA

O Orçamento da receita, para 2025, totaliza o valor de 27,8 milhões de euros, sendo de igual valor o orçamento da despesa, em cumprimento do equilíbrio orçamental. Tem o maior valor proveniente da Administração Central, seguindo-se os Rendimentos de Propriedade, os Impostos Diretos, a Venda de Bens e Serviços e as Taxas.

Há a dizer que a receita proveniente do Orçamento de Estado é referente ao ano 2024 considerando que o de 2025 ainda não foi aprovado.

DESPESA

Quanto à despesa, há que ter em conta, na despesa corrente, os valores adstritos à aquisição de bens e serviços e às despesas com pessoal que totalizam 15.5 milhões de euros na previsão orçamental. Há a acrescentar o valor atribuído às Transferências correntes para as Freguesias, Instituições sem fins lucrativos e apoios no âmbito da ação social com uma previsão de 3,6 milhões de euros.

A Despesa de Capital totaliza cerca 9,1 milhões de euros, 32,9% da despesa total prevista. A maior fatia vai para a aquisição de bens de capital que representam 91% da despesa de capital

Adis

e que se encontra consubstanciada no PPI. A restante despesa de capital diz respeito às Transferências, sobretudo para instituições sem fins lucrativos e ao passivo financeiro, ou seja, as amortizações dos empréstimos. _____

O PPI absorve a maior verba nas Funções Sociais (educação, saúde, habitação e serviços coletivos e serviços culturais, recreativos e religiosos) no valor de 5,1 milhões euros, vindo a seguir as Funções Económicas (rede viária, caminhos e arruamentos) com 1,6 milhões de euros. O PPI abrange todo o território concelhio, é pragmático, mas mobilizador, indutor de desenvolvimento e sensibilidade social, adequado aos tempos que vivemos e à debilidade económica das famílias e associações. _____

O PAM é constituído pela despesa corrente, pelas transferências correntes e de capital e as amortizações dos empréstimos. _____

Assume importância o valor atribuído às Funções Sociais, com 5,4 milhões de euros, com relevo para a educação, seguindo-se as Funções Económicas com 2 milhões de euros (iluminação pública, apoio à agricultura, pecuária e atividades económicas), tendo as Funções Gerais o valor de 1,8 milhões de euros. _____

Quanto à despesa de capital, esta não inclui ainda a totalidade dos valores relativos a várias obras estruturantes que aguardam as respetivas candidaturas para obtenção de financiamento da União Europeia, com exceção para a requalificação do Centro de Saúde e polo de Salto. Para além destes, há vários projetos de relevo que deverão beneficiar de apoio comunitário. Assim, o orçamento prevê dar resposta aos projetos elencados nas seguintes rubricas: _____

1. Portugal 2030 – _____

ampliação da EB1 de Cabril e do Centro Escolar _____

construção do Complexo Polivalente de Salto _____

construção da creche em Salto _____

construção de um Centro de Recursos/incubadora _____

requalificação da Praça do Emigrante _____

incremento do Ciclo Urbano da Água _____

requalificação da Central de Camionagem _____

reabilitação e regeneração urbanas: centro histórico de Montalegre _____

reabilitação da Residência de Estudantes _____

2. Educação – _____

melhoria das infraestruturas e equipamentos _____

apoio e desenvolvimento de planos de promoção do sucesso _____

atribuição de refeições, _____

70/19

transportes, _____
material escolar, _____
fichas de atividades gratuitas _____
atribuição de bolsas de estudo _____
Desenvolvimento do Programa Mexe-te nas Férias _____
3.Saúde – _____
obras de requalificação e melhoria das unidades de cuidados de saúde primários no concelho
criação de novos serviços de saúde à população _____
Atribuição de cartões ABEM _____
4.Coesão social e habitação – _____
obras de melhoria e conforto habitacional de pessoas desfavorecidas _____
implementação da renda apoiada _____
aquisição, reabilitação e construção de habitação _____
beneficiação de creche Montalegre _____
construção da creche de Salto _____
apoio financeiro à família _____
desenvolvimento do Programa Olhares pela Maternidade _____
apoio a IPSS's, UCC, Cercimonte _____
5.Cultura, desporto e lazer – _____
requalificação e modernização dos espaços culturais e desportivos municipais _____
apoio à atividade do movimento associativo do concelho _____
apoio à formação e práticas desportivas _____
construção do Complexo multifunções de Salto _____
reabilitação do campo de jogos de Salto e do Estádio Dr. Diogo _____
reabilitação do Parque de Lazer da Venda Nova _____
construção do parque Aquático de Montalegre _____
Requalificação dos Parques de Lazer do Torrão da Veiga e do Cávado _____
valorização do património histórico e natural _____
6.Urbanismo e mobilidade sustentável – _____
requalificação de diversos espaços públicos _____
beneficiação de várias vias, caminhos e arruamentos: _____
•Borralha – Cabril – Cervos – Cambezes - Caniço – Covelães - Covêlo do Gerês – Ferral – Fiães
- Lamachã (Negrões) – Meixedo – Meixide – Montalegre – Morgade – Outeiro – Padornelos –

FALG

Parafita – Pitões – Reigoso - S. Lourenço – Salto – Sezelhe – Solveira - Travassos da Chã –
Tourém - Venda Nova - Viade de Baixo - Vila da Ponte -Vilar de Perdizes _____
instalação de sinalização horizontal e vertical _____
melhoria da acessibilidade de pessoas com dificuldade _____
7.Valorização e sustentabilidade ambiental - _____
melhoria e criação de redes de abastecimento de água e de saneamento em Parafita e
Padornelos _____
colocação de fossas coletivas em S. Ane e Vilarinho de Negrões _____
rede de água em Meixedo e Brandim _____
aquisição de caudalímetros _____
colocação de sistemas de desinfecção nas captações _____
recolha de biorresíduos e de RCD's _____
colocação de mais ecopontos em todo o território _____
eficiência energética na Escola do Baixo Barroso _____
8.Desenvolvimento económico e inovação - _____
alargamento e qualificação dos parques empresariais _____
criação de um Centro de Recursos/Incubadora _____
dinamização dos mercados municipal e local _____
incremento do apoio à agricultura e à produção pecuária (bovinos, ovinos, caprinos) _____
apoio à produção de batata de semente _____
apoio às raças autóctones e cruzados _____
apoio à atividade apícola _____
apoio ao abate de suínos e bovinos _____
criação do Gabinete de Apoio ao Agricultor _____
9.Proteção Civil, Segurança e Florestas - _____
aquisição de equipamentos para desenvolver ações de silvicultura preventiva _____
apoio para as equipas de sapadores florestais _____
apoio financeiro às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Montalegre e de
Salto _____
10.Governança de proximidade – _____
investimento na modernização e transição digital dos serviços municipais e públicos _____
reforço do investimento na expansão da rede de fibra ótica e da rede de wifi no concelho _____
dinamização do Gabinete Municipal de Apoio ao Emigrante/Imigrante _____



Resumindo, este orçamento dá corpo à execução dos projetos e obras necessárias para o desenvolvimento do concelho e bem-estar e qualidade de vida dos munícipes. É um orçamento sólido, realista e transparente que dá prioridade às pessoas, ao território, às atividades e à participação fundamentais para tornar o concelho de Montalegre mais atrativo e onde é bom viver.”

Continuando, a Senhora Presidente da Câmara agradeceu à Dr.ª Maria José Baía, Chefe da Divisão de Finanças do município, pela elaboração de excelência do relatório do orçamento que aqui se apresentou. É claro, é objetivo e, portanto, tem todas as explicações que qualquer “leigo,” que não perceba de finanças, nem de economia, pode entender o documento que é importante e, por isso, desde já lhe agradece, bem como à sua equipa as muitas horas de trabalho despendidas para apresentar o documento com esta qualidade.

O senhor vereador da oposição referiu que, sobre este documento, ia fazer uma série de perguntas e, ao mesmo tempo, tecer alguns comentários também. Deste modo, a primeira pergunta que coloca é em relação à nota de abertura, onde a Senhora Presidente diz que vai alargar e requalificar os parques empresariais. Na página quatro do Plano Plurianual de Investimento (PPI) há uma dotação de 301 mil € para alargamento das zonas industriais. Por isso, a questão que coloca é, para onde e se já há projeto? Vai haver novos parques industriais no concelho? Estão previstos no PDM que está em elaboração?

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que não estão previstas novas zonas industriais, ou seja, essas zonas são as que aí estão, Montalegre e Salto. Porém, referiu que o que se perspetiva é o alargamento das zonas onde estão estes parques industriais.

O senhor vereador da oposição perguntou para onde.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que, literalmente, é um alargamento dos espaços, para aproveitar as infraestruturas que já ali estão. Esclareceu que a câmara irá tratar das expropriações de terrenos nos lugares onde carece disso, houve já negociações com baldios, porque existem essas situações, quer de privados quer de baldios, para que se proceda à elaboração do projeto propriamente dito, com o alargamento das infraestruturas.

O senhor vereador da oposição afirmou que, insistindo nesta questão, a zona industrial de Salto conhece pior e pensa que naquele local serão mais terrenos baldios, mas em relação a Montalegre não há na zona de baldios, o que existe é a Quinta da Veiga. Pergunta se nesse alargamento da zona industrial de Montalegre se está a pensar afetar a Quinta de Veiga.

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que no local em concreto, existe uma parte que é a Quinta da Veiga, outra parte que é baldio e outra parte que inclui terrenos privados.

O senhor vereador perguntou se em Salto o terreno para alargamento era só baldio.

Salto

A Senhora presidente respondeu que há terreno baldio e terreno privado. Em Montalegre, em termos de território, ainda estava a ser equacionada qual a melhor vertente para fazer esse alargamento, tendo em consideração os terrenos privados que ali existem. Referiu que existem três situações, terreno privado, terreno baldio, e a Quinta da Veiga que, para todos os efeitos, irá ser adquirida pela câmara, pois existe esse compromisso que será efetivado no ano de 2025.

O senhor vereador Dr. José Rodrigues observou que então em Salto o alargamento que se pretende fazer do parque industrial é ao lado e é só terreno baldio, perguntou.

A Senhora Presidente respondeu que é terreno baldio efetivamente, mas tem a ideia que há pelo menos um terreno que é privado.

Continuando com as questões, o senhor vereador da oposição perguntou em que consistia o gabinete do agricultor, que serviços ia prestar e quantas pessoas se prevê que vão trabalhar lá. Perguntou também se não há receio de a câmara poder estar a substituir-se à oferta privada e a fazer concorrência, nomeadamente à CoopBarroso. Mais referiu que, falando na CoopBarroso, pergunta se há algum problema entre a câmara e esta entidade que a oposição não conhece e se o protocolo entre o município e a CoopBarroso é para manter porque, daquilo que sabe, esta cooperativa presta alguns serviços aos agricultores. Disse ainda que se a câmara vai fazer um gabinete de apoio ao agricultor, querem saber quais são os seus moldes e como se vai fazer essa articulação.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que não sabe se há algum problema, que saiba não, antes pelo contrário, com a CoopBarroso. O que pode afirmar é que as relações entre a câmara e aquela entidade são de excelência e de trabalho muito profícuo. Por outro lado, o protocolo que existe não é só para manter, como vai ser agora alterado, uma vez que se vai incluir mais dois apoios financeiros que, a exemplo dos outros, serão também geridos pela CoopBarroso. Deste modo, informa que um dos apoios é para os cruzados e outro é para o abate, por isso se irá fazer uma adenda ao protocolo que já existe e que virá à reunião de câmara para aprovação, pelo que todos terão oportunidade de verificar então em que moldes são estabelecidos estes novos apoios financeiros. Por outro lado, disse que o gabinete de apoio aos agricultores, que se vai criar na câmara, não vai substituir nenhuma das entidades, nem as diferentes associações e outras entidades que colaboram com os agricultores na realização de candidaturas, por exemplo, ou da CoopBarroso, que também faz candidaturas e, por isso mesmo, além de gerir de algum modo estes apoios financeiros que a câmara já dá, o referido gabinete será para prestar esclarecimentos aos agricultores, para facilitação na obtenção de determinados documentos e agilização procedimental. Explicou que esse gabinete prestará um



trabalho mais de índole administrativo e informativo, uma vez que se verificou que, para muitos dos nossos agricultores, a questão que se lhes coloca mais é nem saber a que porta terão de bater para poder aceder aos apoios de que poderão beneficiar. Assim, a função da câmara será, em parceria com a CoopBarroso e todas as outras entidades, e este gabinete trabalhar em parceria com essas e as demais entidades, ou seja, é mais um recurso que a câmara põe ao serviço dos agricultores. Referiu que desta forma a câmara vai procurar suprir as necessidades dos agricultores onde as diferentes associações não chegam, como por exemplo, na obtenção de documentação que, muitas vezes, representa um suplício para os nossos agricultores. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues questionou: "Documentação, Senhora Presidente?" _____

A senhora vice-Presidente Dra. Ana Isabel Dias interveio para esclarecer que a criação deste gabinete de apoio ao agricultor pressupõe um apoio direto às pessoas que mais contribuem para o desenvolvimento económico do concelho, que são os agricultores e, decorre essencialmente da integração da DRAPN na CCDRN. Assim, referiu que tudo aquilo que era de agricultura, passou para a CCDRN e agora passa para as câmaras seja, para dar pareceres, apoiar, esclarecer, acompanhar. Deu um exemplo, relativamente aos incêndios, todas as reclamações, pedidos de apoio, de pagamentos, de perdas ou de incentivos, têm de ser feitos pelo atendimento da câmara, isto no decurso destas transferências de competências da DRAPN para a CCDRN, ora, faz todo o sentido ter alguém da área da agricultura, que saiba falar com os agricultores, que entenda exatamente a linguagem deles, consiga ouvir, articular com a CCDRN e fazer este tipo de trabalho, o qual, não compete nem à CoopBarroso, nem às cooperativas, nem aos técnicos privados que fazem projetos, apoios financeiros e subsídios. Afirmou que, este gabinete de apoio é na linha daquilo que outras câmaras já têm, deu o exemplo da sua câmara de origem, Ribeira de Pena, que é a casa do produtor, onde trabalha o Eng.º Luís que é precisamente aquilo que ele já fazia com a DRAPN, mas noutro enquadramento. Neste momento, em concreto, referiu que todos os apoios que os agricultores tenham de pedir diretamente ao Estado por perdas, por pareceres, etc., têm de ser feitos pelas câmaras e no concelho há cinco aldeias que podem fazer pedidos à CCDRN, que depois serão encaminhados para o Ministério da Agricultura, relativamente a perdas que tenham tido no âmbito da apicultura, relacionados com os incêndios do dia nove ao dia quinze de setembro, com 1,5 km de distância, não precisavam de lhe ter ardido as colmeias, bastava neste caso, ter ardido à volta. Ora, esse tipo de pedidos têm de ser feitos pelos agricultores com imensa documentação e terão de ser entregues na câmara. Afirmou que, nesse âmbito, teria agora de pedir a um dos nossos técnicos do atendimento que recolhesse essa informação, que introduzisse toda a documentação na aplicação que a CCDRN disponibilizou para depois esses processos serem avaliados, mas, na verdade, os agricultores

Isabel

estão a ser atendidos por pessoas que não têm tanta formação e conhecimento nestas áreas. Portanto, a criação do gabinete de apoio ao agricultor não pressupõe qualquer sobreposição, nem retirada de competências a qualquer outra entidade, nem privados, nem cooperativas, nem de associações, mas tão só prevê dar uma resposta municipal direta aos agricultores e um apoio que tem exclusivamente a ver com a integração da DRAPN na CCDRN e que agora empurram responsabilidades neste domínio para as câmaras, concluiu. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues observou que se bem percebeu a intervenção da senhora vereadora Dra. Ana Isabel Dias, então as questões relacionadas com subsídios, com sanidade animal, com projetos de investimento continuavam na CoopBarroso e outras entidades, e a câmara irá substituir apenas em algumas coisas porque vai haver um processo de descentralização ou ainda não está concluído, pergunta. _____

A senhora vice-Presidente respondeu que não se trata de descentralização, o que acontece é que a DRAPN, foi integrada na CCDRN e tendo esta assumido a responsabilidade da agricultura, agora empurra para as câmaras porque a CCDRN é o governo regional, digamos assim, e cada vez mais, todo o tipo de pedidos de reembolso, de esclarecimentos e pareceres, por exemplo, até sobre armazéns, são pedidos às câmaras. _____

O senhor vereador perguntou se abrangia também as questões de urbanismo. _____

A senhora vice-Presidente respondeu que era um dos exemplos. _____

O senhor vereador perguntou se então isso significava que os serviços da câmara iam passar a fazer aquilo que faziam antigamente os serviços agrícolas, ou seja, tudo isso vai passar para a câmara. _____

A senhora vice-Presidente respondeu que não é isso, pois os serviços agrícolas ficam com competências relacionadas com a CCDRN. _____

O senhor vereador referiu que então os serviços agrícolas continuavam em funções. _____

A senhora vice-Presidente respondeu que ficavam noutras funções porque irá haver uma reformulação de funções e uma reorganização administrativa. _____

A Senhora Presidente da Câmara esclareceu que essencialmente, aquilo em que a câmara vai colaborar é, por exemplo, no pedido de licenciamento a outras entidades, como por exemplo, ao ICNF. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou ainda se a câmara vai então servir de intermediário entre o agricultor e a CCDRN em licenciamentos. _____

A Senhora Presidente respondeu que vai servir também de intermediária entre outras entidades, por exemplo, o ICNF, a APA e todas as entidades com quem o agricultor tem que se relacionar, por isso, através da criação deste gabinete, a câmara vai dar apoio administrativo nessas

Assinatura

matérias, como os vários licenciamentos em diferentes áreas. Referiu que também se pretende introduzir nesse âmbito outras questões, designadamente a análise de solos com a colaboração e a ajuda da CoopBarroso para procurar uma maior rentabilidade dos próprios solos. Por outro lado, irá promover ações de esclarecimento em parceria com as entidades que estão a trabalhar já no terreno porque é muito importante que se faça esse caminho, assim como a questão da vacinação que também irá ser trabalhada, pois é sempre um problema, bem como os pedidos das participações. _____

O senhor vereador perguntou se a vacinação, sanidade e todo o resto que aqui foi dito, não poderá fazer com que haja aqui sobreposição de serviços. _____

A senhora vice-Presidente respondeu que a ideia não é sobrepor serviços, nem retirar competências a ninguém, porém há muitos agricultores que têm grandes dificuldades em lidar com essas áreas e se a câmara tiver técnicos para ajudar e esclarecer isso será uma mais valia. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que, nestas áreas, o serviço a prestar será mais ao nível administrativo, por exemplo como o que se passa com o gabinete do emigrante. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que espera que seja um serviço melhor. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que, sem estar aqui a defender o gabinete do emigrante, compete-lhe dizer que todas as solicitações que foram feitas a esse gabinete foram respondidas e solucionadas. Porém, esclarece que é evidente que às vezes as pessoas confundem um pouco os termos porque, por exemplo, no que diz respeito ao apoio ou subsídio do "Regressar", as pessoas acharem que isso, era um programa da câmara e, portanto, era a câmara que ia dar esse apoio. Nesse caso, algumas pessoas pensaram que vinham à câmara, diziam "olhe, cheguei, vou ficar" e, portanto, façam favor "deem-me lá o dinheiro," ora, isso não é assim, mas gerou alguma celeuma em algumas pessoas que não quiseram ser esclarecidas e que, enfim, fizeram disso uma questão e uma arma de arremesso, mas o gabinete de apoio ao emigrante fez aquilo que lhe competia, ou seja, ajudou e colaborou com todos os emigrantes que vieram aqui, que procuraram soluções, que procuraram informação nessa questão do regresso, como seja na integração dos filhos na escola, nas vacinas, no pedido dos apoios às entidades, etc.. Referiu que, de facto, é um gabinete que não tem tanta visibilidade, mas é também verdade que a câmara deveria ter a tendência para fazer mais alguma propaganda daquilo que faz porque não se tem isso por hábito. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues colocou mais uma questão sobre o apoio ao abate, que tem prevista uma verba de cinquenta mil euros no Plano de Atividades Municipal. Supõe que a câmara vai pagar só aos vitelos que forem abatidos no nosso matadouro. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que assim é. _____

Folha

Continuando, o senhor vereador referiu que ainda que saiba que muitos vitelos do concelho, mesmo com o apoio, não vão ser abatidos cá, pergunta qual vai ser o apoio por vitelo abatido no matadouro do Barracão. _____

A Senhora Presidente respondeu que, de momento, não se lembrava, mas que, posteriormente, poderia fornecer esses dados, sabe que isso está relacionado com o preço por kilo. Explicou que foi feita uma estimativa de, em média, quanto kilos tem um vitelo para abate e a taxa que o matadouro cobra efetivamente, que, salvo o erro, é de vinte cêntimos por kilo. Referiu que todos os apoios são contabilizados e são apoiados em estudos e cabe à CoopBarroso fiscalizar a atribuição de todos os apoios e apresentar os relatórios devidos. _____

O senhor vereador da oposição perguntou se esses valores de apoios a que a câmara chegou tem a ver com o histórico dos anos anteriores. Solicitou, ainda, o acesso a esses dados e a esses cálculos. _____

A Senhora Presidente da Câmara confirmou que o valor deste apoio tem a ver com os números dos abatimentos anteriores, ou seja, com todo o histórico que existe de outros anos. _____

Continuando, o senhor vereador perguntou, em relação à questão do apoio aos cruzados, e gostava já agora de esclarecer que, para a oposição, não é cruzados, pois fala-se de cruzados porque é uma questão de simplificação da linguagem pois, consideram, para efeitos de política, o que é os vitelos barroços e os não barroços e para eles, cruzados, por simplificação, como é óbvio, é sinónimo de não barroços. Referiu que existe uma verba de cento e trinta mil euros contemplado, neste documento, por isso quer fazer as seguintes perguntas: _____

- Qual é o valor do apoio por nascimento para os não barroços? _____
- O que é que consideram ser vitelos cruzados? _____
- A quem se destina esta medida, na perspetiva câmara, e se os produtores que não vão fazer a sanidade no concelho vão receber este dinheiro? _____

A Senhora Presidente respondeu que os cruzados são aqueles que estão identificados no caderno de especificações. _____

O senhor vereador afirmou que então, não se inclui as outras raças autóctones, ou seja, a minhota, a cachena, etc.. _____

A Senhora Presidente afirmou que esses não são os cruzados, estes são aqueles que estão identificados como tal no SNIRA. _____

O senhor vereador disse que então já há uma precisão a fazer, porque o que está considerado no caderno de especificações de que falou a Senhora Presidente pode ser uma coisa e depois o que está no SNIRA pode já ser outra. Pode haver exigências no caderno de especificações do

F. 20

não passa, senhor vereador, por isso, está a ver que a máquina de comunicação do Partido Socialista de que falou, não chega a todo o lado.” _____

O senhor vereador perguntou se a câmara só paga o apoio a quem fizer cá no concelho a sanidade. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que isso é lógico, é um princípio do qual a câmara não prescinde. Não se está a excluir ninguém porque quem quiser ter apoio faz a sanidade cá, tanto mais que é uma questão de valorizar os recursos que temos, pois existem cá bons técnicos, para fazer este tipo de serviço e dar o apoio e a entidades certificadas. _____

O senhor vereador disse que não é isso que está em causa e perguntou qual é o valor do apoio. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que o apoio à sanidade é de quinze euros por animal. _____

O senhor vereador afirmou que não era isso que queria saber. _____

A Senhora Presidente afirmou que o apoio aos cruzados é de quarenta euros, pois foi o valor a que se chegou, aferindo exatamente o custo da alimentação e daquilo que gasta um animal até ir para abate, ou seja, a perda de rendimento a que se chegou foi nesse montante, por isso, é o que a câmara dá. _____

O senhor vereador Dr. Capela perguntou se esse valor é por nascimento. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que sim. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que, na nota de abertura, a Senhora Presidente, fala de investimentos na expansão da rede de fibra ótica e do wi-fi no concelho, mas não encontrou nenhuma rubrica orçamental para este objetivo. Perguntou se esta rubrica existe. _____

A Senhora Presidente respondeu que existe a rubrica, mas não consta com a especificação “rede wi-fi”. _____

O senhor vereador perguntou como pretende então fazer isso. _____

A Senhora Presidente da Câmara disse que isso está no âmbito do funcionamento da câmara e do que é a despesa corrente, como se refere no documento, é dentro do incremento dos serviços municipais e públicos. _____

O senhor vereador insistiu que não tem uma rubrica específica. _____

A Senhora Presidente respondeu que efetivamente, não tem uma rubrica específica. _____

O senhor vereador perguntou então como é que pretendia a Senhora Presidente concretizar este objetivo. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que o pretende fazer é contratar empresas do setor, quem tem vindo a fazer estes serviços nessa área é a DST, para a colocação das torres e da fibra ótica, paulatinamente. Disse que não será efetuado tudo de uma vez porque, vai-se aos

Folha

aglomerados urbanos maiores e às sedes de freguesia, às aldeias, ao núcleo urbano e aos poucos faz-se todo este serviço. _____

O senhor vereador referiu que isto é uma matéria muito importante, é decisiva para o concelho, mas há a questão, ou seja, aquela dicotomia de que já tinha falado aqui, das obrigações do serviço público de comunicações. Observou que há um regulador para isso, que impõe obrigações aos distribuidores de sinal, por isso pergunta como é que se está em relação a esta questão, concretizando, vai-se avançar já para soluções nossas, ou seja, é para esquecer as obrigações de que falou. _____

A senhora vice-Presidente interveio para dizer que não é para esquecer essas obrigações. Está a pensar-se em termos soluções nossas, com direito a uma figura que existe nesse caderno europeu, o qual está agora ainda impugnado, e em discussão do abate, depois de isto começar a funcionar. _____

O senhor vereador perguntou, “abate como?” _____

A senhora vice-Presidente respondeu que o abate é ao valor que vão fazer de investimento, ou seja, por exemplo, agora gasta-se vinte mil euros e depois teremos de ser ressarcidos no mesmo valor de serviços. _____

A Senhora Presidente interveio para dizer que, tal como referiu há pouco, o alargamento da rede wi-fi vai ser feita paulatinamente e está no âmbito do funcionamento da câmara. Além disso, no PPI, na última página, está previsto um projeto que é uma candidatura que também vai permitir ir ao encontro disto que é TIC ao serviço do cidadão e empresas. Esclareceu que se trata de uma candidatura que a câmara irá fazer no âmbito do Portugal 2030 e, portanto só está aberta uma rubrica com cem euros porque, ainda não abriu o aviso para a candidatura, apenas se colocou esse montante para ter a rubrica aberta. É evidente que temos uma verba no âmbito da rede informática e na rede externa no valor de duzentos mil euros, não vai chegar para todos os lados, mas podemos recorrer ao alargamento das redes que já existem, àquilo que é o orçamento da câmara e na despesa corrente. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu que o PAM tem uma rubrica para as piscinas, chamada piscinas municipais, com o valor de duzentos e noventa e cinco mil euros, supõe que este valor seja para o aquecimento. _____

A Senhora Presidente explicou que este valor engloba tudo o que é de despesas de funcionamento, como o tratamento, desinfeção, custos com o nadador salvador e aquecimento.

O senhor vereador referiu que no PAM há uma rubrica chamada aquisição de serviços jurídicos, notariais e registos com o valor de trezentos e trinta e dois mil euros. Afirmou que é natural que



esta rúbrica exista, no entanto parece-lhe um valor um pouco alto, mas não sabe o que está aí incluído, pergunta que valor é este e é concretamente para quê. _____

A Senhora Presidente da Câmara esclareceu que o valor não era esse, mas andava pelos oitenta e cinco mil euros e destinava-se ao pagamento dos assessores jurídicos da câmara e todo o trabalho a nível judicial de processos que estão a decorrer nos tribunais. _____

Continuando o senhor vereador da oposição, referiu que ia fazer a sétima pergunta e que se relacionava com a página seis do PAM, que fala nos apoios à junta de freguesia, os apoios para a limpeza das juntas de freguesia e no caso de Negrões e Outeiro, que tem valores que devem ter incluídos outros objetivos que não só a limpeza. Por exemplo, Negrões tem uma verba de setenta e cinco mil, setecentos e cinquenta euros e Outeiro tem setenta mil. Além disso, a comunidade local de Baldios tem uma verba prevista de vinte e dois mil euros, por isso, gostava de saber o que é que de facto está previsto nestas rúbricas que enunciou. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que só há uma junta de freguesia que tem um valor diferente para a limpeza, que é a junta de Montalegre, que inclui a limpeza do Parque e do rio do Cávado. Em termos de apoio à limpeza, quer as juntas pequenas, médias ou grandes, o valor para esse efeito é igual para todas, dentro desta divisão. afirmou que o senhor vereador tinha referido outro valor, mas este estava relacionado com um apoio para a casa mortuária de Vilarinho de Negrões porque estes não tinham casa mortuária. _____

O senhor vereador disse que para a comunidade local dos baldios de Nogueiró estava prevista uma verba de vinte e dois mil euros, pergunta para que é este montante. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que esse montante é para a requalificação da escola que lhes vendeu e agora está-se a dar o valor em apoio para a sua recuperação porque assim foi prometido. _____

O senhor vereador, voltando às perguntas, afirmou que a antiga residência de estudantes tem um valor de cem euros, questiona se a Senhora Presidente mantém a ideia de a afetar aos Caminhos de Santiago da idade média. _____

A Senhora Presidente respondeu que já tinha outrora dito para que ia servir a residência, a qual que entre outras coisas, servirá para “residir,” poderá até servir de albergue ou para acolher tantas outras pessoas que vêm para Montalegre, desde logo, grupos de animação ou artistas. _

O senhor vereador perguntou se se vai substituir as casas de Penedones. _____

A Senhora Presidente respondeu que não porque as casas de Penedones têm outra função, tanto mais que essas casas, não servem para acolher. Deste modo, referiu que há grupos que fazem os espetáculos, mas em que se tem de pagar o alojamento. O espetáculo tem um preço muito mais baixo, mas tem que se dar o alojamento e a alimentação, portanto, nestes casos,

7/2/27

será uma ótima oportunidade de poderem ficar ali alojados. Quando vierem grupos de estudantes, por exemplo, terá a função exatamente de residência de estudantes e tem ali também um local para pernoitar, assim como no caso dos peregrinos. _____

O senhor vereador perguntou se o centro de recursos continua no Cerrado. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que sim e que já há projeto e está neste momento para revisão. _____

O senhor vereador disse que segundo se lembra de ver, o termo de prazo para a entrega era 2026/27. _____

A Senhora Presidente perguntou que entrega se estava a referir. _____

O senhor vereador respondeu que era a entrega do projeto do Cerrado e afirmou que pensa que foi isso que viu no BaseGov. _____

A Senhora Presidente afirmou que não, o projeto vai ser objeto de candidatura e por isso só está prevista uma verba de cem euros e neste momento está a ser ultimado. Houve a necessidade até de se fazer algumas alterações por causa da praça do emigrante, porque se quer desafogar esta área para que o Cerrado tenha outra visibilidade. Esclareceu ainda que vai manter-se a fachada mais ou menos como está porque interessa preservar a identidade deste edifício. _____

O senhor vereador afirmou que daquilo que julga ter visto, mas pode haver aqui um erro de análise, esse projeto devia estar concluído em 21 de junho de 2027. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que o projeto tem de ser entregue antes de trinta de dezembro para se fazer a candidatura, por isso, os projetistas estão a terminar a memória descritiva, porque se fizeram umas alterações exatamente por causa da praça, como já referiu, ou seja, foi preciso repensar a quota e é isso que está a ser perspetivado. _____

O senhor vereador confirma que na BaseGov o prazo que se indica é de três anos. _____

A Senhora Presidente esclarece que esse prazo só poderá ter a ver com a obra, porque o projeto tem que vir antes de dezembro. Pergunta ao senhor vereador o que é que diz a designação no BaseGov. _____

O senhor vereador refere que a descrição da aquisição de serviços é “aquisição de serviços de elaboração de projeto de execução do Centro de Recursos Incubadora de Montalegre” por quarenta e cinco mil euros. _____

A Senhora Presidente afirmou que quem faz o projeto, depois tem de acompanhar a execução, portanto, está aí a elaboração na execução. Aliás, vai ser uma obra que vai custar cerca de três milhões de euros, portanto tem de ter o acompanhamento sempre no valor de 5% do projetista. _____

O senhor vereador perguntou se eram três milhões de euros. _____

7/10

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que são quase três milhões de euros porque engloba o edifício e a praça. _____

O senhor vereador questionou o valor de uma fossa no montante de sessenta mil euros para Vilarinho de Negrões e perguntou se não havia no local saneamento. _____

A Senhora Presidente referiu que esse montante vai para saneamento que é a fossa porque a ERSAR agora contempla isso, permite que as fossas comunitárias, que são estas fossas modernas e biológicas, que têm decantação e mais uma série de tanques, uns seguidos aos outros, sejam a solução em vez do saneamento tradicional. Verdadeiramente uma fossa é saneamento, andou-se aqui anos a discutir esta situação e agora, compreendendo que é um custo exorbitante fazer um saneamento num aglomerado pequeno, a ERSAR contabiliza as fossas comunitárias. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou se isso significa que se vai rebentar com as ruas todas, as quais há pouco tempo andaram a fazer e foram gastos na aldeia à volta de quatrocentos ou quinhentos mil euros. Referiu que, na altura, a câmara não quis fazer o saneamento, fez apenas as águas e arruamentos, contra a vontade dos vereadores da oposição, e agora, pelos vistos, vai rebentar-se com as ruas todas e fazer as obras. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que não é como afirma o senhor vereador. _____

O senhor vereador afirmou que é isso que significa, pois se se vai fazer agora o saneamento é como referiu e isso, é má gestão. _____

A Senhora Presidente da Câmara referiu que não sabe o que é que já lá está feito, porque Vilarinho já tem lá saneamento, como o senhor vereador sabe. _____

O senhor vereador respondeu: " Não. Não sei, nem tem." _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que Vilarinho tem rede de saneamento, tem uma parte que possui rede de saneamento. Há uma rua que serve uma série de casas que não tem e a câmara identificou um espaço que é o ideal para servir uma envolvente ainda maior. Porém, para isso, a câmara carece de adquirir dois palheiros cujo valor andarà pelos cinco mil euros e será instalada aí a referida fossa porque é o sítio onde tem quota e porque foram identificados ali alguns problemas nalgumas casas que não têm saneamento, nem podem ter, por não terem quota para um ramal normal de saneamento, por isso, é esta a solução. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que, em relação a esta questão, tem a dizer o seguinte: " como sabe a Senhora Presidente porque estava cá, aliás, estávamos cá os dois, pelo menos, no mandato anterior, do Prof. Orlando Aves, na altura do concurso às "sete maravilhas," a câmara chegou a publicar um concurso público, o concurso foi até à fase de análise de propostas, entretanto, num processo vergonhoso, o concurso público foi anulado, fizeram-se

Adelino

apenas obras de abastecimento de água e de arruamentos. Gastou-se algum dinheiro, trezentos ou quatrocentos mil euros, não tenho presente agora, e agora, daquilo que me estou a aperceber, e contra as nossas opiniões, que damos nestas alturas, nas aldeias que fazem intervenção e fazem arruamentos e água, deixem as condutas para saneamento futuro. Nunca puseram em prática esta nossa sugestão e agora vêm dizer que vão rebentar outra vez com as ruas todas, se calhar com algumas condutas de água que estão instaladas, e vão meter saneamento. Nós não somos contra o saneamento de Vilarinho de Negrões, aliás, defendemo-lo na altura, o procedimento estava lançado, deveria ter sido concluído. Constatamos com tristeza que a câmara andou mal e que agora vai fazer o saneamento e desperdiçar dinheiro. É uma situação de má gestão.” _____

A Senhora Presidente da Câmara referiu que queria lembrar ao senhor vereador, em primeiro lugar, o Prof. Orlando não está aqui. _____

O senhor vereador interrompeu e afirmou: “ Mas estava cá a senhora e não discordou.” _____

A Senhora Presidente prosseguiu e afirmou que o passado honra-a muito e, portanto, não renega o passado, apenas refere ao senhor vereador que o Prof. Orlando não está aqui, e por isso, deve apenas pronunciar-se sobre as decisões que são tomadas por si, em que tem agora a responsabilidade direta. _____

O senhor vereador afirmou que no executivo anterior a Senhora Presidente era vereadora a tempo inteiro há dezoito anos, por isso não pode dizer sistematicamente que não tem nada a ver com o passado porque tem. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que tem muito orgulho em cada um dos dezoito anos em que está efetivamente na câmara, mais os anos todos em que esteve na Assembleia Municipal e orgulha-se muito de ter feito parte do desenvolvimento de tanta e tanta obra que foi feita no concelho. Honra-a, não se envergonha, não considera nada vergonhoso. Apraz-lhe registar que, de vez em quando vai dar umas voltas fora daqui para alargar os horizontes e aquilo que tem visto, seja nos concelhos vizinhos ou naqueles mais a sul, deixa-a muito feliz, relativamente ao nosso concelho. Referiu que ainda que muitas vezes seja ridicularizada ou que haja a pretensão de a ridiculariza, quando diz que na nossa terra há tudo e que se vive muito bem, é nessas suas saídas que lhe é permitido aferir e dizer que efetivamente em Montalegre vivemos mesmo bem. É evidente, afirmou, que não está tudo bem, nem está tudo perfeito, nem tudo concluído, mas vai-se fazendo e a perspetiva terá de ser esta. Por isso, disse ao senhor vereador que, se não é contra o saneamento, não considere que investir nele é um desperdício de dinheiro porque não há, neste caso, uma duplicação de custos. Disse que o senhor vereador deverá considerar a situação da seguinte forma, vai-se resolver um problema que ali existe.



Aliás, vai-se resolver com soluções mais modernas é isso que a câmara vai fazer, agora com o aval da ERSAR, ou seja, vai fazer-se aquilo que nos compete e aquilo que é necessário. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues exclamou, "vergonhoso." _____

Prosseguindo, a Senhora Presidente da Câmara solicitou ao senhor vereador que esquecesse o Prof. Orlando, deseja-se-lhe saúde, muita sorte, muita alegria na vida, sendo certo que, quando precisarmos do seu apoio e da sua força seja lá para o que for, com toda a certeza que contaremos com ele. Disse, é um ilustre cidadão do Barroso. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que a Senhora Presidente não pode apagar a história porque isto não é como na União Soviética em que se apagavam as caras nas fotografias. _____

A Senhora Presidente afirmou: "Pois não é, não, por isso não há execuções sumárias." _____

O senhor vereador disse: "A senhora está na fotografia, não queira apagar." _____

A Senhora Presidente afirmou: "Não queira o senhor vereador fazer como na União Soviética e fazer execuções sumárias." _____

O senhor vereador retorquiu: "Não, não. Está a apagar fotografias, Senhora Presidente." _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que relembra ao senhor vereador da oposição o seguinte e isto vai avivar-lhe a memória: "a acusação de corrupção caiu, não foi provada, a associação criminosa também caiu. Deste modo, se ficar algum procedimento administrativo, e só não erra quem não faz, isto é, se ficar, diga o senhor vereador se é algum crime de "lesa-pátria." _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues respondeu que não é o tribunal, é apenas assistente no processo, nunca fez qualquer intervenção neste, nem tenciona fazer. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que foi o senhor vereador Dr. José Rodrigues quem disse que os meteu na cadeia e isso não esquece. Aliás, disse, não esquecerá nunca porque é indigno. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou: "Senhora Presidente, eu nunca fiz qualquer intervenção no processo." _____

A Senhora Presidente respondeu: "Uma pessoa honrada não diz isso, confia e espera pela justiça." _____

O senhor vereador referiu: "E é isso que fazemos." _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou: "Então não diga que não disse que os meteu na cadeia." _____

O senhor vereador respondeu que a justiça é que tem de tratar dessas coisas e a justiça, que saiba e pelo que disse o ministério público, há uns trezentos e tal crimes. _____



A Senhora Presidente da Câmara respondeu: “Não, não há. O senhor queria que fossem trezentos e tal, perguntou?” _____

O senhor vereador afirmou: “Penso que são trezentas e tal acusações.” _____

A Senhora Presidente da Câmara perguntou: “ Quantas fez o senhor?” _____

O senhor vereador respondeu: “ Eu não fiz nenhuma, eu não acuso ninguém.” _____

A Senhora Presidente referiu: “ Ai já não fez?” _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou: “ Eu fiz uma denúncia, Senhora Presidente. Quem acusa é o ministério público. Eu fiz uma denúncia sim senhor, sempre assumi.” _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que algumas delas eram de corrupção,” mas caíram senhor vereador.” _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues retorquiu: “Eu nunca fiz acusações de corrupção, nunca fiz acusações de nada.” _____

A Senhora Presidente voltou a referir,” caíram senhor vereador.” _____

O senhor vereador afirmou:” Fiz uma denúncia sim senhor, e assumo, está a perceber? Olhe, eu não as fiz, mas alguém do seu partido as fez, está a perceber?” _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que convém muito ao senhor vereador dizer isso, mas deve deixar o seu partido à parte. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu: “ Eu nunca as fiz, eu fiz uma denúncia à mostra de toda a gente. Foi público. E trouxe os assuntos aqui à câmara. Aquilo que eu entreguei ao ministério público veio aqui à câmara, não há nada a esconder aqui. Vocês entendam-se lá entre vós.” _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que se alguém do seu partido o fez, terá a mesma resposta que acabou de dar ao senhor vereador, ou seja, a dilação é vergonhosa, indecorosa, antidemocrata. _____

O senhor vereador afirmou:” Veja lá, veja lá não se prejudique.” _____

A Senhora Presidente da Câmara referiu que afirma isto, taxativamente. _____

A senhora vereadora da oposição Dra. Sandra Sousa interveio para dizer que a Senhora Presidente da Câmara também fazia parte do executivo passado. _____

A Senhora Presidente perguntou o que quer a senhora vereadora dizer com isso, se também é acusada e de quê. _____

A senhora vereadora respondeu: “De nada, de nada.” _____

O senhor vereador Dr. José de Moura Rodrigues afirmou:” De má gestão, Senhora Presidente.” _____

A senhora vereadora afirmou que a Senhora Presidente é que faz questão de dizer constantemente que não faz parte do anterior executivo. _____

folha

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu que má gestão não é crime, a não ser que seja gestão danosa. _____

A Senhora Presidente da Câmara perguntou à senhora vereadora Dra. Sandra Sousa onde a tinha ouvido dizer que não fazia parte do anterior executivo. Pediu que a senhora vereadora não pusesse palavras na sua boca. Referiu que, antes pelo contrário, até a ouviu dizer que há dezoito anos que faz parte de uma equipa que mudou a face do concelho, sem contar com os doze anos para trás em que esteve na assembleia. Por isso, concluiu da seguinte forma: "Não, Dr.ª Sandra, fiz parte e fiz muito bem. Desculpe, não tente deturpar, não tente andar aqui com rodeios, isso, para uma professora de português não cola. Aquilo que eu disse foi, "não evoquem sempre o nome do Prof. Orlando porque ele não está aqui presente." _____

A senhora vereadora respondeu: "Faz parte, Senhora Presidente." _____

O senhor vereador Dr. Capela interveio e disse: "Quer queira, quer não queira, faz parte." _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou: "Foi uma decisão do executivo dele e a Senhora Presidente também fazia parte." _____

A Senhora Presidente questionou: "Desperdiçar dinheiro? Eu pergunto é o seguinte, a obra faz falta ou não faz falta?" _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues respondeu que não disse o contrário, só disse que há uma duplicação de custos e má gestão, foi só isso que disse porque é verdade e reafirma-o. _____

A Senhora Presidente perguntou: "Faz falta? Então vamos fazer, podem estrebuchar o que quiserem, e o termo é este, vamos fazer, é uma necessidade e está resolvido." _____

O senhor vereador referiu que, neste caso, a questão é que já era, necessário na altura. _____

A Senhora Presidente respondeu que a câmara vai fazer. _____

A senhora vereadora Dra. Sandra afirmou que é uma duplicação de custos. _____

A Senhora Presidente voltou a responder que a câmara ia fazer. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues abordou um novo assunto relacionado com a revitalização do rio Cávado e parque aquático do Cávado, pois está a falar-se aqui de quase cerca de oitocentos mil euros. Referiu que quer saber que projetos são estes e o que é que se pretende.

A Senhora Presidente respondeu que o se pretende é exatamente isso que vem no documento, ou seja, o parque do Cávado é o parque do lado de cá do rio e, portanto, quer o rio, quer o parque do lado de cá, vai ter uma intervenção profunda, bonita, para tornar o espaço mais apazível, aliás, ainda mais do que o que é, porque já é muito apazível. Este projeto vai ficar mais bonito e funcional, para que as famílias e os jovens possam ir para este local praticar desportos condicentes. Referiu que, do outro lado, noutra localização, vai fazer-se um parque aquático, com duas piscinas e com aqueles brinquedos habituais porque é uma maneira de rentabilizar

Folha

os recursos e de trazer gente para cá. Esclareceu que não vai ser uma coisa megalómana ou tão grande como há em Fafe, mas se for uma coisa assim parecida já se fica satisfeito. É uma obra que vai trazer investimento e vai trazer movimento à terra porque vem muita gente de muitos lados, tal e qual como quando se vai para Fafe e para outros parques aquáticos. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu que os vereadores da oposição estão com alguma expectativa em relação a esse projeto. Afirmou que não disse que eram contra, apenas disse que estão com alguma expectativa em relação ao projeto, mas há uma coisa que lhes parece óbvia, pois primeiro o rio terá de ser limpo. Por isso, pergunta se isso está assegurado. _____

A Senhora Presidente da Câmara perguntou o que é que o senhor vereador quer dizer com “limpar o rio.” _____

O senhor vereador respondeu que limpar o rio significa que não está em condições de se fazer lá um parque. _____

A Senhora Presidente afirmou que o senhor vereador continua a confundir os conceitos, pois o parque é o parque físico, não é o leito do rio, porque isso é outra coisa. _____

O senhor vereador perguntou se a água do rio, não ia ser utilizada. _____

A Senhora Presidente da Câmara voltou a responder que o parque é o parque físico que está lá, já está ali um espaço muito agradável e pretende-se torná-lo ainda mais agradável. Explicou que o parque aquático, com água para as pessoas nadarem e andarem nos escorregas, nos brinquedos e nas brincadeiras e a refrescarem-se, será noutra espaço e, portanto, é o que é, é um parque aquático. _____

O senhor vereador afirmou que a pergunta que fez era para saber se se pretende usar a água do rio e se vai integrar o parque com o rio. _____

A Senhora Presidente explicou que já existe uma equipa de especialistas a fazer o batimento do rio todo, já há análises durante um longo período para se perceber exatamente aquilo que terá de se fazer para que a água esteja nas condições devidas para ser utilizada, caso as pessoas pretendam ir dar, aliás, como acontecia há muitos anos atrás, um banho ao rio e, tudo isso, está a ser tratado. _____

O senhor vereador referiu que então vai fazer-se a limpeza do rio. _____

A Senhora Presidente afirmou que não é só a limpeza do rio, vai fazer-se uma intervenção em todo o rio, com a identificação das irregularidades e ilegalidades que existam porque há várias. Vai fazer-se um mapeamento de todo o rio, desde Padroso até a Montalegre. _____

O senhor vereador perguntou se também a zona industrial é abrangida. _____

A Senhora Presidente respondeu que principalmente aí, pois existe empreendimentos, e vai ver-se o que é que se vai ali fazer porque a câmara é cautelosa. _____

Sefer

O senhor vereador referiu que se trata de vinte e oito milhões por isso, é normal que sejam colocadas questões. _____

O senhor vereador Dr. Capela comentou, “não querem responder.” _____

A Senhora Presidente referiu que os senhores vereadores da oposição é que não querem respostas, uma vez que, na última pergunta, queria responder e os senhores vereadores já passavam à frente. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues informou que, para já, as perguntas que tinha a fazer terminaram. _____

A Senhora Presidente da Câmara convidou o senhor vereador a fazer os considerandos aos documentos em apreciação. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu: _____

- “Ora bem, a Senhora Presidente, na nota de abertura diz que a ligação à A24 é fundamental, bem como a requalificação da EN103, e cito, “pelo que tudo faremos para que este importante projeto tenha seguimento”. Queria-lhe lembrar que está a ser incoerente com o seu comportamento passado, que contraria aquilo que diz agora. Recordo que votou contra uma proposta apresentada pelo Partido Social Democrata para reivindicar a requalificação da estrada nacional 103, na reunião de câmara de 20.10.2020, que teve lugar em Viade. Esta intervenção, na altura, foi suscitada pelas obras que foram incluídas no PRR, no troço Bragança-Vinhais na EN103. Nós achámos, na altura, que Montalegre estava excluída do PRR, que o nome de Montalegre não surgia no PRR e que era uma oportunidade para pedirmos tratamento igual a Vinhais. Apresentámos uma moção nessa reunião e a Senhora e a equipa do Partido Socialista votaram contra, isso está documentado, como é óbvio. Depois, recordo-lhe a sua resposta, quando lhe perguntámos, o que ia fazer quanto ao facto de Chaves não ter dado seguimento, ao tipo de estrada que Montalegre fez até Meixide para melhorar o acesso à A24, numa retificação da estrada, com alargamento da via para sete metros, em vez dos atuais cinco, que não teve, depois, seguimento em Chaves e está quase concluído. A Senhora Presidente não respondeu, disse-nos “não vou fazer nada,” portanto, Senhora Presidente, está a ser incoerente. Em relação à questão dos vitelos, do apoio ao abate, embora ainda não me tenha dito o número de vitelos que está incluído, queria-lhe dizer o seguinte: “ nós não somos contra a questão do subsídio ao abate, é uma questão que poderemos incluir, vamos avaliar a situação, mas não me parece uma má ideia, vamos estudá-la. Poderemos incluí-la na nossa proposta, que como sabe, previa dar aos vitelos cruzados sessenta euros e nós, quando falamos em vitelos cruzados, para nós é tudo o que não é barroso, tudo o que não é barroso, nós consideramos para apoio. Portanto, as



barrosas recebem cento e vinte euros e todas as outras receberiam sessenta euros. E, claro, recebem todos os agricultores que fizessem atividade em Montalegre, não só aqueles que se zangaram, não com a CoopBarroso, mas com algumas pessoas, com um ou outro técnico da CoopBarroso. Nós achamos isto despropositado, injustificado, achamos isto um grande tiro no pé, pois estes agricultores são precisamente, ou correspondem, praticamente aos maiores agricultores do concelho. E o que é que nós estamos a fazer? Estamos a dizer a essas pessoas que não têm direito ao apoio. E, em vez de apanharmos os líderes para a causa, fazer deles o exemplo para os outros, estamos a dizer assim, "você não contam". Em relação ao facto de um objetivo que se tinha com a sanidade animal, na OPP, na altura da criação da OPP, não se justifica excluir por aí. Porquê? Porque a OPP de Montalegre, que eu saiba, é a OPP nestas redondezas que tem mais gado, não precisa de mais gente. Aqui à volta, há até OPP's a aproveitarem-se disto para fazerem preços baratos e para fazerem concorrência a Montalegre. Não é uma questão. Assegurada que está, e sem dúvida nenhuma, a subsistência da OPP, não há razão nenhuma para fazer esta discriminação em relação a produtores deste concelho, os maiores produtores, pessoas de bem, que trabalham todos os dias e que têm o direito de serem tratados como todos os outros. Esta guerra, não faz sentido, a câmara não se devia ter metido nesta questão, devia ter sido isenta e devia tratar toda a gente por igual. Nós vamos tratar toda a gente por igual, vamos acabar com esta história que já tem quatro ou cinco anos, e não faz sentido absolutamente nenhum. Depois, tenho a dizer, Senhora Presidente, pelas nossas contas, incluindo já o apoio aos vitelos, disse que ia pagar quarenta euros, não era? O apoio ao abate, perdão, e considerando que todos os vitelos são abatidos no concelho de Montalegre e os vitelos que não são saneados em Montalegre, portanto, incluindo tudo, isto dá um apoio de cerca de trinta e cinco euros, muito menos do que aquilo que a Senhora disse. Diz quarenta euros, mas é se excluir metade, exclui os que não fazem cá a sanidade, exclui os que não são cruzados das tais especificações, ou seja, o apoio é insuficiente, Senhora Presidente. Nós propusemos sessenta euros por vitelo não barroso, a nossa proposta mantém-se e é isso que nós consideramos, não a solução para o problema da perda de rendimentos, mas como uma amenização, uma ajuda, um apoio, para minimizar um contributo para a perda de rendimento dos agricultores. Um contributo, para diminuir a perda dos agricultores. Nas nossas contas, em 2023 os agricultores em Montalegre perderam cerca de três milhões e meio de euros a quatro milhões de euros em subsídios. Em 2024 a situação vai agravar-se, já vai contar a perda dos baldios por encabeçamento, e não incluímos aqui os custos relacionados com o aumento dos custos de produção que surgiu no âmbito do Covid e que se manteve. Consideramos aqui que é insuficiente, porque há uma tendência e significativa, são números que assustam, de abandono



e encerramento de explorações agrícolas. E a Senhora acabou de dizer que são a principal atividade económica. Pois são, mas é preciso passar da teoria à prática. Consideramos também que a Senhora Presidente deveria ter mais consciência, ser mais solícita, mais generosa com os produtores agropecuários porque o seu partido é o grande responsável pela situação, nomeadamente, por ter mantido em funções uma ministra da agricultura que ia arruinando definitivamente a agricultura em Montalegre e no país. Isso é um facto. A sua proposta, sendo os trinta e cinco euros, mas para todos, na nossa opinião, o que a Senhora está a dar, englobando tudo, parece-nos mais uma espécie de esmola que deveria ofender os agricultores. Isto é, falta de sensibilidade e significa que não tem noção do que se está a passar no concelho com a tal atividade económica que é, de facto, ainda, a atividade económica mais importante do concelho. Queremos aqui dizer, Senhora Presidente, que nós não vamos deixar cair os nossos agricultores porque são a força e a alma do concelho. Os agricultores, podem contar connosco. Realçar também que, sendo os valores de 2026 semelhantes ou iguais aos de 2025, supomos que esta é a sua proposta definitiva, que é esta a sua intenção e que não é uma sobredotação, é esta a sua intenção. Constatamos também, nomeadamente através do PAM e do PPI, que a animação do desporto automóvel tem dois mil euros e a Pista Automóvel, Circuito Internacional tem cinco mil, ou seja, um total de sete mil euros para desporto automóvel que contrasta com os seiscentos ou setecentos mil euros que eram o habitual do município em anos anteriores.” _____

A Senhora Presidente da Câmara interrompeu o senhor vereador para dizer que a verba para o desporto automóvel ia aumentar, por isso considerasse isso como um aviso. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou:” Pronto, a Senhora é que sabe. Essa pergunta não está colocada, mas agradeço-lhe a informação. Mas noutros anos isto não aconteceu, o que significa que, para já, e, ao contrário do que a Senhora disse, a manterem-se estes valores, pelo menos, significa o abandono do desporto automóvel e da pista.” _____

A Senhora Presidente disse:” Não se atralhe que vai ficar surpreendido com o que vai ver.” _____

O senhor vereador afirmou que, depois, tinha uma declaração de voto com uma apreciação global para entregar mas que por enquanto não tinha mais nada a dizer. _____

A Senhora Presidente da Câmara referiu que queria então esclarecer só duas coisas de forma muito breve. _____

Entretanto, o senhor vereador Dr. José Rodrigues interrompeu a Senhora Presidente para solicitar que o deixasse falar do Centro de Recursos do Cerrado. Deste modo, disse: _____

“Em relação à questão do centro de recursos e do Cerrado, Senhora Presidente, já o depreendeu, nós já o dissemos aqui e já o dissemos por escrito, que há uma divergência entre nós e o executivo, os eleitos do Partido Socialista, digamos assim, em relação à questão do



Centro de Recursos. E quando me fala em três milhões de euros, para o edifício mais praça, eu digo “alto lá que isto ganha grandes proporções”. Há aqui uma divergência, nós tendemos e não concordamos muito com isto, aliás, nós não concordamos com isto, sendo que não nos queremos pronunciar definitivamente sem vermos um projeto. Não somos contra uma coisa que desconhecemos os pormenores, mas, Senhora Presidente, tudo aponta para que vá nascer aqui uma grande controvérsia entre nós e vocês. Se calhar seria ajuizado aguardar pelas eleições para esclarecer isto. Se não é urgente, se calhar guardaria este projeto para depois. Estão reunidas todas as condições para nascer aqui uma grande controvérsia. E depois, pode vir a ser motivo de prejuízos para o concelho porque discordamos. Parece que vamos discordar. Claro que vamos aguardar pelo projeto para vermos. Agora, aquilo que dizemos por escrito é que este tipo de utilização para um terreno, e já estamos a discutir outro ponto da ordem de trabalhos, não tem potencial suficiente (parece-nos, nesta fase, sem ver o projeto) para ocupar um espaço daquele tipo, ao qual nós gostaríamos de dar outro tipo de ocupação, nomeadamente, que envolvesse mais circulação de pessoas e que não fosse um projeto de carácter experimental, que é o que se passa. Estamos a investir, a gastar muitos recursos e a desperdiçar oportunidades num espaço de grande potencial. Não sabemos, qual vai ser o retorno, é um tiro completamente no escuro e que poderá gerar grande controvérsia nos destinos do concelho. Nós, pedimos alguma moderação ao Partido Socialista e, se houver a possibilidade de não avançar já com essa ideia, agradecemos, para decidir sobre essa questão no futuro. Muito obrigado, Senhora Presidente.” _____

A Senhora Presidente da Câmara interveio para dizer ao senhor vereador, de forma muito rápida, o seguinte, relativamente à A24 e EN103, está a ser incoerente, segundo o senhor vereador, porque votou contra a requalificação da EN103 apresentada pelo Partido Social Democrata, é um facto, votou, se na ata está assim, é porque votou, já não se lembra. Porém, refere que com toda a certeza o seu voto nesse sentido é porque os termos em que se apresentava a proposta da oposição não eram aqueles que a câmara considerava ser de aprovar e portanto votou-se contra. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues perguntou se havia alguma coisa em específico nessa proposta que a incomodou ou não se lembra. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que não faz ideia, mas, com toda a certeza, quando os senhores vereadores votam contra muitas das propostas que o executivo aqui traz, é porque têm alguma coisa contra essas propostas. _____

Adela

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu que assumiam e depois se tivessem de mudar de opinião, mudam. Afirmou que a Senhora Presidente está a mudar de opinião, e diz-lhe que é incoerente, não está a dizer que cometeu um crime, está a ser incoerente. _____

A Senhora Presidente referiu que não é incoerente, pois uma coisa é a proposta que os senhores vereadores da oposição apresentaram, que já nem se lembra qual é, outra o que se faz efetivamente. _____

O senhor vereador interrompeu e disse que era uma proposta de requalificação, de reivindicar a requalificação da EN103, tal como estava a acontecer em Vinhais. _____

Retomando a palavra a Senhora Presidente afirmou que tem relativamente, à EN103, um dossier cheio de documentos em que o senhor vereador poderá ver, porque não sabe, mas vai dar-lhe essa informação, que, desde 2005, a câmara municipal anda a reivindicar a requalificação da EN 103. _____

O senhor vereador respondeu que esse dossier não conhece, mas sabe como a Senhora Presidente votou. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que se o senhor vereador não conhece, está a dar-lhe conhecimento agora, ou seja, desde, pelo menos, 2005 que está na câmara um dossier cheio de documentos, com pareceres pedidos inclusivamente foi feito um estudo de tráfego para aferir a viabilidade, implicou-se também a câmara municipal de Vieira do Minho porque a EN103 é extensa e nosso território vai só até à barragem da Venda Nova. Portanto, não venha o senhor vereador com a EN103 como se a questão mais problemática estivesse no território de Montalegre. Por isso, referiu que se os senhores vereadores da oposição quiserem ser efetivamente pró-ativos, façam aquilo que o executivo fez, que é implicar as outras câmaras onde passa também a EN103. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues respondeu que já o fizeram. _____

A Senhora Presidente afirmou que onde os problemas são maiores, tal e qual como a câmara fez, deve-se implicar outros municípios porque inclusivamente aos senhores ministros da altura apresentaram-se soluções conjuntas que não foram tidas em conta, mas continuar-se-á nessa senda. _____

O senhor vereador referiu que então a Senhora Presidente não podia ter votado contra a proposta que apresentaram. _____

A Senhora Presidente disse que, conforme explicou, não há incoerência nenhuma na sua posição porque votar contra uma proposta apresentada pela oposição, é algo normal, pois os termos em que o fizeram não eram consonantes com a visão da câmara. Depois referiu que veio o senhor vereador novamente falar de Chaves, em que lhe tinha dito que não ia fazer nada. Pois

Felipe

então, volta a lembrar-lhe o seguinte, não é Presidente da Câmara de Chaves não comete ingerências no território dos outros. _____

O senhor vereador respondeu que a Senhora Presidente é organizadora de eventos em Montalegre os quais enchem a hotelaria em Chaves. _____

A Senhora Presidente afirmou que não vai pedir ao Senhor Presidente de Chaves para requalificar a estrada como querem só porque enchemos a hotelaria de Chaves." Não, senhor vereador respeite as entidades e as instituições." _____

O senhor vereador referiu que não disse para a senhora Presidente desrespeitar ou faltar ao respeito ao colega de Chaves, disse-lhe que deveria exercer a sua influência e sensibilizá-lo para a questão. _____

A Senhora Presidente respondeu que exerceu influência, mas não anda a fazer propaganda com isso, fez o tinha de fazer porque as coisas não funcionam como o senhor vereador diz, ou seja, que devia ter-se insurgido ou exigido para que Senhor Presidente de Chaves mudasse o projeto da estrada. _____

O senhor vereador referiu que nessa situação era assim que faria. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que, quanto à questão dos vitelos que o senhor vereador abordou, não deixa de ser hilariante. Por um lado, e passa a citar, "não são contra o abate, não lhes parece má ideia, podem até inclui-la na proposta." Perguntou, qual proposta será, na proposta dos vereadores da oposição. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues respondeu que sim, que seria na proposta deles. _____

A Senhora Presidente afirmou que a proposta é deste executivo. _____

O senhor vereador disse: "Não, não. Na nossa proposta." _____

A Senhora Presidente respondeu que essa proposta já veio à reunião de câmara. _____

O senhor vereador afirmou que a podiam adaptar. _____

A Senhora Presidente afirmou que é uma sobranceira com que os vereadores da oposição falam disto, pois, referem e cita," não lhe parece má ideia, até pode inclui-la na vossa proposta." Observou, a Senhora Presidente que a proposta é deste executivo e vai ser sufragada agora através da aprovação do orçamento e depois de uma adenda ao protocolo que também virá á reunião de câmara. Continuando, referiu que mais uma vez veio o senhor vereador estimular a parte emotiva com que algumas pessoas tratam determinados assuntos. Ora, quer lembrar-lhe que há uma questão que é o livre-arbítrio e o apoio que a câmara dá é aquele que está estatuído, tipificado e regulamentado, mediante um protocolo, ou seja, é aquele, não é outro. Portanto, referiu, são livres de aderir todos os produtores pecuários que entendem que devem aderir. Mais, não lhe venha falar em guerras porque a câmara não tem guerras com ninguém. Aliás," as

Adg

peçoas a quem o senhor vereador se refere, deixe-me dizer-lhe, por acaso até são bons amigos, só para que saiba, por isso, não estimule o senhor vereador guerras que não existem.” Quando se refere, “esta guerra não faz sentido,” a guerra só existe na cabeça do senhor vereador, não existe em mais lado nenhum, concluiu. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que se não é guerra, é um diferendo. _____

A Senhora Presidente da Câmara referiu ainda que o senhor vereador, no apoio aos agricultores que a câmara concede, contrapõe no seu discurso com “os milhões que os agricultores perderam,” mas é por terem perdido que se dá esse apoio, que vai direto para os bolsos dos agricultores. Assim, esclarece que com a adenda que vai fazer-se ao Protocolo em vigor, de que já falou, vão ser perto de setecentos e cinquenta mil euros, o que é uma verba significativa para os cofres da câmara. Disse ainda que acresce a isso, o apoio aos produtores de outros animais, designadamente dos suínos, contabilizam-se também os eventos que a câmara promove, todos os eventos aos quais se dá publicidade e que se organiza, tudo isto custa muito e muito dinheiro, exatamente para dar-se visibilidade aos produtos endógenos e aos agricultores para os pôr a ganhar dinheiro e aumentar os seus rendimentos. Tudo isto, somado, referiu, é uma verba significativa. O senhor vereador deve perceber que quem tem a responsabilidade de gerir um orçamento tem que saber que deve haver um equilíbrio e que não se pode dar tudo a todos. Referiu por último, que não se pode embarcar nessa visão populista que o senhor vereador apregoa de atender a tudo aquilo que achamos que é expectativa do outro. _____

O senhor vereador da oposição perguntou se a Senhora Presidente acha que a proposta que apresentam é demasiado, não é assim. _____

A Senhora Presidente alegou que a proposta que os vereadores da oposição apresentam é tão séria que nem tem justificação de valor que propõem, ou seja, pergunta porque propõem o valor de sessenta euros, como chegaram a este valor. _____

O senhor vereador questionou como é que a Senhora Presidente chegou ao valor que, por sua vez, propõe. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que o senhor vereador não sabe do que estava a falar porque acabou de lhe dizer há bocado que tudo foi contabilizado, especificadamente, o aumento do custo que os produtores têm com a criação de um vitelo. _____

O senhor vereador perguntou se a queda de rendimentos dos produtores não interessava à Senhora Presidente. _____

A Senhora Presidente respondeu que é a perda de rendimento, decorrente exatamente do que os produtores tiveram de pagar a mais que origina estes apoios. _____

Folha

O senhor vereador questionou se com isto a Senhora Presidente vai compensar a perda de rendimentos dos agricultores, ou seja, a proposta da câmara é para compensar. _____

A Senhora Presidente respondeu que é para compensar porque é um perfeito absurdo o senhor vereador querer estar aqui a insinuar que a câmara de Montalegre devia ressarcir os agricultores dos quatro milhões de euros que afirma que os agricultores perderam de subsídios nacionais. ____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que não tinha dito isso, disse o contrário, que era uma “ajudazinha,” uma pequena ajuda para compensar. _____

A Senhora Presidente respondeu que é uma pena que o senhor vereador pense dessa forma, porque para o orçamento da câmara o apoio que se vai dar aos agricultores é uma grande ajuda. E, ao contrário do que o senhor vereador diz, os agricultores estão muito agradecidos e muito contentes com esta ajuda. Aliás, referiu que pode o senhor vereador andar a tentar instigá-los como quiser e lhe apetecer, mas eles sabem distinguir. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues questionou:” Eu?” _____

A Senhora Presidente referiu que o que era ofensivo são as expressões que o senhor vereador utiliza, como “é uma esmola”, e caem-lhe sempre mal. Mencionou que o senhor vereador pode dizer isto a quem quiser, não o pode dizer a pessoas como nós porque a câmara não dá esmolas, não faz caridade. Afirmou que a câmara dá apoios para as pessoas terem dignidade e terem rendimento, por isso o senhor vereador deve deixar de lado esse discurso fascista de dar a esmola. _____

O senhor vereador exclamou:” Senhora Presidente, cuidado, cuidado.” _____

Continuando, a Senhora Presidente afirmou que os apoios da câmara não são esmolas, porque quem assim o diz revela que tem falta de sensibilidade. Mais, é não ter noção do que se passa no concelho. Referiu que, em primeiro lugar, o senhor vereador deve ter cuidado com aquilo que diz, não com aquilo que lhe responde porque uma ação gera reação. Apelou para que o senhor vereador modere a sua linguagem e tenha em atenção aquilo que diz, para depois não ter esta resposta que lhe dará sempre, quando vier com o discurso da caridade, da esmola, da guerra e de tantas outras coisas sem sentido. _____

O senhor vereador respondeu que ficava bem à Senhora Presidente, retirar aquilo que disse. ____

A Senhora Presidente afirmou: “Não, não, é assim mesmo. Deixe-se da linguagem fascista, da esmolinha e da caridadezinha. Isso não é para nós socialistas, deixe-me dizer-lhe. Se há partido que pugna por isso, é o partido socialista, só para que saiba.” Referiu ainda que no que diz respeito ao desporto automóvel, senhor vereador, não deve congratular-se já”. _____

O senhor vereador respondeu que não estava a congratular-se, estava a constatar. _____

Adelino

A Senhora Presidente referiu que o senhor vereador não está a constatar nada porque, em primeiro lugar, a pista automóvel não está morta como disse. Aliás, informa que ainda aqui há uns dias realizou-se lá a taça de Portugal de Rallycross e se tivesse lá ido tinha visto, até pelo barulho que aqueles carros fazem, que não está propriamente morta. Esclareceu que há uma série de provas que o senhor vereador vai ter oportunidade de ver, de assistir porque o executivo vai ter muito gosto em mandar-lhe um convite, como sempre o faz, e vai lá haver uma série de provas interessantes e muito mobilizadoras. _____

O senhor vereador perguntou se são aquelas provas que têm quinhentos euros de receita. _____
A Senhora Presidente respondeu que serão provas mobilizadoras, que se aguardam com muita expectativa porque o caminho faz-se caminhando e tudo isto não se esgota no mundial de Rallycross. Referiu que, quanto ao Mundial de Rallycross, acabou o contrato e está encerrado o compromisso. Negociou-se ainda, mas os termos da negociação não serviam e por isso não se renovou o contrato. Deste modo, disse, seja com o Mundial de Rallycross, seja com uma empreitada, seja com uma prestação de serviços, seja com o que for, enquanto estiverem contratos em vigor e que sirvam o objetivo para que foram feitos, continuam, porém, quando terminam, avalia-se a situação e renova-se ou não, é tudo uma questão de se negociar. Ora o Mundial de Rallycross, como já teve oportunidade de dizer, nos termos em que se propunha não servia. Assim sendo, procuraram-se outras soluções e os senhores vereadores da oposição verão que serão soluções interessantes, mas é claro que não vão custar só sete mil euros. Passando a outro assunto, a Senhora Presidente afirmou que em relação ao tema do Cerrado, a intervenção do senhor vereador Dr. José Rodrigues é o cúmulo da arrogância, é algo inaudito. Aliás, nunca ouviu semelhante coisa na sua vida e em todos estes anos que anda na política e a contactar com políticos de câmaras e outras entidades. Nunca ouviu a alguém que está na oposição dizer a quem foi sufragado em eleições e ganhou "alto lá, não faça nada porque vai haver eleições e, portanto, até a gente decidir...". Senhor vereador Dr. José Rodrigues, quem ganhou as eleições foi o Partido Socialista, foi este executivo. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues interveio para dizer que tinha pedido à Senhora Presidente para, nesse assunto, ter em consideração as suas divergências e as suas opiniões e isso não é arrogância. _____

A Senhora Presidente respondeu que o senhor vereador deve respeitar o executivo. Depois quanto às expressões que utiliza como: "isto vai merecer uma grande controvérsia, "seria ajuizado aguardar pelas eleições, se fôssemos a ter em conta a nossa opinião". Pergunta, onde é que já se viu uma atitude destas. Pergunta ainda porque, daqui o bocado vai votar-se o orçamento e o plano, se o senhor vereador vai votar a favor. _____

Folha

O senhor vereador respondeu: " Não sei." _____

A Senhora Presidente referiu: " Não sabe?" _____

O senhor vereador respondeu, "não vou votar a favor." _____

A Senhora Presidente afirmou que já o sabia, mas por analogia seria então também ajuizado, pois o senhor vereador não sabe o que vai acontecer, se deixasse passar o plano e orçamento votando favoravelmente. _____

O senhor vereador afirmou que não está a atingir o raciocínio da Senhora Presidente, nem sabe onde quer chegar. _____

A Senhora Presidente referiu que se o senhor vereador pensava que este executivo devia deixar de fazer um projeto que lhes pertence, que constitui uma ideia que é sua, porque o senhor vereador acha que daqui a uns meses vai ganhar as eleições, então aprove o orçamento. _____

O senhor vereador afirmou que tinha feito um pedido para não se arranjar divergências desnecessárias. _____

A Senhora Presidente disse que então também não fariam o Multifunções de Salto para aguardar que os senhores vereadores da oposição fossem eleitos. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues referiu que nunca foram contra o pavilhão multifunções. _____

A Senhora Presidente observou que o futuro a "Deus pertence" e, neste caso, nem é Deus porque Ele não se mete nestas coisas. Em primeiro lugar, disse, o futuro pertence-nos, se decidimos continuar ou não, mas até às eleições, ainda falta muito tempo, muita água vai correr debaixo da ponte, pois uma coisa é aquilo que se perspectiva, outra coisa é aquilo que pode acontecer. Em segundo lugar, referiu que também não se sabe qual vai ser a intenção de voto das pessoas, de acordo com o que a câmara fez, ao longo dos tais trinta e cinco, ou dezoito anos dos quais já está aqui na câmara e, portanto, na obra feita, é corresponsável, merecem ganhar.

O senhor vereador observou que a Senhora Presidente só o era nas partes boas. _____

A Senhora Presidente respondeu que era corresponsável em todas as obras. Referiu que se fizeram algumas coisas que, se calhar, não deveriam ter sido bem assim, mas não são aquelas que o senhor vereador evoca. Afirmou que consideram que merecem ficar à frente dos destinos do município, mas vai-se ver o que acontece, vai deixar-se que o povo se exprima e que aconteça. Só que, entretanto, referiu, não queira o senhor vereador retirar-lhes o poder de decisão. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que não quer retirar-lhe o poder de decisão, por isso lhe fez um pedido no sentido de que pudesse haver alguma concertação, só isso. Fez um pedido por considerar que há divergências, para que não se fosse criar um projeto que é muito relevante e que poderá ser uma situação onde se verifique eventuais grandes divergências. _____

Fele

A Senhora Presidente afirmou que o executivo era este que aqui está e por isso lhe cabem as decisões. Referiu que o assunto foi já muito escalpelizado, mas espera ter respondido às questões colocadas pelo senhor vereador Dr. José Rodrigues e teve-se aqui um debate muito interessante, agora vai pôr o documento do Plano e Orçamento à consideração. _____

O vereador Manuel António Fernandes, eleito pelo Partido Socialista, solicitou a palavra e referiu que ficar para o fim tem destas coisas, pois tinha aqui uns quantos pontos sobre as obras, mas já quase tudo foi dito, por isso, bastava-lhe resumir a sua intervenção. Por isso, quer agradecer a elaboração do documento à Divisão de Finanças, na pessoa da Dra. Maria José Baía. Referiu ainda que este é um orçamento que visa aumentar a qualidade de vida dos barrosões e é com orçamentos como este que tudo isso vai ser feito. Afirmou que a qualidade de vida é um trabalho sem fim, pode-se sempre melhorar, fazendo-o com orçamentos destes e os eleitos do Partido Socialista estarão cá para isso. _____

Depois da votação do Orçamento e do Plano, a reunião foi suspensa quando eram dezassete horas e trinta e cinco minutos, durante um período de dez minutos para um intervalo de acordo com a decisão da Senhora Presidente. _____

DELIBERAÇÃO: A câmara municipal deliberou, por maioria, com três votos contra dos senhores vereadores do Partido Social Democrata e com quatro votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista, aprovar os documentos previsionais supra enunciados para o ano económico de 2025. Deliberou, ainda, remeter integralmente o presente documento, ao órgão deliberativo a fim de que possa exercer a competência prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

Os senhores vereadores do Partido Social Democrata justificaram a sua posição de voto contra a aprovação dos documentos previsionais para o ano económico de 2025 apresentando a seguinte declaração de voto, que aqui se transcreve na íntegra: _____

“DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRA O PLANO E ORÇAMENTO PARA 2025 _____

Os vereadores do PSD, abaixo assinados, vêm justificar o seu voto contra os Documentos Previsionais para 2025, no valor de 27,88M€, nos seguintes termos: _____

1. O Plano de 2025 é em tudo parecido com o de 2024 e com os de outros anos anteriores: tem muitas obras projetadas, a maioria das quais transita do ano anterior, sem serem iniciadas. Somos a favor da esmagadora maioria dessas obras. Mas também pensamos que Montalegre precisa de muito mais que obras de alcatrão e cimento, cujos utentes são cada vez menos. _____

2. Montalegre precisa de políticas ativas que promovam a atração e fixação de residentes. Por isso apresentámos uma Proposta de Apoio à Criação de Emprego, que prevê que a Câmara pague 150€/mês do 2.º ao 9.º emprego novo criado no concelho, durante oito anos. Cada



empresa poderia encaixar até 134.400€ (150€ x 14 meses x 8 anos x 8 trabalhadores), com a possibilidade de receber 50% à cabeça. _____

É uma proposta séria e arrojada, mas muito ponderada, que aumentaria em 4/5 vezes os apoios à criação de emprego existentes. Aos preços máximos atuais e para lotes com 2.500 m², a criação de oito postos de trabalho durante oito anos daria para comprar mais de quatro lotes industriais em Montalegre e mais de seis em Salto. Mas, se a opção for criar apenas dois postos de trabalho, isso era suficiente para comprar um lote em Montalegre. É com muita pena que vemos que esta nossa Proposta tenha sido chumbada. _____

3. Face às enormes perdas de rendimento dos agricultores, é insuficiente pagar 40€ por cada vitelo cruzado nascido no concelho. Na reunião de 18.04.2024, propusemos que fosse pago 120€ por cada vitelo de raça barrosã e 60€ por cada um dos vitelos de outras raças. Além de pagar menos, a proposta do Executivo PS exclui os agricultores que não façam a sanidade no concelho e os vitelos de outras raças autóctones além da barrosã (cachena, minhota, maronesa, arouquesa, mirandesa, ...). _____

4. Fazer agora a rede de saneamento básico em Vilarinho de Negrões é o cúmulo do desperdício e da má gestão. Em 2018, depois do fim do concurso “Sete Maravilhas”, numa decisão mal explicada, a Câmara anulou o concurso público que tinha lançado para fazer o saneamento básico e fez apenas obras na rede de águas e nos arruamentos. Na reunião de Câmara de 20.09.2018, manifestámos a nossa oposição à anulação do concurso e entregámos um abaixo assinado dos residentes a favor da construção do saneamento básico. Por isso protestamos agora contra esta obra, porque é uma duplicação de custos. _____

5. O Centro de Recursos / Incubadora deveria ser feito na Antiga Residência de Estudantes, que é um local adequado para uma infraestrutura de carácter inovador e experimental, da qual desconhecemos a viabilidade e o impacto. Fazer o Centro de Recursos / Incubadora no edifício do Cerrado que a Câmara comprou por 300.000 é um desperdício. Este é um espaço com muito potencial, com uma localização única e que deve ser afeto a outro fim, que garanta mais pessoas a circular e mais dinamização na zona. _____

Montalegre, 28.11.2024.” _____

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. _____

À Divisão Administrativa para agendamento do presente assunto à próxima sessão do órgão deliberativo. _____

A reunião foi retomada, quando eram dezassete horas e cinquenta minutos, sendo a discussão da ordem de trabalhos prosseguida pela Senhora Presidente da Câmara com a introdução do ponto 3.14. _____

Abel

3.14. RETIFICAÇÃO DA TITULARIDADE DO PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ NO ARTIGO 8536 – PARA A PERMUTA DE PRÉDIOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E PALMIRA DA COSTA DIAS E CARMINDA DA COSTA DIAS RICARDO, NA ALDEIA DE PENEDONES, CONFORME DELIBERAÇÃO APROVADA CONSTANTE NO PONTO 2.9. DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 03 DE OUTUBRO DE 2024 - PROPOSTA

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta exarada pelo técnico superior, Abel Surreira, cujo teor se transcreve de seguida, na íntegra:

“ PROPOSTA

Assunto: Retificação da titularidade do prédio rústico 8536 para a permuta de prédios entre o Município de Montalegre e Palmira da Costa Dias e Carminda da Costa Dias Ricardo, na aldeia de Penedones, conforme deliberação aprovada constante no ponto 2.9. da Reunião de Câmara de 3 de outubro de 2024.

I – DA JUSTIFICAÇÃO

Considerando que houve um conjunto de prédios que foram adquiridos na Freguesia da Chã, aldeia de Penedones, numa perspetiva de desenvolvimento e criação de estruturas para serviços, lazer da comunidade e desenvolvimento turístico na região;

Considerando que esses equipamentos se encontram distribuídos por diversas áreas da aldeia, com acessibilidades comuns com particulares;

Considerando que se verificou também haver um conjunto de edifícios dispersos pelo centro da aldeia de Penedones, onde particulares têm acesso a estas, designadamente no acesso à zona de campismo e lazer no Fundo de Vila, havendo, ainda, estruturas degradadas que desvalorizam a área pública onde existem edifícios do Município e da Junta de Freguesia da Chã;

Considerando que, pelo facto de existirem estas estruturas e nestas condições, seria conveniente agrupar, atendendo à sua preservação e valorização e para não haver qualquer compropriedade e passagem de particulares;

Foi feita avaliação de cada edifício e, depois de negociar com os respetivos donos das estruturas, foi possível chegar a acordo e aprovado conforme ponto 2.9. em Reunião de Câmara, no dia 3 de outubro de 2024.

Para proceder à escritura de permuta, verificou-se que Palmira da Costa Dias, entretanto, adquiriu ½ da herdeira Maria de Lurdes Costa Dias Vieira do prédio rústico 8536.

Assim,

II – DA PROPOSTA

Tendo como objetivo:

1-Valorizar o espaço onde existem edifícios do Município de Montalegre;

2-Agrupar a área envolvente e, após uma adequada intervenção, valorizar este espaço;

André

3-Restringir a área do domínio público, sem qualquer direito de passagem do domínio particular;_
4-Preservar o espaço público, evitando dispersão em vários locais na localidade._____

Propõe-se:_____

a) Autorizar a permuta do artigo do Município de Montalegre U-1299, avaliado em 123 775,00 euros, com o artigo rústico 8536, avaliado em 41 870,00 euros, de Palmira da Costa Dias, com torna para o Município de Montalegre no ato da escritura de 81 905,00 euros._____

b) Autorizar a permuta dos artigos do Município de Montalegre U- 478 e U-1301, avaliados em 37 700,00 euros com o artigo rústico 8535, avaliado em 24 960,00 euros, de Carminda da Costa Dias Ricardo, com trona para o Município de Montalegre no ato da escritura de 12 740,00 euros;

Resumindo: _____

Para compensação dos valores dos diversos artigos, tendo sido os artigos urbanos do Município de Montalegre avaliados no valor de 161 475,00 euros e os artigos dos proprietários particulares avaliados no valor de 66 830,00€, devolver ao Município de Montalegre, no ato de escritura, o valor de 94 645,00 euros. _____

Montalegre e Paços do Concelho, 13 de novembro de 2024._____

O Técnico Superior - Abel Surreira." _____

Sobre esta proposta recaiu um despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara que refere: À reunião de câmara.22.11.2023." _____

Anexo a esta proposta, encontram-se os seguintes documentos: mapas de parcelas, Propostas de cabimento n.ºs1006 de 08.11.2023 e 1002 de 07.11.2023 e ainda as declarações de renúncia à indemnização pelos proprietários._____

A proposta e os *documentos acima identificados que se dão aqui por integrados e reproduzidos para os devidos efeitos, ficam anexos ao maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n.º 36.*_____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a retificação à deliberação do ponto 2.9 da ata da reunião de câmara de 03 de outubro de 2024, nos termos constantes da proposta aludida em supra._____

À Divisão Administrativa para a execução material da presente deliberação, formalizando as respetivas escrituras públicas assim que seja possível a reunião dos documentos necessários para o efeito._____

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. _____

3.15. AQUISIÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO POR VIA DO DIREITO PRIVADO, NECESSÁRIAS À IMPLEMENTAÇÃO DE UMA FOSSA SÉPTICA NA ALDEIA DE SÃO LOURENÇO DA FREGUESIA DE CABRIL – PROPOSTA _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta exarada pelo técnico superior, Abel Surreira, cujo teor se transcreve de seguida, na íntegra: _____

“PROPOSTA: _____

Assunto: Aquisição de parcelas de terreno por via do direito privado, necessárias à implementação de uma fossa séptica na aldeia de São Lourenço da Freguesia de Cabril. _____

I – DA JUSTIFICAÇÃO _____

Considerando que, tendo em vista a necessidade de instalação de um novo sistema de saneamento de esgoto, foi elaborado e executado pelo Departamento de Planeamento e Gestão do território do Município de Montalegre o projeto de execução respetivo constituído por uma fossa séptica para a população residente na povoação. _____

Considerando que, com este desiderato, foram identificadas e avaliadas, numa primeira fase, um conjunto de parcelas de terreno necessárias à realização da obra, com a construção de uma fossa séptica, foi destacada uma área de 450 m² do artigo rústico 2184 da Freguesia de Cabril. Essa parcela de terreno pertence à Herança de Vasco Carvalho Pereira de Azevedo, com Nif 746787120, no lugar de Chamadoiras, com uma área de 32 000 mil m², que confronta de Norte e Poente com Caminho, de Sul com Ermelinda Rosa Gonçalves e de Nascente com José Maria Gonçalves Ferreira, conforme caderneta predial anexa. _____

Considerando que, em resultado desse levantamento, foi elaborado um quadro sinótico onde se encontra identificada a área total necessária para a execução da obra 450 m², bem como a referência aos respetivos elementos prediais e nominais mais relevantes, o qual se anexa à presente informação. _____

Considerando que os proprietários das parcelas mostraram disponibilidade para a cedência dos respetivos metros necessários para a execução da obra, o processo de avaliação foi realizado, tendo por base os valores de referência dadas para a expropriação da propriedade rústica para o Complexo Desportivo de Salto, por perito da lista oficial Eng.º Pedro Manuel Columbano Pereira da Silva o qual fixou, em relatórios elaborados para o efeito, os valores/preço (5,60€/m²) pela parcela adquirida, devidamente identificada na planta parcelar da obra. _____

Considerando que, com base nestes valores unitários obtêm-se um valor global para a aquisição da parcela identificada no referido mapa, que é de € 2 520,00 (dois mil, quinhentos e vinte euros), defendendo o interesse público e o dos particulares. _____

Nestes termos, deverão ser desencadeados os procedimentos tendentes ao início do processo negocial, com o proprietário da parcela de terreno em questão, através da formalização das propostas de aquisição da parcela, por via do direito privado, como fase prévia, à do processo



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma informação subscrita pela Chefe da Divisão Administrativa, Dra. Maria Fernanda Dinis Moreira, cujo teor se transcreve de seguida, na íntegra: _____

“INFORMAÇÃO _____

Assunto: Proposta de cedência gratuita de prédio urbano n.º381 sito em Sidrós à Associação Amigos da Misarela para fins culturais. _____

I – Introdução _____

Em 31 de outubro do ano em curso solicitou a Associação Amigos da Misarela através de ofício dirigido à Senhora Presidente da Câmara com o registo, EXE,E,01,4729 0 que lhe fosse cedido um espaço de terreno, propriedade do município, sito junto à escola de Sidrós, onde esteve colocada a antiga escola primária, a fim de que a associação possa guardar os seus pertences e dar apoio às atividades que realiza. _____

Análise/ parecer _____

I - O Município de Montalegre é titular de um prédio urbano, sito no lugar de Vila Nova, constituído por um prédio destinado a Parque de Jogos, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 381.º da Freguesia de Ferral, com o valor patrimonial de 14.736,79, com uma área total de 120,000 m2, o qual confronta do lado norte, Sul, Nascente e Poente com o próprio, não descrito na conservatória do registo predial; _____

II – A Associação Amigos da Misarela, é uma associação que teve origem num contexto social específico, como a necessidade de atenuar as consequências da desertificação humana do concelho e se dedica à organização de atividades e eventos com a finalidade terá a finalidade de divulgar o modo de vida em Barroso, recuperar, preservar tradições costumes, promover o convívio das gentes locais e da comunidade, estimulando os visitantes do território, promovendo a identidade da região. _____

III – Neste sentido, necessitam de um espaço onde possam colocar um apoio para guardar os instrumentos e demais artefactos que usam para a promoção das suas atividades, onde se destaca por exemplo, uma em particular e que tem realização anual que é a Festa da Lenda da Ponte da Misarela. _____

Enquadramento Jurídico _____

IV – Entre os bens utilizados pela administração pública na prossecução das suas atribuições, a lei distingue os bens do domínio público dos bens do domínio particular; _____

V – Os bens de domínio público estão fora do comércio jurídico nos termos do artigo 18.º do Decreto-lei n.º280/2007, de 7 de agosto na sua atual redação, não podendo ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumentos de direito privado, enquanto os bens de domínio

Folha

privado, estão sujeitos ao regime de direito privado em tudo o que não for especialmente regulado e, não contrarie a natureza própria do domínio privado das entidades públicas de acordo com o prescrito no artigo 1304.º do Código Civil; _____

VI – No caso em apreço, não sobram dúvidas quanto à capacidade jurídica do Município de Montalegre para atender à pretensão da referida associação, consideradas as atribuições que lhe estão cometidas na alínea e), do n.º2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro – Património, cultura e ciência; _____

VII – Em termos de competência, caberá à câmara municipal deliberar sobre o pedido de cedência de imóveis com um valor até 1000 vezes a RMMG, nos termos da alínea g), do n.º1 do artigo 33.º do RJAL; _____

VIII – No que concerne à forma jurídica de titulação da cedência do prédio em causa, a autarquia dispõem de ampla margem de autonomia na forma contratual a adotar e quanto ao conteúdo, dentro da salvaguarda dos princípios da prossecução do interesse público e da boa administração dos imóveis que fazem parte do seu domínio privado municipal. _____

IX – Atendendo que em situações idênticas à aqui analisada, tem sido prática do Município recorrer à figura jurídica do contrato de comodato que se encontra regulado no artigo 1129.º do Código Civil que define como o contrato gratuito pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa, móvel ou imóvel, para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir. _____

Conclusão: _____

Nos termos expostos, sou de parecer que está a câmara Municipal de Montalegre em condições de deliberar, ao abrigo das alíneas e) e f), do n.º2 do artigo 23.º conjugadas com a alínea g) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro a celebração de um contrato de comodato com a Associação Amigos da Misarela de acordo com a Minuta que se anexa. _____

À superior consideração. _____

Em anexo: Planta de localização do prédio e certidão matricial. _____

Montalegre 22 de novembro de 2024. _____

A Chefe da Divisão Administrativa, Maria Fernanda Dinis Moreira” _____

Esta informação bem como a Minuta que a acompanha, ficam anexas ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 39 e 40. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a cedência gratuita do imóvel supra aludido no regime de comodato para a Associação Amigos da Misarela nos termos da proposta apresentada e ainda, aprovou a respetiva Minuta de Contrato de Comodato presente. _____

À Divisão Administrativa para os devidos efeitos. _____

Felby

3.17. CEDÊNCIA GRATUITA DE PRÉDIO URBANO (ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE REBOREDA) À COMUNIDADE LOCAL DOS BALDIOS DE REBOREDA COM A FINALIDADE DE REALIZAÇÃO DE INICIATIVAS CULTURAIS, CONVÍVIO E DINAMIZAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL – APROVAÇÃO DE MINUTA – PROPOSTA

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma informação subscrita pela Chefe da Divisão Administrativa, Dra. Maria Fernanda Dinis Moreira, cujo teor se transcreve de seguida, na íntegra: _____

“INFORMAÇÃO _____

Assunto: Proposta de cedência gratuita de prédio urbano (antiga escola primária de Reboreda) à Comunidade Local dos Baldios de Reboreda com a finalidade de realização de iniciativas culturais, convívio e dinamização da comunidade local. _____

I – Introdução _____

Em 19 de novembro do ano em curso solicitou a Comunidade Local dos Baldios de Reboreda através de ofício remetido pelo senhor presidente da referida comunidade de baldios, dirigido à Senhora Presidente da Câmara registado na Secção de Expediente como EXE,E,01,5051 0, que lhe fosse cedido o espaço da antiga escola primária de Reboreda para realização de atividades comunitárias, culturais e recreativas que fomentem o convívio e a cooperação dos habitantes daquela comunidade. _____

Análise/ parecer _____

I - O Município de Montalegre é titular de um prédio urbano, sito no lugar de Reboreda, constituído pela antiga escola primária de Reboreda, a qual foi construída pelo povo e inaugurada em 1947, que serviu ainda as povoações da Seara, Tabuadela, Carvalho, Beçós e Póvoa, mas que entretanto se encontra desativada, presentemente sem aproveitamento para atividades letivas, em estado de abandono e a precisar de obras urgentes; _____

II- Considerando que o referido imóvel, se encontra inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1581.º da Freguesia de Salto, com o valor patrimonial de 18.616,66, com uma área total de 90.0000 m2, área de implantação do edifício de 90.0000 m2, o qual confronta do lado norte com linha d'água, do lado sul com Maria Pereira Barroso, do lado nascente com caminho público e do lado poente com Maria Pereira Barroso. Este prédio encontra-se registado a favor do Município na conservatória do registo predial pela descrição n.º01290; _____

II – A Comunidade Local dos Baldios de Reboreda veio solicitar a formalização da cedência gratuita deste prédio que na atualidade tem servido para realizar as assembleias de compartes da Reboreda e para alguns eventos pontuais da comunidade local; _____

III – Esta comunidade local de baldios pretende revitalizar este imóvel destinando-o a ser utilizado para a realização de atividades comunitárias, culturais e educativas que visam a preservação da

Felipe

história e da memória da aldeia, bem como a realização de iniciativas que fomentem o convívio e a cooperação dos habitantes locais, dando uma nova vida a este espaço. _____

Enquadramento Jurídico _____

IV – Entre os bens utilizados pela administração pública na prossecução das suas atribuições, a lei distingue os bens do domínio público dos bens do domínio particular; _____

V – Os bens de domínio público estão fora do comércio jurídico nos termos do artigo 18.º do Decreto-lei n.º280/2007, de 7 de agosto na sua atual redação, não podendo ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumentos de direito privado, enquanto os bens de domínio privado estão sujeitos ao regime de direito privado em tudo o que não for especialmente regulado e não contrarie a natureza própria do domínio privado das entidades públicas de acordo com o prescrito no artigo 1304.º do Código Civil; _____

VI – No caso em apreço, não sobram dúvidas quanto à capacidade jurídica do Município de Montalegre para atender à pretensão da referida associação, consideradas as atribuições que lhe estão cometidas na alínea e), do n.º2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro – Património, cultura e ciência; _____

VII – Em termos de competência, caberá à câmara municipal deliberar sobre o pedido de cedência de imóveis com um valor até 1000 vezes a RMMG, nos termos da alínea g), do n.º1 do artigo 33.º do RJAL; _____

VIII – No que concerne à forma jurídica de titulação da cedência do imóvel em causa, a autarquia dispõem de ampla margem de autonomia na forma contratual a adotar e quanto ao conteúdo, dentro da salvaguarda dos princípios da prossecução do interesse público e da boa administração dos imóveis que fazem parte do seu domínio privado municipal. _____

IX – Atendendo que em situações idênticas à aqui analisada, tem sido prática do Município recorrer à figura jurídica do contrato de comodato que se encontra regulado no artigo 1129.º do Código Civil que define como o contrato gratuito pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa, móvel ou imóvel, para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir. _____

Conclusão: _____

Nos termos expostos, sou de parecer que está a câmara Municipal de Montalegre em condições de deliberar, ao abrigo das alíneas e) e f), do n.º2 do artigo 23.º conjugadas com a alínea g) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro a celebração de um contrato de comodato com a Comunidade Local dos Baldios de Reboreda de acordo com a Minuta que se anexa. _____

À superior consideração. _____

Anexa-se: certidão de matriz e localização do imóvel. _____



Montalegre 25 de novembro de 2024.

A Chefe da Divisão Administrativa, Maria Fernanda Dinis Moreira”

Esta informação e a Minuta que a acompanha, ficam anexos ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 41 e 42.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a cedência gratuita do imóvel supra aludido no regime de comodato para a Comunidade Local dos Baldios de Reboreda, nos termos da proposta apresentada e ainda, aprovou a respetiva Minuta de Contrato de Comodato presente.

À Divisão Administrativa para os devidos efeitos.

IX

ATIVIDADE REGULAMENTAR

3.18. PROJETO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTALEGRE – 1.ª ALTERAÇÃO – PROPOSTA

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe uma proposta para a 1.ª Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Montalegre, a qual para os devidos efeitos se transcreve:

“Assunto: PROJETO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTALEGRE – 1.ª Alteração.

Considerando que o atual Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Montalegre, ainda em vigor, data do ano de 2018, tendo sido publicado no diário da república – 2.ª serie – n.º 222, em 19 de novembro, não reflete todas as alterações impostas pelo DL n.º 10/2024, de 08 de Janeiro, que procedeu à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria, com a introdução de alterações legislativas a regimes jurídicos em matéria de urbanismo, designadamente do Decreto-Lei n.º555/99 de 16 de dezembro, do Regulamento Geral das edificações Urbanas e do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, torna-se imperativo adequar tal regulamento ao novo quadro legislativo vigente, bem como, aos instrumentos de Gestão Territorial de entre os quais se destaca o Plano Diretor Municipal;

Considerando que, com a entrada em vigor do novo Código de Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, na sua atual redação, estabelece que relativamente ao procedimento do regulamento administrativo, que se deva dar publicitação ao início do procedimento, à constituição de interessados e à apresentação de contributos na elaboração ou alteração de um Projeto de Regulamento que se queira fazer aprovar pelos órgãos

Felton

competentes do município, neste caso, a Revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação; _____

Atendendo que o n.º 1 do artigo 98.º do CPA consagra que o início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessado e a apresentação de contributos para a proposta de alteração apresentada, etapa esta que foi já ultrapassada conforme a publicação do Edital N.º09/2024/DA; _____

Nestes termos e ao abrigo do artigo 100.º e seguintes do CPA, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de dezembro, propõe-se que o presente Projeto de Regulamento conducente à Revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Montalegre, seja aprovado e posteriormente seja submetido à audiência de interessados pelo prazo não inferior a 30 dias; _____

Durante o prazo referido supra podem os interessados constituir-se como tal e apresentar contributos ao procedimento de Revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação nos serviços de Atendimento ao Município do Município de Montalegre, ou por via eletrónica para o e-mail município@cm-montalegre.pt, ou por outro meio definido no artigo 104.º do CPA, mediante requerimento, dirigido à Exma. Presidente da Câmara Municipal, no qual conste nome, número de identificação fiscal, morada respetivo endereço de correio eletrónico e consentimento para que este último seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do CPA. _____

Conclusão / Proposta _____

Em resultado do antedito propõe-se que seja proferido despacho no sentido de: _____

- Determinar que a presente proposta seja presente em reunião do Executivo Municipal para apreciação e deliberação em conformidade. _____

DGTU, 2024/11/22 _____

O Chefe de Divisão, Eng. António J. Quintanilha A. Borges" _____

Os documentos presentes ficam arquivados junto ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 43 e 44. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, o Projeto de Regulamento de Alteração e Revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Montalegre. _____

À Divisão Administrativa para que promova a devida publicitação do aludido projeto de regulamento para a promoção da discussão pública do mesmo. _____

Folha

3.19. REGULAMENTO DE APOIO À ATIVIDADE ECONÓMICA E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – PROPOSTA APRESENTADA PELO VEREADORES DO PSD

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe uma proposta subscrita pelos senhores vereadores do Partido Social Democrata, a qual deu entrada na secção de expediente deste município com o registo DA,E,01,5025 em 19.11.2024, a qual para os devidos efeitos se transcreve: _____

a qual para os devidos efeitos se transcreve: _____

“Exma. Sr.ª Presidente da Câmara, Prof.ª Fátima Fernandes, _____

Os vereadores do PSD vêm propor que a Câmara aprove o início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Económica e à Criação de Emprego, nos termos dos artigos 97.º a 101.º do CPA. Os nossos contributos são os seguintes: _____

I.NORMAS-CHAVE: _____

1.Valor dos incentivos: o Município pagará 150€/mês por cada salário suportado pelas entidades beneficiárias, entre o 2.º e o 9.º posto de trabalho líquido criado, durante oito anos.

2.Ou seja, cada entidade poderá receber até 134.400,00€ (150€ x 14 meses x 8 anos x 8 trabalhadores), o que representará um aumento de 4/5 vezes dos apoios existentes; se forem apoiados 50 postos de trabalho/ano, esta medida custará 105.000,00€ no primeiro ano e atingirá o seu custo máximo a partir do oitavo ano, com um encargo de 840.000,00€. _____

3.Possibilidade de adiantamento de 50% dos incentivos à cabeça, se forem prestadas garantias de valor reforçado (garantias bancárias, caução, seguro-caução, hipoteca, ...). _____

4.Serão elegíveis todas as atividades económicas, com exceção das atividades poluentes ou ofensivas/agressivas para o território e das atividades enquadradas na chamada “lógica neocolonial de exploração de recursos” ii. _____

5.Serão ainda elegíveis todo o tipo de entidades, incluindo o setor social e cooperativo, desde que tenham contabilidade organizada e não tenham dívidas ao Município, à Segurança Social e ao Fisco; são apoiadas as entidades novas e as que já tenham atividade, que recebem apoios apenas pelos postos de trabalho líquidos criados depois da data candidatura. _____

6.A criação de postos de trabalho líquidos implica a existência de contrato de trabalho dependente para trabalhadores fiscalmente residentes no concelho de Montalegre. _____

7.O valor dos apoios do Município não pode exceder 50% do valor do investimento relevante para a criação dos postos de trabalho. _____

8.O recebimento dos apoios depende da aprovação da candidatura, na qual a entidade faz uma breve caracterização do projeto de investimento, descreve o processo produtivo e indica o n.º de

Folha

novos empregos, bem como da assinatura de um contrato de incentivos; o processo de candidatura será acompanhado pelo Gabinete de Apoio ao Empresário, a criar. _____

9.O início do pagamento dos apoios pode ser diferido até dois anos após a candidatura; se o diferimento exceder os dois anos, desconta-se o prazo excedido no período de oito anos de apoios a que a entidade teria direito. _____

10.Os apoios à criação de emprego podem ser acumulados com outros apoios do Município, nomeadamente com os incentivos fiscais. _____

II.JUSTIFICAÇÃO DAS NORMAS: _____

11.Reduzir a burocracia e os riscos de insucesso e de fraude: _____

a)O Município só paga o apoio enquanto o posto de trabalho criado se mantiver, pelo que, se houver falência, por exemplo, deixa de pagar o apoio. _____

b)O apoio só será pago no início do ano seguinte àquele a que o salário diz respeito, mediante comprovativo de que os salários foram pagos, a emitir pela Segurança Social. _____

c)O primeiro posto de trabalho não é apoiado, para não incentivar a criação fictícia do próprio emprego. _____

12.Flexibilidade, simplicidade e competitividade com outros sistemas de apoios: _____

a)O regulamento é aplicável a todo o tipo de atividades (agricultura, indústria, turismo, setor social e cooperativo, ...), ao contrário, por exemplo, da redução do preço dos lotes industriais, que se aplica apenas às atividades industriais. _____

b)Mas o apoio pago antecipadamente pode ser usado para a aquisição do lote industrial, cuja hipoteca pode servir de garantia para o adiantamento, sem custos significativos para a entidade beneficiária; os lotes industriais serão vendidos a preços de custo. _____

c)A possibilidade de adiantamento de 50% dos apoios totais é fundamental na capacidade de atração e competitividade dos apoios deste Regulamento (e do território), nomeadamente em relação aqueles que pagam tudo "à cabeça". _____

d)O Regulamento é arrojado no fomento da atratividade do território (aumento de 4/5 vezes os apoios à criação de emprego) e pouco exigente nas atividades económicas a apoiar, facto que se justifica pelo nosso estado de absoluta necessidade de dinamização económica, pela baixa densidade do nosso tecido empresarial, pela falta de atratividade empresarial do nosso território e pela forte competição que existe pelas decisões de localização empresarial. _____

e)Contudo, ser muito exigente nas atividades a apoiar e orientar o Regulamento para a captação de empresas tecnológicas e inovadoras, como faz a maioria dos territórios, provavelmente seria demasiado ambicioso e poderia comprometer os objetivos em termos de criação de emprego. _____

72/24

13.O pagamento dos apoios ao longo de vários anos reduz o risco de as normas do Regulamento poderem vir a ser consideradas contrárias à legislação europeia que promove a concorrência e o livre comércio, nomeadamente da regra de minimis. _____

III.OBJETIVOS E ENQUADRAMENTO: _____

14.O concelho de Montalegre atravessa um período de declínio nunca antes visto; os residentes são cada vez menos, as empresas foram sempre poucas e pequenas, os negócios estão em queda e o valor das propriedades reduz-se todos os anos. _____

15.É necessário atrair e fixar população no concelho, nomeadamente pessoas em idade ativa e casais jovens (em idade fértil), para aumentar a natalidade. _____

16.O concelho tem um tecido empresarial incipiente (cerca de 10 empresas com mais de 10 trabalhadores). _____

17.A criação de emprego é a melhor arma contra o despovoamento, o qual se considera a mãe de todos os problemas do concelho. _____

18.Apenas 10% da população tem vocação empreendedora, aproximadamente (estatística internacional), pelo que, senão criarmos emprego no concelho, a esmagadora maioria das pessoas também não o vai fazer; vai procurá-lo onde ele existir (Lisboa, Porto, litoral de Portugal, Paris, Londres, ...). _____

Montalegre, 15.11.2024. Os vereadores – José de Moura Rodrigues – José Fernando Pereira Capela – Sandra Manuela Justo Alves Sousa. _____

i Serão consideradas atividades poluentes ou ofensivas/agressivas para o território as que tiverem impacto significativamente negativo sobre, nomeadamente: a) qualidade das águas; b) biodiversidade do território; c) paisagem característica de Barroso; d) tradições, etnografia e distinção como Património Agrícola Mundial. _____

ii Atividades que consistem, essencialmente, na exploração, comercialização e transformação de recursos naturais do concelho, designadamente as que, na nomenclatura da CAE - Rev. 3, se enquadram na Divisão B - Indústrias Extrativas, na classe 351 - Produção, transporte, distribuição e comércio de eletricidade e no grupo 36 - Captação, tratamento e distribuição de água." _____

Estes documentos ficam arquivados no maço de documentos desta ata como docs. n.ºs 45 e 46. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues apresentou este ponto da agenda de trabalhos, referindo que esta proposta que os vereadores do Partido Social Democrata aqui apresentam é o produto de uma reflexão durante bastante tempo, desde o início do mandato, aliás já começou no mandato anterior, mas chegaram ao ponto de elaboração do programa e não tinham as coisas suficientemente consolidadas como gostariam de ter e neste momento já têm. Referiu que tem ideias concretas e chegaram a um consenso entre eles e com também com os contributos externos sobre aquilo que pretendiam. O que propõem é um apoio de cento e cinquenta euros por mês, a pagar pelo município por cada salário suportado pela entidade que receberá o apoio.



São elegíveis os postos de trabalho líquidos, criados do segundo ao nono posto de trabalho e o apoio será pago durante oito anos, anualmente, após comprovativo emitido pela segurança social. Explicou que é uma tramitação simples, apoios diretos, objetivos, as pessoas sabem quem é e toda a gente percebe isto. Afirmou que isto significa, ou tem como implicações, cada entidade receber até o máximo de cento e trinta e quatro mil e quatrocentos euros nestes oito anos, pelos oito postos de trabalho criados, o que significa um aumento de quatro a cinco vezes os apoios existentes atualmente no município de Montalegre. Disse que, por exemplo, a preços atuais também isto daria para comprar quatro lotes industriais em Montalegre e seis em Salto, ou seja, lotes de 2500 m². Significa, ainda, também que, com o apoio para dois trabalhadores, conseguir-se-ia comprar um lote em Montalegre, trinta mil euros e um lote de 2500 m². Portanto, uma entidade que criasse dois postos de trabalho e os mantivesse durante oito anos conseguiria dinheiro para um lote com apoios do município. Prosseguindo, referiu que isto teria um custo para o município, como é natural, fizeram a simulação para 50 postos de trabalho/ano e daria cerca de cento e cinco mil euros de custo o que significa que, gradualmente, até ao oitavo ano, se aumentasse até oitocentos e quarenta mil euros/ano. Afirmou que “não há bela sem senão, e teria de se pagar. Depois, propõem ainda um adiantamento até 50% nos incentivos à cabeça, ou seja, a entidade forneceria garantias de valor reforçado e receberia 50% à cabeça, para que este instrumento fosse competitivo com instrumentos de outros territórios, uma vez que o que se está a falar aqui é, competição por decisões de localização industrial. Esclareceu que o que querem aqui e há outros municípios que querem em outros lados, naturalmente, são nossos vizinhos, numas coisas colaboramos, noutras competimos. Estes 50% permitiria tornar este regulamento muito mais competitivo, ou bastante competitivo com outros municípios, com outras entidades que quisessem tomar as decisões de localização empresarial nesses concelhos. Referiu que este regulamento é aplicável a todas as atividades económicas, incluindo as entidades do setor social e cooperativo, exceto às atividades poluentes e na chamada lógica neocolonial de exploração de recursos, que é um conceito que estão a trabalhar e que tem definido como as entidades que apenas vêm ao concelho explorar os nossos recursos e não deixam cá mais nada, ou seja, falam aqui da EDP, e eventualmente, da exploração mineira, que são entidades que levam os nossos recursos, que aproveitam os nossos recursos e não criam emprego, nem deixam cá mais-valias significativas. Afirmou que essas entidades não devem ser apoiadas e ainda que não se possam proibir, não temos também de as apoiar, como é óbvio. Referiu que o que se tem é que tributá-las o mais possível porque não deixam retorno no concelho. Concluiu que “nada contra ninguém, mas é o que é.” Depois, disse, todo o tipo de entidades que já elencou, sejam as que são criadas de novo, sejam as que já têm atividade, o



recebimento do apoio implica a existência de um contrato de trabalho para trabalhadores fiscalmente residentes no concelho de Montalegre, e há aqui mais umas questões que são facilmente perceptíveis e toda a gente percebe. Quer ainda dizer, que isto é um regulamento que tem em devida consideração a redução da burocracia, os riscos de insucesso e a fraude, desde logo porque o município só paga o apoio enquanto o emprego se mantiver, ou seja, não se corre o risco de dar 100 mil € ou 50 mil €, a uma entidade que, ao fim de dois anos vai à falência e se vai embora, deixando de criar benefícios no concelho. É de uma tramitação simples, para receber não tem de vir cá todos os meses, no fim ano vem cá, traz o comprovativo de salário emitido pela segurança social e o município paga ou seja, tramitação simples. É um regulamento que consideram arrojado porque se está num estado de absoluta necessidade de dinamização económica e precisa-se de melhorar a competitividade nas decisões de localização empresarial. Por outro lado, também se tem de ser ponderado e acha que é um regulamento ponderado, pois tiveram o cuidado de não orientar o regulamento para a captação de investimentos da área das empresas tecnológicas inovadoras porque sinceramente, são entidades que, embora sejam muito interessantes, são muito difíceis, pois está muita gente a competir por elas e, neste momento, não se tem argumentos. Afirmou que ter objetivos muito ambiciosos poderia comprometer os objetivos de criação de emprego, que é aquilo que interessa e para o qual orientaram este regulamento. Além disso, tem a vantagem de compatibilizar-se com a regra de mínimos porque os apoios são pagos durante oito anos e mais dificilmente contrariam os auxílios do estado e as leis europeias de distorção da concorrência, diga-se assim. Deste modo, tem como grande objetivo o aumento da produtividade do território, a captação e criação de emprego e fixação de pessoas no território. Referiu que há aqui um enquadramento que consideram particularmente, decisivo neste tipo de coisas, a estatística internacional, vale o que vale, não são eles que o dizem, são factos, pelo menos factos estatísticos, que diz que apenas 10% da população tem vocação empreendedora e que, independentemente do que for feito e do que se fizer, 90% dessas pessoas nunca vão criar o seu próprio emprego. Aliás se queremos fixar pessoas e em Montalegre, há uma coisa que se tem a certeza, que é, ou alguém lhe cria o emprego ou 90% das pessoas vão procurar onde ele existir, e isto é um dado fundamental na decisão deles. Concluiu que basicamente era isto que queria explicar, esta proposta de regulamento é o resultado de uma reflexão profunda, como já disse, com conhecimento de pessoas especializadas e será uma pena que este contributo da oposição para a boa governação do concelho, do município e para o futuro do concelho se perdesse. Pergunta, por fim, quanto custaria um documento destes ao município se o quisesse mandar elaborar, na sua opinião, não seria barato, não conhece as tabelas de preços nestas coisas, mas não seria, seguramente,

Folha

barato. Como já disse, é uma reflexão profunda, ponderada e que deu bastante trabalho a elaborar, sendo que agora só falta fazer o articulado, porque o mais difícil, que são as opções fundamentais deste apoio estavam definidas nesta proposta. _____

A Senhora Presidente da Câmara interveio sobre a presente proposta apresentada pelos senhores vereadores da oposição e referiu o seguinte: _____

“- A proposta apresentada pelos senhores vereadores do PSD para elaboração de um regulamento para apoio à Atividade Económica e Criação de Emprego, nos termos aí constantes, é descabida, de impossível compreensão e com irregularidades várias. Primeiro, propor um Regulamento com implicação financeira sem refletir sobre a obrigatoriedade de se respeitar o equilíbrio financeiro, tendo de haver equiparação entre a receita e a despesa, é caso para perguntar onde pretendem os senhores vereadores cortar para acomodar esta despesa e dar corpo a este regulamento. Na ação social, nos apoios às associações, na educação? _____

Senhores Vereadores, a responsabilidade de exercer este cargo e de fazer parte da Câmara exige outra postura que os senhores já demonstraram não ter, brincam com coisas muito sérias. Aliás, ao ler as normas-chave e a justificação das mesmas, ficamos a pensar que o Pai Natal existe e já chegou a Montalegre! Não pode ser dito de outra forma quando se propõe a atribuição, a partir do 2º posto de trabalho, de 150 euros /mês, durante 14 meses e 8 anos, a todos os trabalhadores de todo o tipo de entidades/empresas (incluindo o setor social e cooperativo). E apresentam-se umas contas que, mesmo com muita atenção, não se conseguem perceber. A tomar como séria esta proposta, ilustremos o que se propõe com o exemplo da Santa Casa da Misericórdia que tem 109 trabalhadores ao serviço. Tendo em conta os postos de trabalho a partir do 2º como se propõe, vamos às contas: _____

$7 \times 150\text{€} = 1050\text{€} \times 14 \text{ meses} = 14\,700\text{€/ano} \times 8 = 117\,600\text{€}$ _____

Assim, só para as IPSS's do concelho podemos chegar a 117 600€/ano por IPSS's . _____

E então os trabalhadores das cerca de 1684 empresas do concelho não merecem apoio? _____

Segundo, a solução que se encontra é só atribuir o apoio, no primeiro ano, a 50 trabalhadores. _____

Quais? Qual é o critério para atribuição? Será que conhecem o significado de discriminatório? _____

Terceiro, depois propõem adiantamento dos incentivos à cabeça, que até pode ser para aquisição de um lote; pode, ainda, haver lugar a deferimento do pagamento a 2 anos e pode-se acumular este apoio a outros, nomeadamente fiscais. Desconhecem a irregularidade nestas normas porque a finalidade do apoio não é a mesma, a eficácia dos regulamentos deve de ser imediata e nunca ouviram falar em dupla subsidiação. _____

7 de

Finalmente, aconselha-se uma leitura mais atenta dos dados do INE ou de outras entidades fidedignas onde podem ver que não existem só 10 empresas no concelho com mais de 10 trabalhadores ou que os residentes são cada vez menos! _____

Concluindo, este Regulamento não é arrojado, mas antes irresponsável, demagogo, falacioso, mero exercício de um populismo sem adesão à realidade, tal como a política que os senhores vereadores perseguem de “engana meninos e come-lhes o pão”, esquecem é que os barrosões não são meninos.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, rejeitar a referida proposta, com quatro votos contra dos eleitos do Partido Socialista e três votos a favor dos eleitos do Partido Social Democrata. ____

**X
DIVERSOS**

3.20. CAMINHOS DE SANTIAGO EM VILAR DE PERDIZES E CENTRO DE RECURSOS/INCUBADORA NA ANTIGA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES DE MONTALEGRE – PROPOSTA APRESENTADA PELO VEREADORES DO PSD_

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe uma proposta subscrita pelos senhores vereadores do Partido Social Democrata, a qual deu entrada na secção de expediente deste município com o registo DA,E,01,5024 em 19.11.2024, a qual para os devidos efeitos se transcreve: _____

Exma. Sr.ª Presidente da Câmara, Prof.ª Fátima Fernandes, _____

I.CONTEXTUALIZAÇÃO: _____

É conhecida a opção do Executivo de fazer o Centro de Recursos/Incubadora no espaço que adquiriu no Cerrado, ocupando o edifício em ruínas em frente à Praça do Município, que tão mau aspeto causa numa zona tão nobre da vila de Montalegre. _____

De igual forma, é publico que a Câmara pretende fazer obras na antiga residência de estudantes de Montalegre, transformando-a num albergue para peregrinos, no âmbito da dinamização dos Caminhos de Santiago no nosso concelho. _____

Aliás, no caso da incubadora, o projeto de arquitetura foi adjudicado em 21.06.2024 e o prazo de execução é de três anos, pelo que o mesmo projeto deverá estar concluído até 21.06.2027. E a requalificação da residência de estudantes é um projeto que consta nos Documentos Previsionais para 2024, mas o projeto de arquitetura ainda não foi adjudicado. _____

Em reunião de Câmara já discordámos da forma como a execução destas ideias está projetada, nomeadamente quanto à localização do Centro de Recursos/Incubadora e quanto ao fim da recuperação da antiga residência de estudantes. Desta forma vimos agora, formalmente e em tempo útil, apresentar as nossas preferências para aos referidos projetos, que integrarão o nosso projeto autárquico. _____

Folha

II. CAMINHOS DE SANTIAGO EM VILAR DE PERDIZES: _____

Já dissemos numa reunião de Câmara que o único caminho de Santiago que conhecemos no concelho é o que passa em Vilar de Perdizes, onde existiu um albergue/hospital no Paço. Também já dissemos que não nos parece razoável propor aos peregrinos que passam em Vilar para se deslocarem (a pé) até Montalegre para aí pernoitar. _____

A Sr.ª Presidente respondeu que tinha pedido ao Sr. Padre Fontes e ao Prof. Dias Batista para fazerem uma investigação sobre os caminhos de Santiago na antiguidade/idade média, porque há muitas capelas/igrejas no nosso concelho que são dedicadas a S. Tiago e isso indica que, provavelmente, havia caminhos de Santiago nas proximidades. _____

Com todo o respeito pelos “investigadores”, a recuperação de caminhos de Santiago existentes no nosso concelho na idade média parece-nos um disparate. Em vez disso, faria muito mais sentido relançar a GR-50 e limpar os vários trilhos que foram lançados no nosso concelho e estão abandonados e intransitáveis, por falta de manutenção. Aliás, este seria o destino mais provável dos caminhos de Santiago da idade média. _____

Na nossa opinião apenas faz sentido pensar na recuperação e marcação do troço da variante que passa em Vilar de Perdizes, em direção a Xinzo de Límia, onde reencontra com um Caminho que vem de Verín. E, ainda assim, há que considerar que se trata duma variante ao troço do Caminho Português do Interior de Santiago, que liga Vidago, Chaves e Verín. _____

A recuperação de eventuais caminhos de Santiago terá sempre que ser acordada e ajustada quer a montante quer a jusante, sob pena de haver investimentos inconsequentes. Devemos sim insistir com a Federação Portuguesa e Europeia dos Caminhos de Santiago no reconhecimento público da variante ao caminho português interior por Vilar de Perdizes. _____

III. INCUBADORA/CENTRO DE RECURSOS NA ANTIGA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES: _____

Ao que percebemos, a Incubadora/Centro de Recursos será uma infraestrutura de fomento de novos negócios, de apoio ao empreendedorismo jovem, aos trabalhadores remotos, nomeadamente aos remotos digitais, e às novas formas de trabalho (co-working). A ideia é fornecer serviços partilhados a preços acessíveis, tais como internet, salas/espacos de trabalho, impressoras, secretariado, bem como serviços de apoio à tomada de decisão, nomeadamente mentoria, orientação estratégica, formação, formas e fontes de financiamento... _____

Concordamos com a necessidade de requalificar a antiga residência de estudantes de Montalegre. E concordamos com a criação do Centro de Recursos/Incubadora. Ainda que este último seja um projeto mais dirigido ao empreendedorismo jovem, para o qual existirá pouca procura no nosso concelho, até se pode concluir mais tarde que é necessário um projeto deste tipo no Baixo Barroso, para responder à procura por parte dos trabalhadores remotos. _____



No entanto, tratando-se de uma infraestrutura de carácter inovador e experimental, que nunca existiu no nosso concelho e do qual desconhecemos a viabilidade e impacto, parece-nos mais razoável que o Centro de Recursos/Incubadora sejam feitos na antiga residência de estudantes de Montalegre, que nos parece o espaço ideal para o efeito. _____

O edifício que a Câmara comprou em frente à Praça do Município por cerca de 300.000€ tem uma área considerável, uma exposição solar excelente, uma localização única e um enquadramento nobre, nas imediações da zona histórica da vila. Mas precisa de dinamização, de pessoas a circular, algo que o Centro de Recursos/Incubadora não garante. _____

Na nossa opinião seria desperdiçar um espaço com grande potencial, afetando-o a um projeto de impacto desconhecido. Para já, propomos que se faça a demolição do edifício, por causa do mau aspeto que provoca na zona da Praça do Município. No futuro, há que procurar um destino definitivo para o espaço, sempre com a preocupação de gerar movimento de pessoas. _____

Assim, não seria necessário por a máquina de comunicação socialista a construir uma narrativa para justificar a requalificação da antiga residência de estudantes, e Vilar de Perdizes ficaria com os seus caminhos de Santiago. _____

Montalegre, 17.11.2024. Os vereadores – José de Moura Rodrigues – José Fernando Pereira Capela – Sandra Manuela Justo Alves Sousa.” _____

Os documentos presentes, ficam arquivados junto ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 47 e 48. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues fez a apresentação deste assunto e referiu: _____

“O próprio nome diz tudo, na nossa proposta achamos que o único caminho de Santiago que fará sentido recuperar é o de Vilar de Perdizes, todos os outros, parece-me, são substitutos dos trilhos que estão marcados no concelho e que, entretanto, foram abandonados (e há vários) e que podem ser recuperados. Se querem mais trilhos recuperem esses, aproveitem para relançar as GR 50, provavelmente, se fizerem uma recuperação de caminhos antigos, vai-lhes acontecer o mesmo que a estes trilhos, ficam sem manutenção, intransitáveis e num estado lastimável. Consideramos também que a incubadora do centro de recursos, é um projeto que tem o seu interesse, nomeadamente, a questão dos trabalhadores remotos, mas, sendo uma estrutura que, além dos trabalhadores remotos para o empreendedorismo jovem, terá pouco impacto, pouca substância, não será substancial em Montalegre porque nós temos poucos jovens. O centro de recursos é uma estrutura de resultados desconhecidos, não sabemos, há aqui algum risco. Afetá-lo a um lugar que tem uma localização única, uma área significativa, perto do centro histórico, enquadramento nobre, nas imediações da zona histórica da vila e que precisa de pessoas a circular, pois a vila está morta, mete dó, precisa de pessoas a circular. A partir das duas e meia

Felipe

da tarde, percorremos a vila, não vemos ninguém e carros poucos passam. Precisamos de dinamização e não me parece a infraestrutura adequada. Este tipo de espaço merecia mais. É um pedido, Senhora Presidente, não é uma imposição. É um pedido para que considere. É desnecessário todas as grandes controvérsias, vamos tentar concertar posições, foi o que lhe disse, foi o que eu lhe pedi. À partida esta localização terá a nossa oposição. O centro de recursos e incubadora no Cerrado terá a nossa oposição, esperamos pelo projeto, mas dificilmente nos convencerá. Escusamos de criar aqui grandes controvérsias, não é necessário, já temos que chegar. Se for possível, considerar esta nossa posição na sua tomada de decisão agradecemos, se não for possível, a Senhora é responsável pelas suas decisões e nós pelas nossas.”

Sobre este assunto a Senhora Presidente da Câmara fez a seguinte apreciação que se transcreve na íntegra:

“A proposta apresentada pelos senhores vereadores do PSD é despropositada a todos os títulos. Com efeito, não respeita nem a nobre função política, nem o cargo autárquico que os senhores vereadores deviam de respeitar.

Afirmarem que têm preferências, como se fosse uma questão de gosto pessoal, que o executivo deve de ter em conta, é pura arrogância, visão limitada e autocrática.

Mas pior é diminuir importantes figuras do concelho, como é o caso do Padre Fontes e do professor Batista, só porque o conhecimento que os senhores vereadores detêm é curto.

Efetivamente, estes ilustres barrosões são investigadores, sem aspas, com obra publicada e reconhecida e muito têm os senhores vereadores a aprender com ambos, tendo até em consideração que só conhecem um único caminho de Santiago e é o que passa em Vilar de Perdizes. É muito pouco, deveras.

De igual modo, a arrogância com que dizem que devemos insistir com a Federação Portuguesa Europeia dos Caminhos de Santiago no reconhecimento público do caminho português do Interior por Vilar é desconhecer as funções desta entidade e mais ainda o respeito que deve de nortear as relações institucionais.

E porque não há uma sem duas, propor que o centro de recursos vá para a antiga residência de estudantes até porque é um projeto mais dirigido ao empreendedorismo jovem para o qual existirá pouca procura, mas depois perspetivarem a necessidade de um projeto desta natureza no Baixo Barroso, é desnorte ou malícia. É sobretudo não ter ideias para o presente, nem para o futuro.



Por tudo isto, se pode concluir que o PSD não sabe o lugar que é o seu na gestão do território, querendo impor o seu programa que não mereceu o aval dos barrosões. Não ganharam as eleições, senhores vereadores. _____

O estilo é sempre o mesmo, linguagem agressiva e desrespeitosa de quem não sabe ocupar o lugar para que foram eleitos, com elevação e correção. _____

E, caros vereadores, a máquina de comunicação socialista, como referem, não desempenha funções nesta Câmara, mas são os socialistas a quem o povo deu o aval para decidir e fazer. E assim continuará porque o nosso povo não gosta de agitadores dissimulados.” _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, rejeitar a referida proposta, com quatro votos contra dos eleitos do Partido Socialista e três votos a favor dos eleitos do Partido Social Democrata. ____

XI

REUNIÃO PÚBLICA MENSAL

(cfr. n.º 2 do artigo 49.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Embora, de acordo com o regimento do órgão, se tratasse de uma reunião pública, não se registou a presença de qualquer interessado/munícipe, conseqüentemente não houve qualquer intervenção neste período. _____

XII

APROVAÇÃO DA ATA SOB A FORMA DE MINUTA

(cfr. n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

XIII

ENCERRAMENTO

E, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu como encerrada a reunião, quando eram dezanove horas e seis minutos, e para constar lavrou-se a presente ata, e eu, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária, a redigi e vou assinar, junto com a Senhora Presidente da Câmara Municipal. _____

A Presidente da Câmara _____



A Secretária da reunião _____

